



**PPGEOG**



**SEDUC/AM**  
SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**NEOCY QUEIROZ MARINHO SERRUYA**

**DA COSTA DO CATALÃO AO NOVO CATALÃO: REPRODUÇÃO DE UMA  
NOVA TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA-AM**

**MANAUS**

**2022**

**NEOCY QUEIROZ MARINHO SERRUYA**

**DA COSTA DO CATALÃO AO NOVO CATALÃO: REPRODUÇÃO DE UMA  
NOVA TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente.

**Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz**

**MANAUS**

**2022**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S489c Serruya, Neocy Queiróz Marinho  
Da Costa do Catalão ao Novo Catalão : Reprodução de uma nova territorialidade camponesa no município de Iranduba-AM / Neocy Queiróz Marinho Serruya . 2022  
155 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Camponês. 2. Território. 3. Territorialidade. 4. Hortaliças. I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

NEOCY QUEIROZ MARINHO SERRUYA

DA COSTA DO CATALÃO AO NOVO CATALÃO: REPRODUÇÃO DE UMA  
NOVA TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA-AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente.

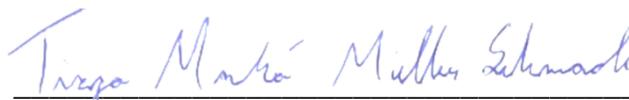
Aprovada em: 31/08/2022

BANCA EXAMINADORA



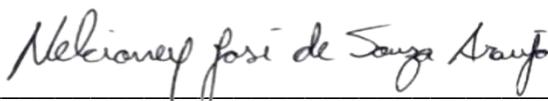
---

Prof. Dr. Manuel Masulo Jesus da Cruz  
Universidade Federal do Amazonas  
Orientador



---

Prof. (a). Dr. (a). Tiago Maiká Müller Schwade  
Membro Externo



---

Prof. (a). Dr. (a). Nelcionei José de Souza Araújo  
Membro do PPGEOG – UFAM  
Universidade Federal do Amazonas

Dedico este trabalho aos camponeses ribeirinhos da comunidade da Costa do Catalão, que mesmo perdendo seu local de moradia e de trabalho para o fenômeno das terras caídas, mantiveram o sentimento de comunidade e solidariedade como combustível de luta junto ao poder público e conquistaram uma nova área, o assentamento Novo Catalão, onde puderam se reproduzir enquanto camponeses e dessa forma continuam na luta para manter seu modo de vida, alimentar seus sonhos, e levar alimentos às nossas mesas.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que por meio de sua maravilhosa graça, concedeu-me nos momentos de desânimo, sabedoria e força para encarar os desafios dessa árdua caminhada;

Ao professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz por ter aceito a proposta da pesquisa; pela generosidade, confiança, paciência, estímulo e valorosos ensinamentos que nortearam o caminhar para a construção dessa dissertação;

Aos professores Dr. Ricardo José Batista Nogueira (PPGEOG/UFAM) e Dr. Tiago Maiká Müller Schwade (DEGEOG/UFAM), por suas valiosas contribuições durante a qualificação o que impulsionaram o desenvolvimento da pesquisa;

À Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC) – que concedeu licença de dois anos para o estudo do Mestrado;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no que diz respeito ao corpo docente, secretaria e demais servidores desta instituição que deram suporte para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional;

Ao meu esposo e minhas filhas (razão maior da minha vida), por estarem sempre ao meu lado, me apoiando nas horas difíceis e se alegrando com as minhas conquistas, prontos para a troca de ideias e para tudo que for preciso;

Aos meus pais Ádemo e Catarina (In memoriam), camponeses ribeirinhos da comunidade da Januária, município de Óbidos-PA, que nutriram em mim valores e memórias afetivas de um autêntico modo de vida campesino, deixaram muitas saudades e com toda certeza estariam orgulhosos do momento que estou vivendo;

Aos amigos do curso de mestrado, companheiros de caminhada, sujeitos que contribuíram com incentivos, companheirismo, amizade, troca de experiências, inteligência e apoio nessa jornada;

Ao meu amigo Nilton Munhoz (In memoriam), que gentilmente me acompanhou nas primeiras visitas/pesquisa em campo no assentamento, pelos

vários momentos de descontração, discussões, debates e ideias valiosas para a construção de conhecimentos;

Aos camponeses do assentamento Novo Catalão, sobretudo àqueles que me receberam em suas casas e em seus locais de trabalho e me forneceram informações valiosas para a realização dessa pesquisa;

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que esse objetivo fosse alcançado. A vocês o meu muito obrigado.

## RESUMO

O estudo aqui proposto visou compreender a reprodução de uma nova territorialidade camponesa no Novo Catalão no município de Iranduba-AM, bem como entender o contexto histórico de formação do campesinato e o processo de formação/instalação da comunidade Novo Catalão, considerando a produção de hortaliças como elemento fundamental na reprodução camponesa. A Costa do Catalão está localizada em uma área de várzea que é atingida anualmente pelos fenômenos enchente/cheia, vazante/seca e das terras caídas. As terras caídas e as enchentes/cheias e vazante/seca periódicas concorrem sobremaneira para danos e prejuízos sociais e econômicos aos camponeses ribeirinhos da Costa do Catalão, fato que os obriga a um deslocamento compulsório em busca de uma nova territorialização e preservação do modo de vida camponês enquanto cultivadores de hortaliças que garanta a sua sobrevivência e contribua para suprir o crescente mercado regional de hortaliças. O método de abordagem da pesquisa foi o histórico-dialético, “centrado na relação dinâmica sujeito-objeto”. Como resultado a pesquisa indicou que há necessidade de preencher a lacuna de estudos sobre o processo de territorialização de camponeses ribeirinhos em áreas de terra firme a partir dos conceitos da Geografia. Convém salientar que esse processo de reterritorialização da comunidade do Novo Catalão não se limitou à dimensão material da reconquista da terra, mas envolveu a dimensão imaterial do território, percebida e vivenciada por meio das ações de preservação da cultura, da memória, dos saberes, da identidade e das relações de solidariedade e reciprocidade mantidas pelas famílias ribeirinhas oriundas da Costa do Catalão.

**Palavras-chave:** Camponês. Território. Territorialidade. Hortaliças.

## ABSTRACT

The study proposed here aimed to understand the reproduction of a new peasant territoriality in Novo Catalão in the municipality of Iranduba-AM, as well as to understand the historical context of peasant formation and the process of formation/installation of the Novo Catalão community, considering the production of vegetables as a fundamental element in peasant reproduction. The Costa do Catalão is located in a floodplain area that is annually affected by flooding / ebb and fallen land phenomena. The fallen lands and the periodic floods / ebbs contribute greatly to social and economic damages and losses to the riverside peasants of the Costa do Catalão, a fact that forces them to a compulsory displacement in search of a new territorialization and preservation of the peasant way of life as cultivators of vegetables that guarantee their survival and contribute to supply the growing regional vegetable market. The method of approach to the research was the historical-dialectical, "centered on the dynamic subject-object relationship". As a result, the research indicated that there is a need to fill the gap in studies on the process of territorialization of riverside peasants in terra firme areas from the concepts of Geography. It should be noted that this process of reterritorialization of the community of Novo Catalão was not limited to the material dimension of the reconquest of the land, but involved the immaterial dimension of the territory, perceived and experienced through actions to preserve culture, memory, knowledge, identity and solidarity and reciprocity relationships maintained by riverside families from the Costa do Catalão.

**Keywords:** Peasant. Territory. Territoriality. Vegetables.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Município de Iranduba – AM.....	17
Figura 2: Localização da Área de Estudo.....	18
Figura 3: Costa do Catalão – Rio Solimões próximo a foz do Rio Negro.....	38
Figura 4: Comunidade Costa do Catalão “Construindo História”.....	38
Figura 5: Evolução acelerada do fenômeno das terras caídas na Costa do Catalão – 2004 .....	39
Figura 6: Costa do Catalão - margem do Rio Solimões em 2004, comparativo com 2021 .....	39
Figura 7: Avanço da margem do rio na Costa do Catalão em 2009 .....	40
Figura 8: Elementos culturais simbólicos da comunidade ribeirinha atingidos pelo avanço do fenômeno das terras caídas – capela e campo de futebol – 2010 .....	41
Figura 9: Tipo de moradia palafítica comum em área de várzea.....	42
Figura 10: Principais destinos dos moradores da Costa do Catalão .....	43
Figura 11: Terras caídas registradas em Iranduba.....	44
Figura 12: Enchente/cheia na Costa do Catalão (maio de 2020) .....	46
Figura 13: Área total do lote definida para cada família .....	47
Figura 14: Avanço da margem do rio Solimões na Costa do Catalão em 2017.....	48
Figura 15: Distância do campo de futebol em 2004 até a margem do Rio Solimões em junho de 2021 .....	49
Figura 16: Período de enchente/cheia e a alteração da margem do rio Solimões.....	49
Figura 17: Casa remanescente existente na Costa do Catalão – maio/2021 .....	50
Figura 18: Estrutura remanescente usada para o cultivo de hortaliça na Costa do Catalão – maio/2021.....	51
Figura 19: Casa flutuante transportada da Costa do Catalão para o Lago Catalão.....	52
Figura 20: Área definida pelo INCRA em 2015, para a construção do assentamento PDS Cachoeira, denominada pelos assentados do Novo Catalão .....	53
Figura 21: Ocupação do Assentamento Novo Catalão em 2017.....	55
Figura 22: Novo Catalão - 2019 .....	55
Figura 23: Ocupação/exploração atual (2021) da área do assentamento .....	56
Figura 24: Assentamentos no município de Iranduba .....	59
Figura 25: Uso da mão de obra familiar no cultivo de hortaliças – Plantação de coentro e cebolinha .....	63
Figura 26: Placa de Identificação na entrada do assentamento (atuação da Cáritas) .	65
Figura 27: Construção de moradias no Novo Catalão.....	66
Figura 28: Materiais trazidos da Costa do Catalão e reaproveitados na construção de casas no Novo Catalão.....	66
Figura 29: Casas de moradia e casa de oração construída no assentamento .....	67
Figura 30: Veículo de propriedade da família usado para transportar a produção de hortaliças .....	68
Figura 31: Reservatório de água usada para irrigar a plantação das hortaliças .....	69
Figura 32: Sementes de hortaliças compradas pelos camponeses do Novo Catalão..	92
Figura 33: Fertilizantes utilizados no cultivo de hortaliças.....	93
Figura 34: Proporções dos diferentes usos e ocupação das terras no Brasil .....	99
Figura 35: Mapa de uso da terra do município de Iranduba em 2006 .....	100
Figura 36: Mapa de uso da terra do município de Iranduba em 2015 .....	100
Figura 37: Produção de couve no Novo Catalão.....	102
Figura 38: Canteiro protegido sendo preparado para receber sementes ou mudas de hortaliças (aração, adubação e irrigação por gotejamento).....	104
Figura 39: Bandejas usadas como sementeiras para a produção de mudas .....	105

Figura 40: Entrega no assentamento de insumos (sementes e fertilizantes) comprados pelos de empresas que comercializam produtos agropecuários em Manaus.....	106
Figura 41: Armadilhas usadas para afugentar o ataque de passarinhos à plantação	107
Figura 42: Canteiro aberto e semiaberto usado no cultivo de hortaliças com o uso da técnica de irrigação por aspersão .....	108
Figura 43: Canteiro usado no cultivo de coentro utilizando a técnica de irrigação por gotejamento.....	109
Figura 44: Fertilizante usado para corrigir e manter a fertilidade do solo .....	110
Figura 45: Viveiro construído para criação de pirarucu .....	112
Figura 46: Viveiro construído para criação de tambaqui .....	112
Figura 47: Canteiro Protegido preparado para o cultivo de hortaliças no Novo Catalão .....	116
Figura 48: Máquina de arar a terra comprada pelos camponeses.....	120
Figura 49: Semeadura de coentro com uso de técnica simples .....	121
Figura 50: Camponês dedicando parte de seu tempo ao cultivo de hortaliças.....	122
Figura 51: Comercialização de hortaliças feita diretamente pelo camponês na feira em Manaus promovida pela SEPROR - ADS .....	122
Figura 52: Cultivo de coentro em canteiro protegido no Novo Catalão.....	126
Figura 53: Cultivo de cebolinha (cebola de palha) em canteiro aberto no Novo Catalão .....	126
Figura 54: Cultivo de hortaliça em canteiro com cobertura rústica .....	127
Figura 55: Produção de coentro em canteiro protegido no Novo Catalão .....	130
Figura 56: Fluxograma Mercado das hortaliças no Novo Catalão .....	135
Figura 57: Produtos regionais comprados pela SEPROR, por meio da ADS para merenda escolar e entregues nas escolas públicas do Amazonas .....	140

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Períodos e produtos voltados para exportação .....	28
Quadro 2: Focos da Produção da Agricultura familiar na Costa do Catalão .....	28
Quadro 3: Modalidades de Projetos criados pelo INCRA .....	59
Quadro 4: Assentamentos do Município de Iranduba.....	61
Quadro 5: Ficha técnica de localização do imóvel .....	76
Quadro 6: Fatores que influenciam na produção de hortaliças no Novo Catalão .....	90
Quadro 7: Maiores Programas de Financiamento Governamental.....	95
Quadro 8: Quantificação das classes de uso da terra em 2006 e 2015 .....	101
Quadro 9: Principais espécies de hortaliças comercializadas .....	128
Quadro 10: Calendário das Feiras de Produtos Regionais da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) em Manaus .....	141

## **LISTA DE SIGLAS**

ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PA – Projeto de Assentamento Federal

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

PAF – Projeto de assentamento florestal

PDAS – Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PPGEOG – Secretaria do Programa de pós- Graduação em Geografia

PREME – Programa de Regionalização da Merenda Escolar

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família

RMA – Região Metropolitana de Manaus

SEDUC – Secretaria de Estado e Educação do Amazonas

SEPROR – Secretaria de Produção Rural do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
1. O CONTEXTO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO AMAZONAS E NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA/AM.....	23
1.1. O processo de colonização da Amazônia e o modo de vida do camponês ribeirinho .....	23
1.2. Da Costa do Catalão ao Novo Catalão: recriação camponesa em Iranduba-AM .....	34
1.3. As especificidades do campesinato existentes na comunidade do Novo Catalão.....	52
2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO/INSTALAÇÃO DA COMUNIDADE NOVO CATALÃO E A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL NA REPRODUÇÃO CAMPONESA .....	70
2.1. O processo de desterritorialização/reterritorialização de camponeses da Costa do Catalão em áreas de terra firme. ....	70
2.2. A reprodução da nova territorialidade da Costa do Catalão a partir de amplos e complexos condicionantes.....	81
2.3. Produção de hortaliças e as diferentes formas de uso da terra na Comunidade Novo Catalão .....	97
3. A REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS DO NOVO CATALÃO, IRANDUBA – AM .....	113
3.1. A Monopolização do Território pelo Capital na produção de hortaliças	113
3.2. Mercado de hortaliças .....	123
3.3. Canais de distribuição e venda dos produtos: hortaliças. ....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	143
REFERÊNCIAS.....	147

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que os deslocamentos humanos constituem um dos fenômenos históricos mais antigos, complexos e determinantes no processo de configuração das comunidades, sociedades e das cidades existentes no mundo. “Os primeiros habitantes das grandes civilizações cresceram à margem dos grandes rios”. (Cunha 2013 apud SILVA, 2018). Em se tratando da Amazônia, a hidrografia é um elemento natural que permite a ocorrência da estruturação para a organização do espaço. Assim, Carvalho (2006 apud SILVA, 2018) sustenta que a Bacia Amazônica é o maior sistema de drenagem do mundo em disponibilidade de água doce, situada no território nacional e ocupa uma área estimada em 6,5 milhões de quilômetros quadrados ao longo da faixa equatorial. Realmente, o regime hidrológico do Rio Amazonas resulta fundamentalmente do regime pluviométrico que é muito irregular espacial e temporalmente na região. (CARVALHO, 2006, p.49).

Este estudo tem um grande significado, pois representa um exercício que relaciona a teoria à prática sob a luz do conhecimento, das dimensões da profissão teórica-metodológica, ético-política e ação em Geografia.

Da Costa do Catalão ao Novo Catalão: Reprodução de uma nova territorialidade camponesa é um tema interessante, pois a comunidade da Costa do Catalão se desterritorializa em virtude da intensificação dos fenômenos da enchente/cheia, vazante/seca e das terras caídas e vai em busca de uma nova territorialização, o Novo Catalão.

O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação e territorialização enseja identidades e territorialidades que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social” (BOURDIEU, 1989).

O território pode ser entendido como um produto social que está em permanente mutação, configurando um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que se faz dentro de um padrão de dependência histórica, no qual o espaço construído atua como agente na

reconfiguração do novo espaço (HAESBAERT, 2005). O Novo Catalão diferencia-se pela sua história, ou seja, é constituído por camponeses que foram assentados pelo INCRA em área de terra firme, que outrora se estabeleciam em uma área de várzea e em função do atual estágio de desenvolvimento econômico e social e, conseqüentemente, dos padrões produtivos.

Novo Catalão é um dos Projetos de assentamento criado por meio de obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). O assentamento inicia a fase de instalação das famílias no local, com a concessão dos primeiros créditos e investimentos na infraestrutura: estradas, habitação, eletrificação e abastecimento de insumos.

Inicialmente, a estratégia de sobrevivência na nova comunidade para enfrentar os problemas surgidos foi a solidariedade familiar e comunitária. Há que se considerar que o elemento família sempre está na base das relações de solidariedade e reciprocidade criadoras de estratégias para a sobrevivência campesina. Assim, as relações de parentesco e de vizinhança são fundamentais e os pilares para a permanência da solidariedade familiar campesina.

Convém salientar que este estudo representa um instrumento fundamental na formação da análise crítica das demandas reais colocadas ao mestrado e contribui, consideravelmente, para o desenvolvimento e capacidade interventiva, propositiva, investigativa e criativa, impulsionando a identificação de competências e habilidades necessárias ao desenvolvimento científico.

Este estudo é muito importante pelas informações que traz e contribui com outros estudos já realizados sobre essa temática e a necessidade de explicar as especificidades do campesinato existente na comunidade do Novo Catalão. Sabe-se que a migração da área de várzea para terra firme exige a assimilação de novos comportamentos por meio do aprendizado. SOUZA (2010), afirma que à margem do Rio Amazonas, encontram-se núcleos de ocupação populacional, representantes de múltiplas realidades sociais em convivência com a dinâmica ambiental, ou seja, os habitantes das margens dos rios aprenderam a viver e conviver com a dinâmica da enchente/cheia, vazante/seca e ao mesmo tempo, com os fenômenos da terra caída. Dois fenômenos naturais que alteram o modo de viver do camponês ribeirinho e concorrem para seu histórico deslocamento

territorial e perdas de bens materiais, bem como para reprodução de uma nova territorialidade camponesa.

Considerando esse cenário, este trabalho trata de um estudo do camponês ribeirinho que sofreu um processo de migração compulsória e tem como título: Da Costa do Catalão ao Novo Catalão: reprodução de uma nova territorialidade camponesa no município de Iranduba-Am. Dessa forma, a presente pesquisa intentou compreender a formação/organização da produção agrícola familiar campesina na comunidade do Novo Catalão, localizado no município de Iranduba/AM (Figura 1).

Para dar suporte à pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1) Entender o contexto histórico de formação do campesinato no município de Iranduba/AM; 2) Compreender o processo de formação/instalação da comunidade Novo Catalão, considerando a produção de hortaliças como elemento fundamental na reprodução camponesa; 3) Verificar as redes de comercialização de hortaliças existentes na Comunidade Novo Catalão.

Figura 1: Mapa do Município de Iranduba – AM



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Magalhães (2018).

Iranduba é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. Situado à margem esquerda do Rio Solimões,

está conectado à capital amazonense através da Ponte Jornalista Phelippe Daou. Segundo estimativas do IBGE de 2021, o município possuía 49.718 habitantes. Iranduba é considerado o maior produtor de hortifrutigranjeiros e produz 75% dos tijolos e telhas consumidos no estado do Amazonas.

É nesse município que está localizada a área de estudo, o assentamento PDS Cachoeira, conhecido como Novo Catalão, localizado na rodovia estadual AM-070, Km 26, margem direita, quilômetros 2 e 3 do ramal da Cachoeira (Figura 2). Trata-se de um assentamento projetado pelo INCRA, através do programa de reforma agrária, cuja maioria da população têm sua atividade econômica inserida na agricultura familiar campesina voltada para o cultivo de hortaliças.

Figura 2: Localização da Área de Estudo



Fonte: IBGE (2015). Elaboração: Pereira (2020).

Para compreender o processo de reprodução da nova territorialidade camponesa, bem como para entender as relações socioeconômicas no contexto da Geografia, foram definidos os seguintes questionamentos: Como se constituiu historicamente a formação do campesinato em Iranduba/AM? Quais as estratégias e desafios que os camponeses, vindos de área de várzea, enfrentaram na construção de uma nova territorialidade em área de terra firme? Como a

produção de hortaliças se constituiu como atividade econômica principal na comunidade campesina do Novo Catalão?

Os procedimentos metodológicos deste trabalho foram desenvolvidos através de processos realizados em uma abordagem teórico-empírica, baseada no método dialético em que se buscou compreender a formação e a organização da nova territorialidade estudada. A escolha do método dialético prende-se ao fato de considerar que o sujeito e objeto são intrínsecos, o sujeito se constrói e se transforma ao mesmo tempo e o objeto construído influencia as ações do sujeito.

Inicialmente, este estudo realizou levantamento bibliográfico de autores e obras da ciência geográfica que abordam conceitos e teorias pertinentes ao objeto da pesquisa, tais como: camponês, território, territorialidade e monopolização do território pelo capital. Para a construção deste estudo também foram utilizados livros, revistas, trabalhos científicos, dissertações, artigos disponíveis em base de dados como bibliotecas virtuais. Os artigos disponíveis nessas bases de dados, além de publicações em livros e revistas foram selecionados de acordo com sua relevância para a construção deste trabalho. Conta-se, ainda, com o apoio dos estudos dos autores brasileiros como, para contextualizar a agricultura familiar campesina num país de capitalismo dependente como o Brasil. Esses estudos dão o embasamento necessário para analisar qual foi o caminho percorrido pelo camponês do Novo Catalão para construir uma nova territorialidade.

No segundo momento foram realizadas pesquisas de campo, no recorte espacial geográfico do estudo, para levantar informações sobre os fatores que contribuíram/contribuem para formação/instalação da comunidade Novo Catalão e as transformações socioespaciais ocorridas na área estudada, considerando a produção de hortaliças como elemento fundamental na reprodução camponesa. Na terceira etapa, realizou-se a sistematização dos dados, com análise e seleção das informações coletadas e pesquisas para e elaboração do texto sobre o tema abordado.

O camponês, ao plantar em sua terra, procura atender seu maior objetivo que é a de suprir as suas necessidades de subsistência e de sua família. O contraponto, nascido e alastrado mundialmente via sistema capitalista, procura desfazer o modo campesino de viver, uma vez que, este não tem como intuito maior trabalhar para produzir lucro. Isso faz com que o camponês se depare com

o desafio de tentar reproduzir sua tradição aos seus descendentes para que, sua classe não seja extinta. Shanin (2008) resume a questão camponesa, como “Modo de Vida”, basicamente uma espécie de economia familiar.

O enfrentamento coletivo/comunitário do processo de desterritorialização da Costa do Catalão vivenciado pelas famílias que se mantiveram enquanto grupo camponês, culturalmente diferenciado, possibilitaram a construção de novas e múltiplas estratégias de resistência que lhes permitiram construir um novo território de reprodução socioeconômica e sociocultural de seus membros.

É de se esperar que os assentamentos enquanto territórios criados representem um componente importante no processo de produção e organização do espaço agrário no município de Iranduba, estado do Amazonas. Enquanto território, esse espaço adquire uma outra forma de organização territorial, uma nova paisagem, redimensionando também das relações de poder, pois enquanto território criado/construído essas relações estarão presentes em todos os níveis, expressando-se na efetivação do território e nas territorialidades construídas.

Espera-se, por conseguinte, contribuir com a temática no sentido de ampliar os conhecimentos e demonstrar que é necessário superar a visão espacial fragmentada, na qual o campo é analisado independentemente da cidade, isto significa dizer que, de acordo com Oliveira (1997, p. 26), há uma unidade contraditória entre cidade e campo.

Ou seja, “devemos entender que os processos contraditórios e desiguais do capitalismo têm se desenvolvido, no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética” (OLIVEIRA, 2013, p. 64). Cabe a nós, apreender o processo de reprodução da nova territorialidade da Costa do Catalão à partir de amplos e complexos condicionantes, que vão desde a ocupação do território à sua interferência no desenvolvimento da agricultura familiar camponesa, considerando que a comunidade Novo Catalão localiza-se na Região Metropolitana de Manaus (RMA), estabelecendo intensa troca socioeconômica com os municípios dessa Região, em especial com a cidade de Manaus, a mais populosa da Região Norte do País e exerce uma atração para os camponeses, tendo em vista ser a maior cidade da região.

Desta forma, os assentamentos hoje representam a busca pela construção de uma outra identidade, de um outro sentido para a existência de trabalhadores que antes estavam alijados das suas condições de trabalho. As relações que os indivíduos estabelecem no assentamento com base na vivência coletiva serão responsáveis pela definição de novos papéis sociais, consolidando o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, “as territorialidades são influenciadas pelas técnicas e pelo modo de produção, manifestam-se na cultura, no comportamento, ou seja, nas ações de indivíduos e grupos sociais” (CANDIOTTO e SANTOS, 2009, p. 323).

Assim sendo, essas transformações que ocorrem na natureza, no meio ambiente e na produção repercutem em seu território e territorialidades, visto que, a centralidade da vida comunitária está na organização familiar diante das questões do trabalho e consumo, assim como na necessidade de garantir sua própria subsistência. Portanto, elas influenciam nas formas de apropriação da comunidade em relação ao seu território.

Para concretizar os objetivos propostos para a realização desta dissertação, julgou-se conveniente estruturá-lo em três capítulos. No primeiro capítulo nos propomos a realizar, à luz da revisão bibliográfica, uma reflexão sobre o contexto histórico de formação do campesinato no Amazonas; o processo de colonização da Amazônia e o modo de vida do camponês ribeirinho; da Costa do Catalão ao Novo Catalão: recriação camponesa em Iranduba/AM e as especificidades do campesinato existentes na comunidade do Novo Catalão. O primeiro capítulo, contém as categorias que embasam a argumentação dos autores que fornecem a base teórica para a análise explicitada sobre o camponês.

O segundo capítulo, explica o processo de formação/instalação da comunidade Novo Catalão e a produção de hortaliças como elemento fundamental na reprodução camponesa. O processo de desterritorialização/reterritorialização de camponeses da Costa do Catalão em áreas de terra firme. A reprodução da nova territorialidade da Costa do Catalão a partir de amplos e complexos condicionantes. A produção de hortaliças e as diferentes formas de uso da terra na Comunidade Novo Catalão.

No terceiro capítulo está contemplada a rede de comercialização de hortaliças do Novo Catalão Iranduba/AM. A monopolização do território pelo

capital na produção de hortaliças. Mercado de hortaliças, canais de distribuição e venda dos produtos: hortaliças.

Por meio dessas análises, procurou-se entender o lugar que o desenvolvimento do capitalismo reservou para a pequena agricultura - camponesa, familiar, como se queira chamar - que preserva a união entre propriedade dos meios de produção e trabalho. Isso, tendo claro, também, conforme assinala Lamarche (1993, p. 23), que “a exploração familiar campesina se transforma, evolui, adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive”.

## **1. O CONTEXTO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO AMAZONAS E NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA/AM**

Neste capítulo procura-se explicar que no final do século XVI, a Amazônia era explorada economicamente, por holandeses e ingleses. Os portugueses procuravam estabelecer-se na rica região canavieira de Pernambuco; sua presença na Amazônia ainda não havia se iniciado. Até o segundo decênio do século XVII, quando os portugueses começaram a ultrapassar a divisória de Tordesilhas - Isso se fez em função da União Ibérica, visto que portugueses e espanhóis estavam sob o domínio de uma mesma coroa (a espanhola), e não fazia muito sentido a linha de Tordesilhas naquele momento – as companhias de Londres e Flessingen promoviam um ativo comércio de madeiras e pescado, depois de terem iniciado plantios de cana, algodão e tabaco, o que intensificou a ocupação e exploração econômica europeia na Amazônia.

### **1.1. O processo de colonização da Amazônia e o modo de vida do camponês ribeirinho**

A Amazônia é ocupada por vários grupos e populações tradicionais constituídas por vários processos de miscigenação. Dentre os principais agentes sociais destacam-se os povos indígenas, as populações ribeirinhas, pescadores, extrativistas e migrantes.

A origem do homem na Amazônia (atual camponês/ribeirinho) foi cercada de muitas fantasias e teorias imaginosas. Tal qual a tentativa de explicar a presença humana no Novo Mundo, as marcas deixadas pelos homens na Amazônia suscitaram inúmeras hipóteses. A teoria aceita é que o homem chegou ao Novo Mundo através da Ásia. Pode-se aceitar a hipótese de que, há 24 mil anos, grupos nômades atravessaram o estreito de Bering, ocupando e colonizando as Américas (SOUZA, 2019 apud PEREIRA, 2021).

Há que se considerar que a coroa portuguesa lançou mão de dispositivos que implementados, ajudaram a dominar os povos da Amazônia e sua consequente exploração econômica. Um desses dispositivos foi a implantação do Regime das Missões que, introduziu os descimentos por meio dos quais os missionários persuadiam nativos a sair de suas aldeias de origem para viver nas aldeias controladas por missionários; implementou as tropas de resgates, que

resgatavam nativos presos por nativos de outras tribos e incentivou as guerras justas - modelo de pensamento e um conjunto de regras de conduta que define em quais condições a guerra é uma ação moralmente aceitável.

Esse conjunto de providências permitia que os missionários portugueses aculturassem e doutrinassem os índios para convertê-los em cristãos.

Na Amazônia, o período pombalino deixou marcas importantes na caracterização da sociedade colonial, onde a racionalidade econômica e política direcionou para a produção espontânea e para cultura da terra, culminando na valorização regional e em projeto de estabilidade às experiências agrícolas. A destribalização dos grupos originários, realizados pela submissão militar e a nacionalização forçada, "foram aliados fundamentais na formação de uma mão de obra regional, resguardada pela fortificação das margens, do centro e das fronteiras do território e da bacia amazônica" (SILVA, 2004, p. 83 apud SERRÃO, 2017, p. 25).

A pesquisa de Serrão (2017), mostra que com o objetivo de viabilizar os interesses mercantilistas na Amazônia, os conquistadores portugueses, seja por meio do Regime das Missões, seja pelo Diretório, vão praticar contra os índios das águas um verdadeiro processo de etnocídio (CRUZ, 2007, p. 23). E esse etnocídio, não se deu apenas pela morte física, mas principalmente pela morte cultural que o Diretório e outras políticas instituíram. As mudanças, em pouco tempo passaram a ser percebidas. A Amazônia aos poucos vai deixando de ser indígena, para se transformar em uma Amazônia mestiça, cabocla, camponesa, embora a maior parte da população indígena remanescente no Brasil<sup>1</sup>, se concentre nessa região. Primordialmente, os traços desses cruzamentos deram base para a formação do camponês na Amazônia.

Há que se diferenciar genocídio de etnocídio, pois não se trata somente de morte étnica, ou seja, de perda obrigatória da identidade cultural, mas da matança geral que se produziu contra os povos indígenas. Nesse segundo aspecto o termo mais preciso é genocídio.

Segundo Fernandes (2015) publicado em 1758, o Diretório dos Índios foi uma lei caracterizada por uma série de diretrizes a serem seguidas nas colônias portuguesas. Propunha a normatização de diversas práticas coloniais,

---

<sup>1</sup> Existem mais de duzentas terras indígenas sendo reivindicadas somente na soma dos estados do Amazonas e Roraima. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi>.

estabelecendo critérios educacionais, administração da força de trabalho e relações entre indígenas e colonos. Ao mesmo tempo em que regulava a liberdade das populações indígenas, institucionalizava seu trabalho forçado. Sob sua vigência, até os anos 1798, várias unidades coloniais foram criadas a partir das antigas aldeias missionárias. O objetivo era levar as populações indígenas a realizar a transição para a vida civil, produzindo gêneros voltados ao comércio. O Diretório aliava projetos políticos, econômicos e sociais baseados no pensamento ilustrado, de modo a renovar o processo de assimilação e integração das populações indígenas à sociedade colonial.

Então percebe-se por meio da compreensão das leituras que a formação dos camponeses na Amazônia está inserida em um contexto amplo e que há muito tempo vem sendo discutida. Segundo Serrão (2017), por se inserir no contexto societário mais amplo, sua ligação com o externo variou em períodos e contextos diferentes. Serrão, prossegue dizendo que pelas imposições de trabalho aos quais foram submetidos, usaram em determinados períodos, a opção pelo extrativismo, ao ponto do abandono esporádico da agricultura e dos cultivos, voltando sua atenção para o mercado externo (LOUREIRO, 2007 apud SERRÃO 2017). O contrário também ocorreu, dada ao enfraquecimento das demandas externas por produtos extrativos, quando esses camponeses voltavam o trabalho para o interior das unidades familiares, fortalecendo a agricultura e a combinação de atividades, característica que marca a trajetória camponesa na Amazônia. Isso demonstra a plasticidade sobre o qual assenta o campesinato amazônico, que mesmo, voltado para o mercado externo, não deixou de desempenhar outras funções, combinando diferentes atividades, motivos pelo qual não abandonam a agricultura, a pesca, a caça, o extrativismo, as pequenas criações, entre outras atividades (CRUZ, 2007).

Segundo Castro (2013), o espaço urbano amazônico tem origem a partir do processo de conquista portuguesa à região, na qual, os núcleos urbanos coloniais são os resultados concreto da ocupação europeia. Ainda mais que, o próprio surgimento da cidade é produto desse processo que ocorreu através dos rios e da floresta da Amazônia.

Convém dizer que a ocupação da região pelos portugueses ocorreu depois de assegurada a posse da terra. Muitos fatores contribuíram para intensificar essa ocupação. Primeiro os colonizadores esperavam tirar da Amazônia, de suas

florestas e rios, aquelas especiarias que davam lucro, mas para que isso se tornasse real seguiram o sistema de colonizar: a) explorando as riquezas da natureza, as matérias primas; b) escravizando os indígenas e c) desenvolvendo uma agricultura incipiente.

Para Neves (2005) a ideia que surge é que os primeiros viajantes subiam e desciam os rios em embarcações para redescobrir o grande espaço amazônico, levar suprimentos e dominar os nativos. Chambouleyron, Arenz e Melo (2020) sustentam que a colonização implicou um processo de apagamento dos espaços e das práticas agrícolas indígenas, os índios conseguiram construir novas práticas ou legitimar novos espaços de produção agrícola no interior do próprio mundo colonial. Não abordaremos neste texto as práticas agrícolas propriamente ditas dos índios coloniais, dado ao caráter fragmentado da documentação anterior à segunda metade do século XVIII.

Cruz (2007) faz uma breve retrospectiva histórica da constituição dessa nova classe agrária, que deve ser entendido no contexto do processo de desenvolvimento do capitalismo em escala nacional e internacional.

Os camponeses-ribeirinhos estão estabelecidos há muito tempo na várzea amazônica, sendo sua origem e formação o resultado de um prolongado processo de intercâmbio cultural, iniciado no século XVII, com a ocupação luso-espanhola, que ocasionou alterações no modo de vida das inúmeras sociedades indígenas que habitavam a região. Esse processo de trocas culturais entre os europeus e os índios, no século XVIII, durante o período pombalino (1750-1777), no qual um conjunto de medidas com o objetivo de atender os interesses mercantilistas foi implantado na região. Essas medidas tiveram papel decisivo, pois modificaram definitivamente as características indígenas na Amazônia, passando, a partir de então, a se constituir, cada vez mais, como Amazônia colonial sob o domínio português (CRUZ, 2007, p. 12).

No final do século XVIII e início do século XIX, já estava constituída uma população resultante das relações entre europeus, principalmente os portugueses e os índios das águas. Portanto, a origem dos camponeses-ribeirinhos que atualmente habitam as áreas de várzea na Amazônia foi anterior à crise da produção da borracha que se deu a partir de 1910/1912 (CRUZ, 2007).

Por outro lado, a procura pela borracha no segundo quartel do século XIX, visando a atender uma demanda internacional em expansão, exigiu a necessidade de se recorrer à força de trabalho de fora da região. Como esse período coincidiu com uma grande seca no Nordeste brasileiro, facilitou o

arregimento de força de trabalho nordestina para a exploração do látex na árdua vida dos seringais. Neste período, ocorreu uma expressiva migração de nordestinos para a Amazônia (cerca de 500.000) que também, entraram em contato com os camponeses-ribeirinhos já estabelecidos, intensificando, ainda mais os processos culturais na várzea da região (CRUZ, 2007).

Cruz (2018) afirma que o caboclo, o ribeirinho, o beiradeiro, o varzeiro, dentre outras formas como o camponês é conhecido na Amazônia, reproduz um modo de vida baseado em uma combinação de atividades, tais como: pesca, agricultura, extrativismo e artesanato. O modo de vida do camponês amazônico está relacionado com as relações de trabalho familiar em características de campesinato particular. Vive adaptado ao espaço que ocupa e ao uso dos seus recursos naturais e ao aprimoramento de suas técnicas cotidianas de trabalho nos ambientes de várzea, da floresta e da terra firme associadas ao regime de enchente/cheia, vazante/seca do rio.

Os ribeirinhos são considerados populações tradicionais que residem nas proximidades dos rios e vivem na relação com a terra, o rio e a floresta, praticando além da agricultura, a pesca artesanal e o extrativismo florestal de subsistência por conta dos aspectos geográficos do país. Além das populações nativas, somam-se a esta categoria descendentes de migrantes do Nordeste do país.

Ribeirinho é a denominação usada para caracterizar os pequenos produtores que têm nas terras de várzea o seu espaço social organizado. Diferencia-se do pequeno produtor da terra firme, não só por ocupar um espaço físico diferente, mas também por sua relação com a terra (CHAVES, 1990, p. 25).

Os ribeirinhos sempre buscam contornar as imposições da natureza, para tanto desenvolvem estratégias que lhes possibilite manter a reprodução do seu modo de vida. Diversos fenômenos ocorrem na várzea que moldam o cotidiano dessa população. O principal, é a dinâmica anual das águas que é ao mesmo tempo um fator propício e limitante à produção agrícola dos ribeirinhos. Para se entender melhor essa dinâmica expõe-se acerca de especificidades do sítio onde estão assentadas essas populações (THOMAS NETO, SOARES e QUEIROZ, 2018).

Nascimento (2016), também afirma que a produção ribeirinha que antes era majoritariamente destinada à exportação (Quadro 01), passa a destinar-se ao

abastecimento da cidade, que demandava de alimentos principalmente de alimentos oriundos da agricultura familiar camponesa (Quadro 02).

Quadro 1: Períodos e produtos voltados para exportação

<b>SÉCULO</b>	<b>PRODUTOS - EXPORTAÇÃO</b>
XVII	Cacau, tabaco, cana de açúcar, milho.
XIX	Borracha
XX	Guaraná
XIX e XX	Juta

Fonte: Neves (2011) e Nascimento (2017). Organização: Neocy Serruya (2021).

Quadro 2: Focos da Produção da Agricultura familiar na Costa do Catalão

<b>SÉCULO</b>	<b>PRODUTOS</b>	<b>CICLOS</b>
XX, XXI	Alface ( <i>lactuca</i> )	30 a 40 dias
	Cebolinha ( <i>alliumfistulosum</i> )	3 a 4 meses
	Coentro ( <i>micropogoniasfurniere</i> )	30 a 35 dias
	Couve (básica <i>oleracea</i> )	2 a 3 meses

Fonte: SEPROR/ADS (2021). Organização: Neocy Serruya (2021).

No Amazonas, na zona ribeirinha, na agricultura praticada pelos camponeses prevalece o cultivo de culturas temporárias, de ciclo curto como alface, cebolinha, coentro, couve, banana, milho, feijão, jerimum, quiabo, maxixe, pimenta de cheiro entre outros, que são focos da produção. Destaca-se também a cultura da mandioca que faz parte da alimentação e da renda dos camponeses.

O município de Iranduba possui dois ecossistemas, várzea e a terra firme. Em ambos, os agricultores têm na agricultura familiar sua principal fonte de renda, possuindo uma relação intrínseca com a terra que é seu local de trabalho e de moradia. Apesar desses agricultores trabalharem com a agricultura familiar, suas características são bem distintas nos modos de viver e de desenvolver a produção agrícola. Há que se destacar que, as características do viver na várzea muitas vezes impõe a migração compulsória como ocorre com o processo de travessia do ribeirinho para a terra firme (THOMAZ NETO, SOARES e QUEIROZ, 2018).

Marques (2016) afirma que a origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da Idade Média europeia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista.

Conforme se pretende demonstrar a seguir, o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária não apenas brasileira, mas em todos os países centrais e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo.

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50, ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2016).

Desde a década de 1990, os conceitos de camponês e agricultor familiar sofreram profundas alterações, as quais têm desencadeado pesquisas acadêmicas em diversas áreas. Na área da Geografia, duas produções acadêmicas construídas a partir de análises da realidade do Pontal do Paranapanema, uma de 1990 e outra de 2000 poderão, de forma preliminar, colocar o problema em questão. O trabalho científico de Silveira (1990, p. 231) demonstra:

[...] uma gama muito grande de tipos de camponeses que vai desde aquele que racionaliza ao máximo sua produção, que está ligado à cooperativas, e tenta ajustar-se às necessidades do mercado, minimizando ao máximo seus riscos, até o posseiro, com condições mínimas de existência, que às vezes planta para ter o que comer.

Hespanhol e Costa (2000, p. 169-170) refuta o conceito de camponês pelo fato deste ter perdido o seu poder explicativo e o substitui pelo conceito de agricultor familiar, ao dizer que

[...] que a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram à valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato,

pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar.

Assim sendo, conceituar camponês é uma tarefa difícil porque implica na compreensão de nossa realidade agrária baseada na análise de sua história e de seu conteúdo sócio-político e cultural.

Campesinato é uma categoria em movimento. Essas comunidades viviam de caça, pesca, coleta e horticultura realizada pelas mulheres em hortas familiares heterogêneas, exploradas com instrumentos simples, com a energia humana e o fogo, realidade que nascia da escassez relativa de braços; da abundância e irrigação (MAESTRI e FIABANI, 2008, p. 69 apud ALBUQUERQUE, 2016 p. 26).

Para Albuquerque (2016), o que define a existência do campesinato é o ato rotineiro de plantar, cultivar, colher e consumir. Camponês é quem vive da agricultura, é quem com o próprio trabalho emprenha a terra, dela retira frutos e a ela está vinculado. Esse vínculo não é de propriedade.

O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (TAUSSIG, 1980, p. 10 apud MARQUES, 2016 p.11).

De acordo com Woortmann (1990), a campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. Estes podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade segundo sua trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista. Ainda conforme Woortmann (1990), ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Ela fundamenta uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade.

O conceito de camponês, segundo Nascimento (2016) permite o entendimento das particularidades que marcam o modo de vida do camponês amazônico, considerando suas relações internas e suas interações com não camponeses. Prossegue afirmando que o campesinato é entendido como modo

de vida, sobretudo quando considera a historicidade dos camponeses ribeirinhos, como esses sujeitos têm se reproduzido à frente das transformações impostas pelo capitalismo. Assim, a produção ribeirinha que antes era majoritariamente destinada à exportação, passa a destinar-se ao abastecimento da cidade, que demandava de alimentos principalmente de alimentos oriundos da agricultura familiar camponesa. No caso dos alimentos, os camponeses são os principais produtores, mas isso se deve a dinâmica do próprio capitalismo e não a uma escolha do consumidor. Há uma razão para que os camponeses sejam os maiores produtores de alimentos da sociedade.

De acordo com Oliveira (2018) camponês é aquele que é dono e ao mesmo tempo trabalha com seus meios de produção junto de sua família, sem a presença de trabalho assalariado. Por conseguinte, isso não deve ser entendido como um modelo aplicável a todas as realidades. Para Shanin (2005 apud OLIVEIRA, 2018), a heterogeneidade camponesa é indubitável, os camponeses apresentam diversidade entre si, nenhum camponês permanece igual até o fim da vida, ele muda com o passar do tempo.

O camponês é aqui entendido como classe social parte do capitalismo, mas que não absorve sua lógica, ao contrário, resiste as formas de apropriação da renda camponesa da terra pelo capital. O conceito em questão é pertinente uma vez que dá as ferramentas necessárias para entender as estratégias de reprodução camponesa no espaço agrário (OLIVEIRA, 2018, p. 01).

Voltado para a realidade amazônica Cruz (2007), considera a reprodução espacial ribeirinha como campesinato atribuindo a nomenclatura de camponês-ribeirinho, definindo a relação do camponês com a água, uma relação harmônica de troca.

A relação do camponês ribeirinho com a água (lago/rio) se dá no sentido ao qual se refere Woortmann (1990) com relação à terra, ou seja, corresponde uma relação de troca recíproca, na qual o trabalho fecunda a água e reproduz vida. Essa fecundação ocorre efetivamente a partir do momento do início da preparação da terra para a pesca. Em seguida, é necessário esperar a próxima enchente/cheia para que a água possa nas palavras dos moradores "ajudar a preparar a terra". Na sequência, quando ocorre o recuo das águas, os caboclos ribeirinhos terminam de preparar para a prática pesqueira. Portanto somente no segundo ano, que corresponde a segunda enchente/cheia, é que os caboclos irão praticar a prática de lanço (CRUZ, 2007, p. 218).

Trindade (2015) argumenta que a premissa básica para a explicação da racionalidade camponesa, a necessidade de consumo e o número de membros

da família, sendo finalidade principal do trabalho do camponês garantir suas necessidades de subsistência e não acumular lucro. O camponês deixa de trabalhar quando produz o suficiente para manter o de que necessita, portanto, a força de trabalho familiar é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa na perspectiva Chayanoviana.

Na visão de Trindade (2015) no estudo Shanin (2008, p. 34):

[...] uma das características principais do campesinato é o fato que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não algo sólido e abstrato é que começamos a entender realmente o que ele é.

Assim sendo, na ótica de Shanin, “o campesinato é ao mesmo tempo uma classe e um modo de vida” (MARQUES, 2008, p.50) que permanecerá na sociedade capitalista.

Tavares dos Santos (apud OLIVEIRA, 2007, p. 41-42) através de seu livro *Colonos do Vinho*, apresenta um conjunto articulado dos nove elementos estruturais da produção camponesa:

- a) a força de trabalho familiar - é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo;
- b) a ajuda mútua entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados;
- c) a parceria - é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e conseqüentemente aumentar suas rendas;
- d) o trabalho acessório - é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa;
- e) a jornada de trabalho assalariada - aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada;

f) a socialização do camponês - é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando a criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos;

g) a propriedade da terra - é, na unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar se está diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser camponês/proprietário, ser camponês-rendeiro (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser camponês-posseiro (recusar-se a pagar a renda e apossa-se da terra);

h) a propriedade dos meios de produção - exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto, mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas;

i) a jornada de trabalho - é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho).

Segundo Silva (2013), ao resgatar o sentido destes aspectos na formação social da Amazônia, percebe-se a diversidade das faces dos processos de recriação camponesa na região. Isto provém de uma longa trajetória da história da formação da região com a instituição da população cabocla até a chegada mais massiva dos grupos sociais que formaram a base da força produtiva na economia extrativa da borracha. Neste ritmo, as constituições destes grupos sociais que deram base a um campesinato regional trazem nas raízes os legados do processo de formação territorial de como esta fronteira foi sendo ocupada e produzida. Isto perante e em detrimento dos povos nativos que aqui habitavam e também do que foi recebido vindo do Nordeste. É nisto que se apresentariam como condições objetivas para a formação da classe camponesa amazônica e sua diversidade. Cabe ressaltar que esta diversidade está relacionada com as condições que foram postas a produzir e interagir com os ecossistemas e biodiversidade regional.

Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no

tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção estrita senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo reproduzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira. As formas exacerbadas de existência sob desigualdades socioeconômicas se expressam, sobretudo, na exploração da força de trabalho coletiva dos membros da família e na submissão aos intermediários da comercialização, que se associam a outros agentes dominantes para produzir um endividamento antecipado e expropriador. Essas formas de subordinação, que põem em questão as possibilidades de reprodução da condição camponesa, contrapõem-se à avaliação de perenizadas experiências positivas de construção da condição camponesa (GODOI, MENESES e MARIM, 2009, p. 13).

Neste sentido, é que Witkoski (2010), salienta que o camponês amazônico e sua família possui três ambientes de trabalho, sendo eles: terra, floresta e água. De modo mais ou menos intenso, estes grupos realizam suas atividades denotando uma fina interação com o ambiente natural. Terra, floresta e água estão sob esta ótica colocados como espaço produzido, lócus de vivência e uso socioproductivo. Estes sujeitos, revelam-se aí como homens e mulheres que habitam, trabalham e constroem seu universo significado de luta e vivência na floresta.

A Amazônia, e por que não dizer o Amazonas é ocupado por uma diversidade de grupos étnicos e por populações tradicionais, historicamente constituídas, a partir dos vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região (LIRA E CHAVES, 2016, p. 72).

## **1.2. Da Costa do Catalão ao Novo Catalão: recriação camponesa em Iranduba-AM**

Nesta seção consta um breve histórico da comunidade Costa do Catalão e como se deu o processo de assentamento no Novo Catalão, assim como se deu o processo de adaptação a uma nova realidade na terra firme.

Este estudo foi realizado no Município de Iranduba, um dos municípios do Amazonas, situado à margem esquerda do Rio Solimões, na confluência deste com o Rio Negro, ao sul da capital do Amazonas-Manaus, da qual dista 22

quilômetros. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 03° 17' 06 de latitude sul e 60° 11' 09 de longitude W. Gr.

Irاندuba está localizado ao sul da cidade de Manaus e faz fronteira fluvial e rodoviária (através da ponte Phellipe Daou) com a metrópole Manaus. O seu território é banhado tanto pelo Rio Solimões quanto pelo Rio Negro, exatamente onde um deságua no outro passando a formar o Rio Amazonas. Por se encontrar próximo da metrópole, o município desenvolveu dois polos econômicos, o de cerâmica e o hortifrutigranjeiro para atender demandas de Manaus, nas décadas de 1970 e 80, que estava em plena expansão populacional devido à recém implantação do Projeto Zona Franca de Manaus (facilitações tributárias, financeiras e creditícias às empresas industriais e comerciais que se estabeleceram no município). Irاندuba teve sua institucionalização como município em 1981. Além de sua sede urbana, possui quatro distritos (Cacau Pirêra, Ariaú, Lago do Limão e Paricatuba) e 48 comunidades consideradas rurais, segundo o plano Diretor do Município (IRANDUBA, 2011) tem 2.216,8 km<sup>2</sup> de área territorial.

A área delimitada para a pesquisa é a comunidade Novo Catalão, localizada no Km 26 da rodovia AM-070, no ramal da Cachoeira, onde foram assentados os camponeses vindos da Costa do Catalão, área de várzea localizada na região leste do município de Irاندuba, na foz do rio Solimões.

A Comunidade Costa do Catalão foi formada há pelo menos cem anos por famílias oriundas do Nordeste, principalmente cearenses e pernambucanos, outrora residentes da região do Careiro da Várzea, que em 1938 se torna um distrito de Manaus. Essas famílias viviam da extração e comercialização da borracha. Com a crise mundial desse produto, a comunidade teve que encontrar uma outra forma de sobrevivência, e assim resolveram se mudar, alojando-se na Costa do Catalão.

Sendo o lugar Costa do Catalão um ambiente de várzea, iniciaram ali seus novos moradores a prática da agricultura. Dividiram as terras entre as pessoas

que iam chegando, organizaram-se em núcleos familiares e as “propriedades”<sup>2</sup> se distribuíram por agrupamentos familiares.

As primeiras famílias, eram conhecidas pelo sobrenome, o que ajudava na orientação espacial e social do local. Assim se estabeleceram os Amâncio, os Medeiros, os Cândidos, os Correia Lima, os Ramos, os Paz e Costa, entre outros. Em decorrência dessas novas relações ali estabelecidas, houve a necessidade de se construir uma escola, uma igreja e um local para as atividades de lazer e reuniões da comunidade.

Inicialmente, as famílias trabalhavam na plantação de juta, porém com o declínio dessa atividade, em território brasileiro, o abandono do setor da juta por parte do poder público estadual e federal – aliado a outros fatores, como a falta de incremento tecnológico em toda a cadeia produtiva – causou o declínio vertiginoso dessa agroindústria. Um exemplo desse desamparo estatal é o descaso com o material genético de juta que está caminhando para o desaparecimento entre os produtores da região – podendo até já ter desaparecido –, pois seu recolhimento e armazenamento não constam como ações prioritárias nos bancos de germoplasma da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). Se esse material for perdido, a Índia, local de origem da espécie, dificilmente cederá novas partidas de sementes de juta, questão bastante complexa atualmente no contexto da legislação acerca da biodiversidade brasileira e indiana. Enquanto que no seu apogeu, em 1965, o Brasil chegou a produzir mais de 61 mil toneladas de fibra de juta, a média do período de 2015 a 2017 foi de apenas 367 toneladas e 264 hectares de área colhida. Um dos fatores que ocasionaram a crise da cultura da juta nos anos 1970 e 1980, era que a juta era usada para a produção de sacarias que embalavam grãos e outros produtos voltados para exportação.

---

<sup>2</sup> Nas áreas de várzea não existe a propriedade privada da terra, o direito de uso da terra é concedido pela União aos moradores mediante a expedição do Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS. O TAUS é conferido em caráter transitório e precário, para comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população. A autorização compreenderá áreas utilizadas tradicionalmente para fins de moradia e uso sustentável dos recursos naturais. A concessão de TAUS é regulamentada pela Portaria SPU nº 89, de 15 de abril de 2010.

Com a inserção da fibra sintética, mais barata, em substituição à fibra natural da juta (*corchorus capisulares*), houve o declínio da produção da fibra natural, com o conseqüente abandono estatal da garantia de um preço mínimo para a produção ribeirinha.

Em função da crise mundial pela demanda desse produto a partir das décadas de 1970 e 1980, os camponeses ribeirinhos da Costa do Catalão, mudaram para a plantação de hortaliças, pois a juta, além da crise de demanda que se abatia sobre essa cultura, possuía um processo mais longo de produção, ao contrário das hortaliças que são culturas de ciclo mais curto, o que lhes possibilitava várias colheitas ao longo do ano.

Lopes e Soares (2017) afirmam que, com o tempo, pelos casamentos interfamiliares a comunidade Costa do Catalão se constituiu em uma comunidade com base no parentesco. Inicialmente, eles cultivavam banana e macaxeira e, nos anos 1960, também plantaram juta para atender a indústria de tecelagem em Manaus. Nas décadas de 1970 e 1980, se dedicavam ao plantio de mandioca para produção de farinha. A partir de então, com o crescimento demográfico de Manaus, devido à implantação da Zona Franca, que demandava por alimentos, Iranduba se transforma em importante cinturão verde, com incentivos governamentais. Foi quando os moradores da comunidade passaram a se dedicar ao plantio de hortaliças, que se mantém parcamente até o presente momento por alguns camponeses que embora, não morem mais na área, ainda usam as poucas áreas remanescentes para o cultivo de hortaliças na época da vazante/seca, aproveitando a fertilidade natural do solo de várzea, ainda que isso os obrigue a um deslocamento diário entre a área de cultivo e a área de moradia.

O nome “Costa” (do Catalão), se deve à localização daquelas terras que ficam na costa da ilha, onde do outro lado está o Lago do Catalão (figuras 03 e 04). De acordo com Pereira (2007), “os trechos retilíneos da margem do rio, em que se estendem faixas contínuas de terraços mais altos (barrancos) são denominados de “Costa”.

Figura 3: Costa do Catalão – Rio Solimões próximo a foz do Rio Negro



Fonte: Google Maps (2018). Organizado: TOMAZ NETO (2021).

Figura 4: Comunidade Costa do Catalão “Construindo História”



Fonte: Deiny Sousa, s/d. [https://www.facebook.com/Novo Catalão](https://www.facebook.com/NovoCatalão)

A área ocupada pela comunidade Costa do Catalão passou a ser afetada pelo fenômeno das terras caídas de uma forma mais intensa a partir de 1980 e, em 1982, ocorreu o primeiro grande desastre natural, quando a casa e parte da propriedade de uma das famílias desbarrancou e foi levada pelas águas barrentas do Rio Solimões. Esse fenômeno avançou de forma imoderado no decorrer dos próximos anos, e, em 2004, mais e mais estruturas estavam sendo afetadas pelo fenômeno das terras caídas (Figura 5).

Figura 5: Evolução acelerada do fenômeno das terras caídas na Costa do Catalão – 2004



Fonte: Google Earth (2020). Elaboração: Matheus Bertulino (2020).

Um comparativo da evolução do fenômeno das terras caídas na Costa do Catalão, entre os anos de 2004 e 2021, onde se pode perceber a intensidade e dramaticidade que esse fenômeno acarretou aos moradores da comunidade da Costa do Catalão (Figura 6).

Figura 6: Costa do Catalão - margem do Rio Solimões em 2004, comparativo com 2021



Fonte: Google Earth (2021). Elaboração: Matheus Bertulino (2020).

A partir de 2006, o campo de futebol e a capela, que ficavam mais próximos do rio, se tornaram área de risco iminente, porque o rio avançava em direção a eles de modo rápido e assustador. A capela foi reconstruída em outra área e o campo de futebol não foi mais construído por faltar espaço, priorizando-se a religiosidade em detrimento do lazer. Essa nova configuração de uso do espaço pode ser percebida acima (Figura 6). Pode-se ter a dimensão da força do fenômeno das terras caídas, uma vez que mostra que, o intervalo de apenas um ano (2009/2010), foi suficiente para comprometer a estrutura representada pelo campo de futebol (Figura 7 e 8).

Figura 7: Avanço da margem do rio na Costa do Catalão em 2009



Fonte: Google Earth (2021). Elaboração: Matheus Bertulino (2020).

Figura 8: Elementos culturais simbólicos da comunidade ribeirinha atingidos pelo avanço do fenômeno das terras caídas – capela e campo de futebol – 2010



Fonte: Google Earth (2021). Elaboração: Matheus Bertulino (2020).

Nesse mesmo contexto, pode-se perceber que a área em destaque onde se encontrava a sede da associação da comunidade entre outras estruturas, viriam a ser as próximas a serem atingidas pelo fenômeno das terras caídas.

Segundo Queiróz, Soares e Tomaz Neto (2018), a erosão fluvial lateral é um risco que afeta diretamente as habitações, aspectos da produção e da infraestrutura nas comunidades. A perda de terras faz com que se recuem as estruturas como residências, igrejas, áreas de lazer próximas às margens, ou, no extremo, podem causar a emigração compulsória para os centros urbanos e zonas rurais na terra firme.

De acordo com Thomaz Neto (2019), as habitações, sobre palafitas, são tradicionais na cultura ribeirinha, pois são adaptadas para a sazonalidade do rio, de forma que os residentes podem viver na região durante o ano todo, embora a prática da agricultura e pecuária fiquem comprometidas tendo em vista que as terras ficam submersas em um período do ano.

No caso em particular e em função da intensificação do fenômeno das terras caídas na Costa do Catalão, as casas que ficavam sob a ameaça de desbarrancamento eram desmanchadas e reconstruídas em áreas mais distantes da margem do rio, que as deixassem a salvo do desbarrancamento, pelo menos

por mais um determinado período, até que houvesse necessidade de ser desmanchada e reconstruída novamente (Figura 09).

Figura 9: Tipo de moradia palafítica comum em área de várzea



Fonte: Youtube – Canal Habitar Habitat<sup>3</sup> – Costa do Catalão AM, 2008.

A comunidade Costa do Catalão era dotada de energia elétrica proveniente de programas governamentais ou com a estrutura custeada pelos próprios moradores. O lazer era realizado com jogos em campos de futebol e eventos de igrejas, ou promovidas por iniciativas familiares, ou escolas. Possuía característica de se organizar em associações de moradores/produtores, a fim de facilitar e intensificar as relações comerciais e as reivindicações feitas junto ao poder público.

Depois de certo tempo e com o avanço imoderado do rio, os camponeses ribeirinhos buscavam a terra firme para dar continuidade à sua produção. Essa busca pela terra firme significa que o ribeirinho precisava dar continuidade ao seu trabalho de subsistência de sua família, plantando e colhendo produtos e comercializando eventual excedente. No início, a posse de áreas em terra firme se dava por compra ou arrendamento das terras disponíveis. Outros ribeirinhos agricultores que não conseguiram ter acesso à terra, passaram a trabalhar como

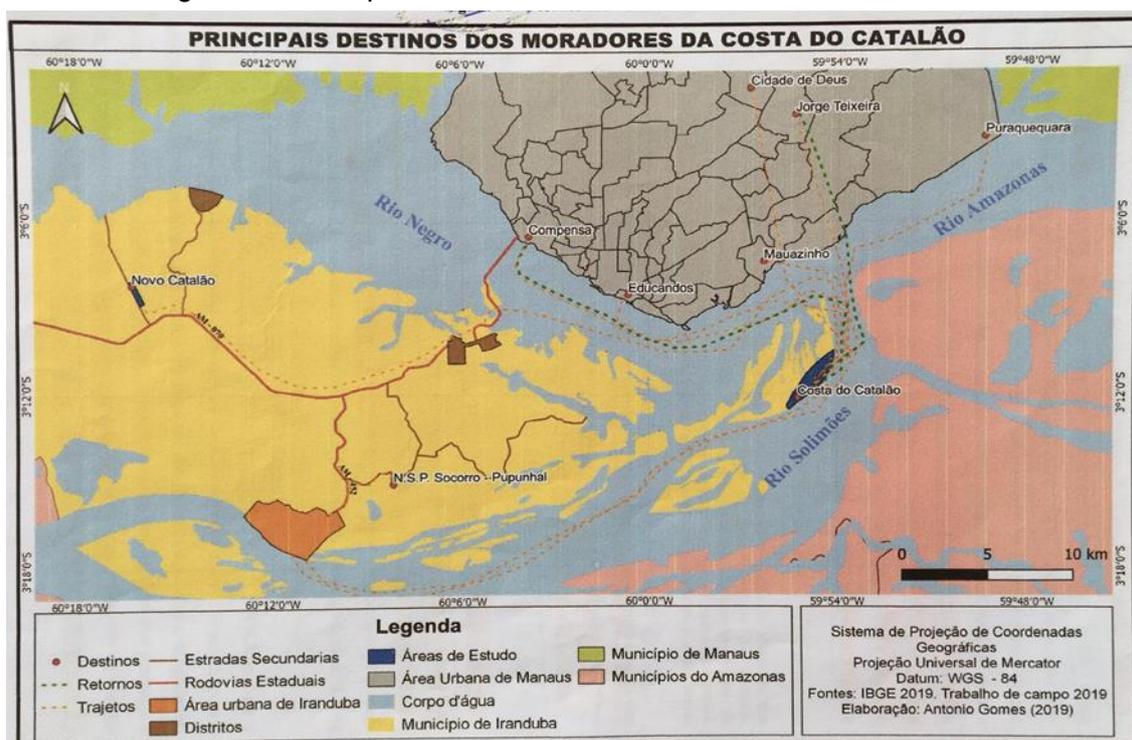
---

<sup>3</sup> Ver: Palafitas e Casas Flutuantes -- Família Salgado e Antonio Almeida - <https://www.youtube.com/watch?v=GkSibBsr6AEGoogle.com.br>.

caseiros, ou em serviços de diárias em “propriedades” agrícolas de terceiros. E muitos outros acabaram por se concentrar em áreas urbanas (Figura 10).

De acordo com Tomas Neto (2019), o ponto de maior migração de moradores da Costa do Catalão, fora da comunidade ribeirinha, é a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada no ramal do Pupunhal, que possui acesso pelo ramal do Janauari (uma vicinal no Km 6) e pela AM-452 (por uma vicinal no km 9). A primeira família a se mudar da Costa do Catalão comprou um pequeno lote nessa, hoje, comunidade. Mais tarde, outras famílias vieram e compraram lotes próximos ao da primeira família. Dessa forma o lugar passou a ter uma concentração significativa de ex-moradores do Catalão. Atualmente existem 16 famílias residindo no Ramal do Pupunhal, todas provenientes da Costa do Catalão, criando assim uma força comunitária (THOMAZ NETO, 2019, p. 37).

Figura 10: Principais destinos dos moradores da Costa do Catalão



Fonte: IBGE (2019). Elaboração: Gomes (2019).

O fenômeno das terras caídas possui efeitos catastróficos, uma vez que os ribeirinhos constroem socialmente suas vidas nas margens dos rios. Moradias, plantações, igrejas, áreas de lazer e de trabalho podem ser destruídas pelo fenômeno (THOMAZ NETO, 2019, p. 35).

Terras caídas é um termo regional amazônico usado principalmente para designar erosão fluvial acelerada que envolve desde os processos mais simples a altamente complexos, englobando indiferenciadamente escorregamento, deslizamento, desmoronamento e desabamento que acontece às vezes em escala quase que imperceptível, pontual, recorrente e não raro, catastrófico, afetando em muitos casos distâncias quilométricas (CARVALHO, 2006, p. 55).

Carvalho (2006), observou que as terras caídas (Figura 11), nas margens do Rio Amazonas resultam de processos complexos envolvendo a pressão da água corrente, pressão da água retida na planície, fatores neotectônicos, climáticos, litológicos e em alguns trechos das margens a ação antrópica (retirada da vegetação ciliar, banzeiro provocados por barcos regionais e navios) tendo dado pequena contribuição (CARVALHO 2006, p. 119).

Figura 11: Terras caídas registradas em Iranduba



Fonte: Defesa Civil (2018).

Esse fenômeno das terras caídas é reconhecido como uma dinâmica natural resultante da combinação de vários fatores naturais que anualmente ocorrem nos rios amazônicos. Entretanto, na várzea, esse processo transforma a paisagem ribeirinha, podendo ser notado nas margens dos rios da região em grandes e pequenas áreas, e o modo de vida dos camponeses ribeirinhos é afetado pela ocorrência de perdas de bens materiais.

Guerra (1993), define as terras caídas como sendo uma denominação dada na Região Amazônica ao escavamento produzido pelas águas dos rios, fazendo com que os barrancos sejam solapados intensamente, assumindo por vezes

aspecto assustador. Diz inclusive que, em alguns casos, podem-se ver pedaços grandes de terra sofrerem deslocamentos como se fossem ilhas flutuantes.

Outro tipo de fenômeno observado na Costa do Catalão e que afeta o modo de vida do camponês é o da enchente/cheia, vazante/seca. De acordo com Carneiro (2016), em épocas de grandes vazantes a população também sofre, pois fica inviável o acesso a muitos lugares. Vários afluentes de rios chegam a ficar secos, tendo grandes prejuízos ambientais, econômicos e sociais. Passado a enchente, outra situação se apresenta, os moradores de várzea têm de recomeçar, reconstruir, reorganizar todo o espaço modificado, para retomar seus afazeres corriqueiros como morador da várzea. Vivenciando essa dinâmica ano após ano, a população amazônica enfrenta a cada ciclo um constante reinício, buscando maneiras de adaptar-se às variações que ocorrem na área em que vivem.

Neste contexto, Souza e Almeida (2010, p.8), salientam que apesar dessa situação de perdas o caboclo ribeirinho é resistente, porque está sempre pronto a enfrentar a sazonalidade do Rio Amazonas (enchente/cheia e vazante/seca). Assim sendo, estes amazônidas estão sempre iniciando o seu viver e o seu morar, assim como estão sempre iniciando suas plantações e suas criações. Logo, para eles, é um eterno recomeço de tudo; até a próxima cheia ou a próxima vazante (figura 13). É importante salientar que o fenômeno de enchente e vazante não afeta somente o meio rural, mas também a área urbana tem sido afetada.

Figura 12: Enchente/cheia na Costa do Catalão (maio de 2020)



Foto: Neocy Serruya (2020).

Os camponeses da Costa do Catalão, a partir de 2005, alarmados com a perda de suas terras para o rio e, prevendo o fenômeno como irreversível, se reuniram por intermédio da associação de moradores para reivindicar junto ao poder público uma gleba de terra onde pudessem plantar, viver e sobreviver com suas famílias. Em 2009, com a redução cada vez maior de suas terras de moradia e de trabalho, a luta em busca por um novo território se intensifica.

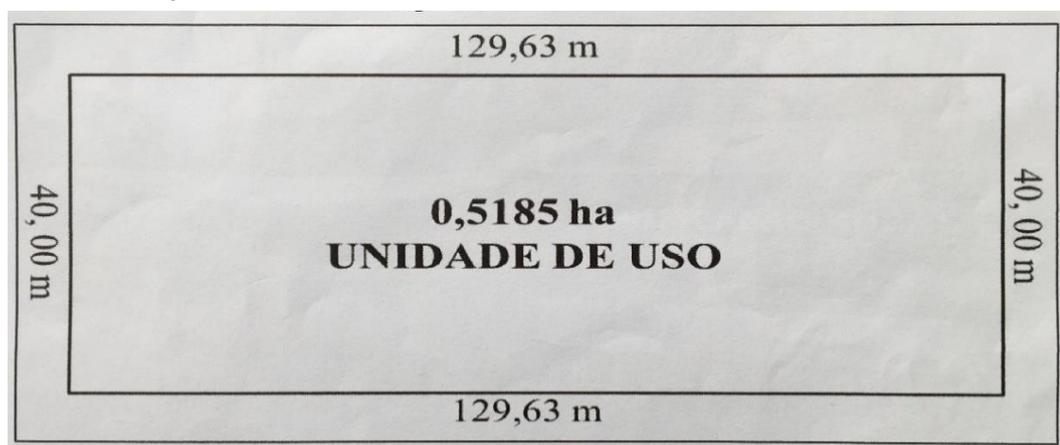
Em 2012, reunidos em comissão, moradores da Costa do Catalão se dirigiram ao INCRA e fizeram uma reivindicação por novas terras para que dessem continuidade no seu *modus vivendi* ribeirinho. O pedido principal era que o INCRA encontrasse uma gleba de terras que pudesse abrigar todas as famílias que originalmente formavam a comunidade Costa do Catalão, mesmo aquelas que já haviam saído da área. Davam preferência por uma área de várzea onde os agricultores ribeirinhos estavam acostumados a viver e produzir por décadas. Não foi possível para o INCRA implementar essa primeira reivindicação visto que é muito difícil encontrar uma área de várzea que já não esteja ocupada por outras famílias, sendo ainda mais difícil encontrar uma área de várzea próxima de grandes centros produtores e consumidores, como é a Costa do Catalão, onde esses agricultores viviam.

O segundo pedido, ou pedido alternativo, era para que o INCRA encontrasse terras na terra firme com potencial para produzir os meios de

sobrevivência que necessitavam e que pudessem alocar todas as famílias que constituíam a comunidade da Costa do Catalão. Diante desses pedidos, o INCRA emitiu o Memorando nº96, de 25 de março de 2014, com o objetivo de satisfazer as demandas dos ribeirinhos da Costa do Catalão.

A partir deste documento, servidores da referida autarquia passaram a procurar uma gleba que se coadunasse com a demanda dos requerentes e tivesse potencialidade para produzir uma nova subsistência para aqueles ribeirinhos. O documento citado é extenso, tendo mais de 200 páginas e conta a história dessa procura que redundou em sucesso, mas que, pelo tamanho da gleba, só puderam ser assentadas 72 famílias, cada família recebendo uma gleba de terra, com 129,93X40 metros (Figura 13).

Figura 13: Área total do lote definida para cada família

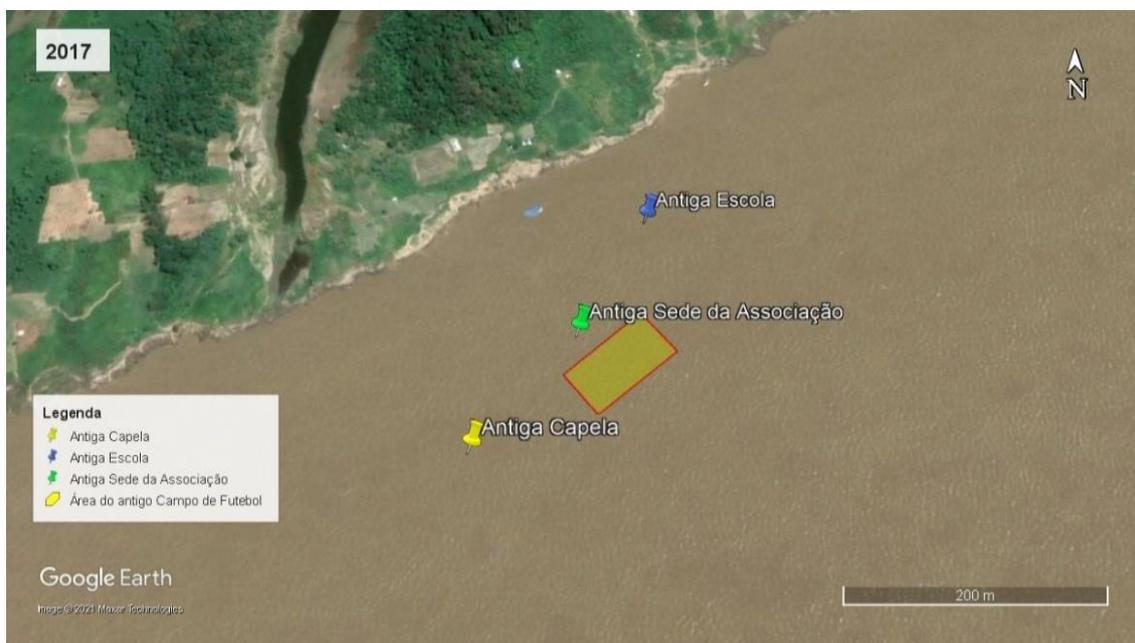


Fonte: Incra (2017). Elaboração: Gomes (2019).

O ano de 2017, marca um momento de grande mudança para os camponeses ribeirinhos que ainda se encontravam na Costa do Catalão. Cerca de 52 famílias deixaram a área de várzea e passaram a se estabelecer em área de terra firme. Foi nesse ano em que ocorreu o maior deslocamento conjunto de moradores da comunidade. Nesse momento a área ocupada por esses camponeses, estava bastante reduzida pelo avanço do fenômeno das terras caídas. Observa-se na figura 15 que as áreas onde se localizavam os principais referenciais da comunidade já não mais existiam. Toda a área ocupada pelo campo de futebol, da antiga capela, da sede da associação de moradores e da escola haviam desbarrancados, assim como também áreas de moradia e de cultivo. Foi nessa área, que por décadas esses camponeses desenvolveram o cultivo de hortaliças, principal fonte de sobrevivência socioeconômica desses

ribeirinhos e a redução drástica de seus territórios, locais de moradia e de trabalho inviabilizava a sua permanência e reprodução enquanto camponeses.

Figura 14: Avanço da margem do rio Solimões na Costa do Catalão em 2017



Fonte: Google Earth (2021). Elaboração: Matheus Bertulino (2021).

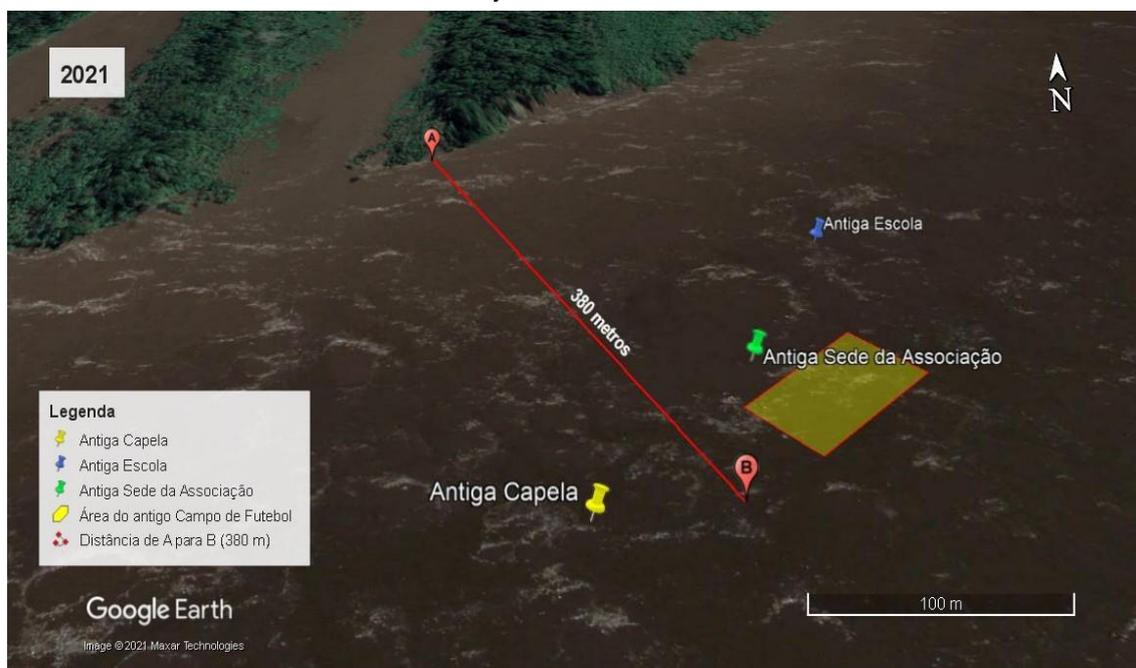
A redução progressiva dessa área é consequência do fenômeno das terras caídas<sup>4</sup>, muito comum nas áreas de várzea, nas margens dos rios de água branca como os rios Solimões e Amazonas. No caso da Costa do Catalão esse fenômeno se intensificou nas últimas décadas e acarretou um deslocamento compulsório dos camponeses ribeirinhos.

Com o auxílio de imagens de satélites é possível ver o quanto de terras foram carregadas pelo processo erosivo. Tendo como referência o campo de futebol, que no ano de 2004 ainda estava à salvo do desbarrancamento, e a atual margem do rio em 2021, pode-se perceber que a perda de terras foi em torno de 380 metros de áreas levadas pelas águas barrentas do rio Solimões. Usou-se como referência o campo de futebol para medir a distância deste até a margem atual e depois, com o auxílio de imagens de satélites de anos anteriores, foi possível medir a distância a partir do mesmo ponto (Figura 15). Essa área também é afetada pelo fenômeno das enchentes/cheias, período em que a elevação do nível das águas do rio Solimões encobre totalmente as terras da antiga

<sup>4</sup> Terras caídas é uma terminologia usada na região amazônica para designar indiferenciadamente todo processo de erosão fluvial lateral como escorregamento, deslizamento, desmoronamento e desabamento (CARVALHO, IGREJA, CUNHA e CARNEIRO, 2009).

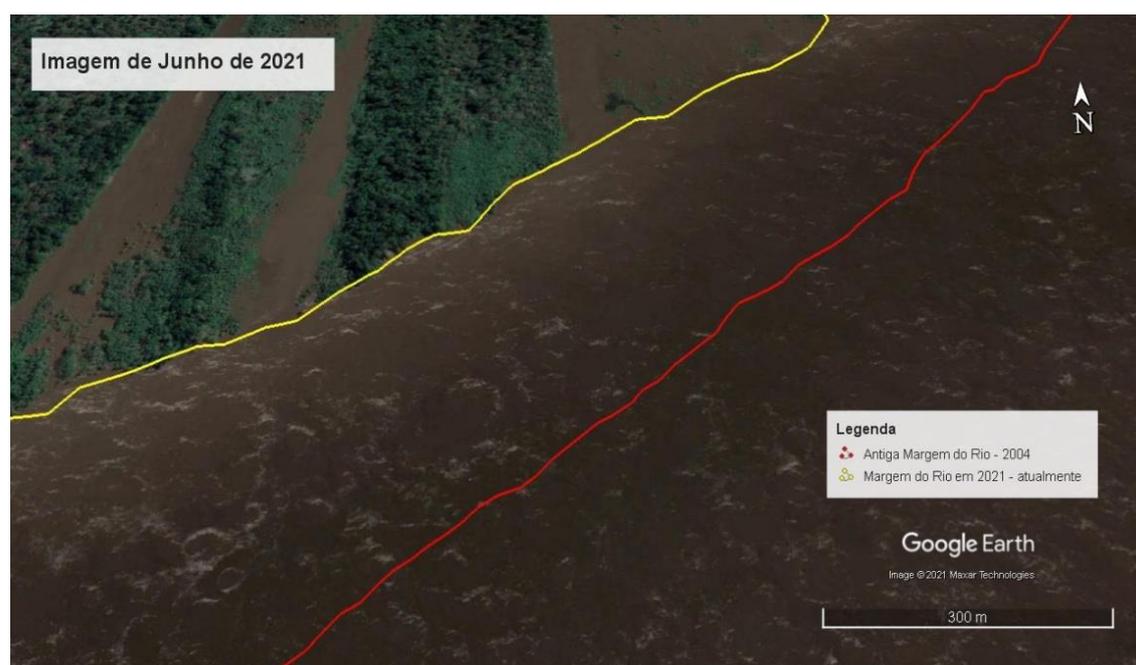
comunidade. A intensidade com as quais esses fenômenos passaram a afetar a Costa do Catalão inviabilizaram a permanência de seus antigos moradores. Nas imagens abaixo podem ser percebidos a ocorrência e a intensificação desses fenômenos nessa área (Figuras 15 e 16).

Figura 15: Distância do campo de futebol em 2004 até a margem do Rio Solimões em junho de 2021



Fonte: Google Earth (2021). Elaboração: Matheus Bertulino (2021).

Figura 16: Período de enchente/cheia e a alteração da margem do rio Solimões



Fonte: Google Earth (2021). Elaboração: Matheus Bertulino (2021).

Ainda que a área da Costa do Catalão tenha sido afetada intensamente pelo fenômeno das terras caídas, é possível perceber o uso da terra na atividade camponesa. Abaixo podemos observar a única casa que ainda existe na Costa do Catalão (Figura 17). É usada como suporte logístico por uma família de camponeses que mesmo não morando mais no local usa a pequena faixa de terra que ainda não foi afetada pelo fenômeno das terras caídas para a prática do cultivo de hortaliças na época da vazante/seca. Essa família hoje está estabelecida no Lago do Catalão em uma casa flutuante e na época da vazante se desloca diariamente para a área remanescente da Costa do Catalão para as atividades laborais ligadas ao cultivo de hortaliças. O morador afirma que enquanto houver terra, vai continuar plantando, pois, a área apresenta algumas vantagens para o cultivo de hortaliças tais como, fertilidade natural do solo, disponibilidade de água e proximidade do mercado consumidor.

Figura 17: Casa remanescente existente na Costa do Catalão – maio/2021



Foto: Neocy Serruya (2021).

A estrutura evidenciada é de um cercado que delimita uma área de cultivo remanescente na Costa do Catalão e pode ser percebido também a existência de canos de PVC, usados no sistema de irrigação (Figura 18). Esses canos estão suspensos e presos a essas estruturas para não serem arrastados pela

correnteza do Rio Solimões, visto que a área fica totalmente encoberta pela água na época de enchente/cheia do rio. O camponês ribeirinho Sr. E. P. S. ex-morador da Costa do Catalão e atual morador (em uma casa flutuante) do Lago Catalão afirma que o uso do sistema de irrigação no cultivo de hortaliça na comunidade da Costa do Catalão era amplamente usado devido principalmente pelo custo relativamente baixo para a implementação. As plantações localizavam-se próximas a margem do rio e com a ajuda de uma bomba d'água era possível capitar água para a irrigação.

Figura 18: Estrutura remanescente usada para o cultivo de hortaliça na Costa do Catalão – maio/2021



Foto: Neocy Serruya (2021).

A figura abaixo mostra a casa de um camponês ribeirinho, que foi transferida da Costa do Catalão para o Lago Catalão (Figura 19). Foi transportada para o Lago do Catalão rebocada por um pequeno barco, flutuando sobre toras de madeira de assacu<sup>5</sup>, madeira está sendo muito usada na região, sobre as quais são construídas casas flutuantes. Na Costa do Catalão essa casa era fixada ao solo, ou seja, era uma casa palafítica comum nas áreas de várzea. Para transformá-la em uma casa flutuante, e evitar que a mesma fosse afetada pelo

---

<sup>5</sup> Espécie de madeira que consegue se manter acima da água: “É uma madeira que, quanto mais tempo fica na água, mais dura fica” (G1, 2009).

fenômeno das terras caídas, o proprietário aproveitou a época da enchente/cheia e quando o nível da água do rio já estava próximo do assoalho da casa, as toras de madeira de assacu<sup>6</sup> foram presas em baixo do assoalho. Quando o nível da água alcança o assoalho, os esteios que fixavam a casa ao solo foram cortados, desprendendo-a do solo e transformando-a em uma casa flutuante. O uso dessa técnica permitiu que o camponês ribeirinho transportasse seu local de moradia e evitasse desperdício de material caso tivesse que desmontá-la para reconstruí-la em outro local.

Figura 19: Casa flutuante transportada da Costa do Catalão para o Lago Catalão



Foto: Neocy Serruya (2021).

### 1.3. As especificidades do campesinato existentes na comunidade do Novo Catalão

A Comunidade campesina do Novo Catalão é resultante de um longo processo de luta junto ao poder público em busca de área onde pudessem reproduzir-se enquanto camponeses.

Em dezembro 2015, o INCRA oficializou a criação do assentamento denominado PDS Cachoeira (Figura 20). Em 2016 cadastrou os moradores para posterior distribuição dos lotes e a partir de então os moradores começaram a se mobilizar para levar suas famílias para o assentamento. Diante do enfrentamento de muitas dificuldades de cunho financeiro e logístico esse deslocamento só

---

<sup>6</sup> O **assacu** é uma das **árvores** de várzea frequentes na região amazônica, possuindo grande capacidade de adaptação e sobrevivência ao solo alagado desse ecossistema. Na Amazônia, **toras** feitas com seu tronco e ramos são utilizadas como boias para o apoio de casas flutuantes.

ocorreu de uma forma efetiva a partir de julho de 2017, com o processo de mudança das primeiras famílias para o assentamento contando com o apoio da Prefeitura e da Defesa Civil do Município de Iranduba.

Figura 20: Área definida pelo INCRA em 2015, para a construção do assentamento PDS Cachoeira, denominada pelos assentados do Novo Catalão



Fonte: Google Earth (2021). Elaboração: Matheus Bertulino (2021).

As famílias cadastradas pelo INCRA, tiveram acesso aos seus lotes através de um sorteio. A partir dessa criação, iniciou-se o processo de ocupação da área. Primeiramente de forma precária, pois a área não possuía estrutura para receber as famílias. Apesar das dificuldades, a perspectiva é que se inicie uma nova página na construção de uma agricultura familiar campesina sustentável que possa gerar trabalho renda e dignidade a essas pessoas.

Mesmo diante das dificuldades encontradas para a ocupação da área por carência de infraestrutura, em 2016 as primeiras famílias começaram a ocupar a área e iniciar suas atividades no assentamento ainda, que de forma improvisada e com poucos recursos. Se abrigaram em tendas feitas de lona, construíram as primeiras moradias, providenciaram a perfuração de poços para a obtenção de água, entre outras providências.

Durante esse mesmo ano, os moradores passaram a se mobilizar e se organizar financeiramente para levar as famílias remanescentes da Costa do

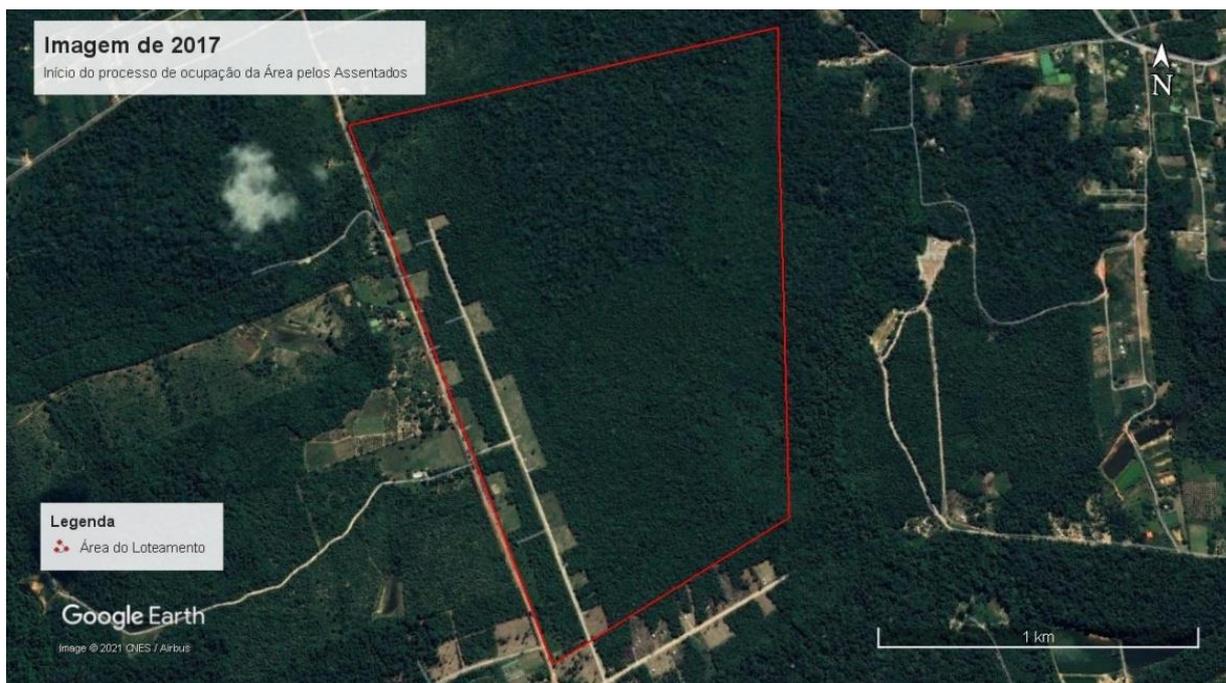
Catalão de forma conjunta. Essa estratégia tinha como objetivo a redução dos custos financeiros que essa mudança acarretaria.

A primeira tentativa de mudança conjunta das famílias ocorreu somente em julho de 2017. Digo tentativa, porque a mesma foi frustrada, quando a embarcação regional de porte médio, alugada pela prefeitura de Iranduba, que transportava as famílias catalenses e seus pertences veio a naufragar por conta de um forte temporal que atingiu a embarcação durante a viagem. Felizmente não houve vítimas, somente perdas materiais.

Com o apoio da Defesa Civil e da Prefeitura de Iranduba outras duas viagens foram organizadas para o transporte das famílias, desta vez com sucesso. Esse transporte foi feito em balsa alugada pela prefeitura, onde os ribeirinhos trouxeram tudo o que pudesse minimizar as perdas e ajudar na reconstrução de suas vidas. Traziam consigo materiais resultantes da desmontagem de suas residências da área de várzea (madeirames em geral, tábuas de assoalho e de parede, telhas de zinco e de fibra cimento, ferramentas de trabalho, utensílios de uso domésticos, entre outros).

O processo de ocupação do assentamento se consolida de fato no segundo semestre de 2017, com a abertura de vias de acesso entre os lotes e eletrificação providenciados pelo poder público (Prefeitura de Iranduba, INCRA), e construções de moradias e perfuração de poços (implementados com recursos dos próprios campesinos), condições básicas necessárias para que os camponeses assentados pudessem reproduzir uma nova territorialidade, desta vez em ambiente de terra firme (Figura 21).

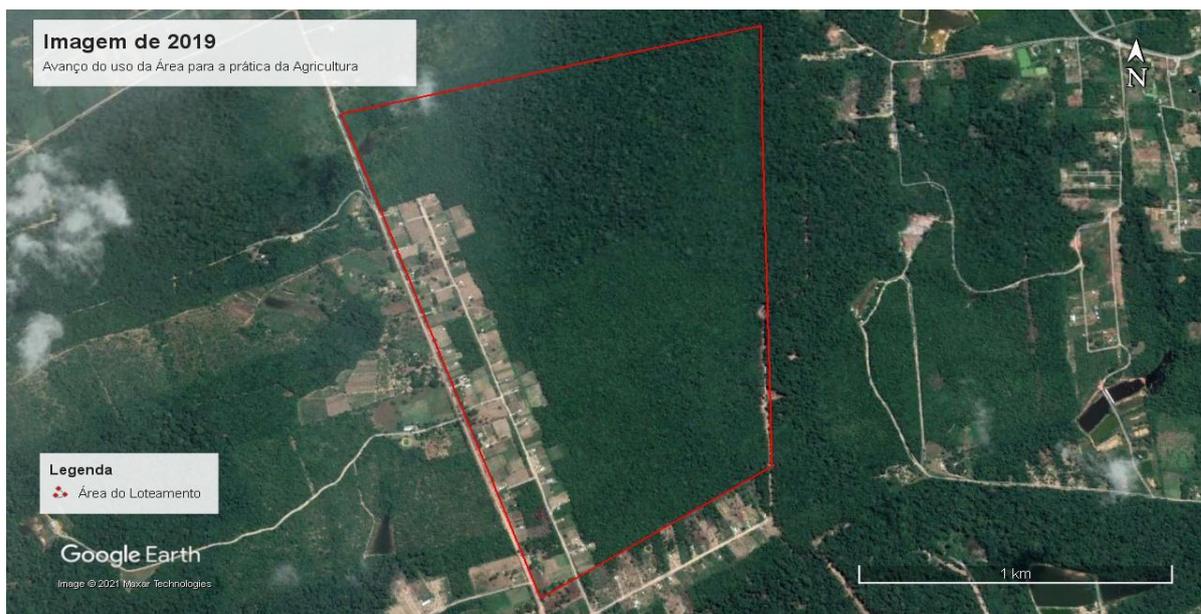
Figura 21: Ocupação do Assentamento Novo Catalão em 2017



Fonte: Google Earth (2021). Elaboração: Matheus Bertulino (2021).

Com base na observação de imagens de satélites que evidenciam a área do assentamento no ano de 2019 (Figura 22), é possível perceber um crescimento considerável no uso e ocupação da área, demonstrando, desta forma, a consolidação socioeconômica dos camponeses-ribeirinhos assentados no Novo Catalão.

Figura 22: Novo Catalão - 2019



Fonte: Google Earth (2021). Elaboração: Matheus Bertulino (2021).

Por se tratar de um assentamento de criação recente e em pleno processo de desenvolvimento, é possível perceber que novas áreas vêm sendo utilizadas para moradias, criação de novas estruturas e para as práticas agrícolas (Figura 23). O limite para a abertura de novas áreas de ocupação é restringido pela imposição da legislação ambiental, no que tange a manutenção da reserva florestal, a qual reproduzo abaixo para melhor compreensão:

LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012). I - localizado na Amazônia Legal: a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas; b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado; c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais; II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento) (BRASIL, 2012, s/p).

Figura 23: Ocupação/exploração atual (2021) da área do assentamento



Fonte: Google Earth (2021). Elaboração: Matheus Bertulino (2021).

A área total do assentamento é de 208,2867 hectares, divididos em 75 lotes. Além dos lotes destinados às famílias, existe também áreas destinadas à construção da sede da associação, da escola, do posto de saúde e da área de lazer.

O termo “assentamento” apareceu, pela primeira vez, no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, propagando-se depois para diversos países. Os assentamentos rurais são considerados como novas unidades de produção para reordenar o uso da terra em benefício de trabalhadores sem terra ou com pouca terra. Considerando-se que o termo “assentamento” se aplica à permanência do trabalhador rural na agricultura, os assentamentos rurais implicam também disponibilidade e condições adequadas para o uso da terra e incentivo à organização social e à vida comunitária. A implantação de assentamentos no Brasil está vinculada historicamente à luta pela terra no país: com eles nasce a questão agrária contemporânea, sendo a luta pela terra uma das expressões, e a implantação dos assentamentos a expressão da conquista dos que estão na luta. Verifica-se, ainda, que os assentamentos também constituem uma estratégia do governo para tentar conter a violência e apaziguar os conflitos sociais no campo (BERGAMASCO e NORDER, 1996, p. 47 apud ARAUJO, 2007, p. 31).

Segundo Leite e Medeiros (2004 apud ARAUJO, 2007) os assentamentos representam um fato novo e importante na história recente da luta pela democratização do acesso à terra no país e porque não dizer no Amazonas. A constituição de um assentamento significa abertura de novos horizontes de vida e trabalho. Trata-se de um novo espaço de sociabilidade comunitária e representa uma nova forma de inserção econômica, política e social, além de trazer novos elementos para o debate sobre a questão agrária. Toda essa novidade representada pelos assentamentos aponta um período repleto de mudanças no Brasil no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, quando emergem novas lutas sociais e revigora a luta por terra. Esse é um período de abertura política em que diversas categorias de trabalhadores se unem na reivindicação de direitos como foi acima citado.

Para Alves (2019) o assentamento é o lugar onde ocorrem as mudanças e a materialidade do território se desenvolve. O assentamento pode ser o espaço de criação e recriação de um território de novas e antigas relações sociais. É a territorialização do movimento de luta pela terra; é o lugar da realização da vida; da construção de uma identidade, ou seja, o lugar em que os assentados manifestam seus desejos e anseios em um novo espaço, em novas possibilidades de continuar sendo respeitados e existindo. Pode ser o lugar da mudança ou recriação de sua cultura, sua autonomia, sua capacidade de ascender a partir de suas próprias potencialidades.

Parafraseando Araújo (2007), a constituição de um assentamento é um processo que, além de envolver múltiplos sujeitos, pressupõe a existência de

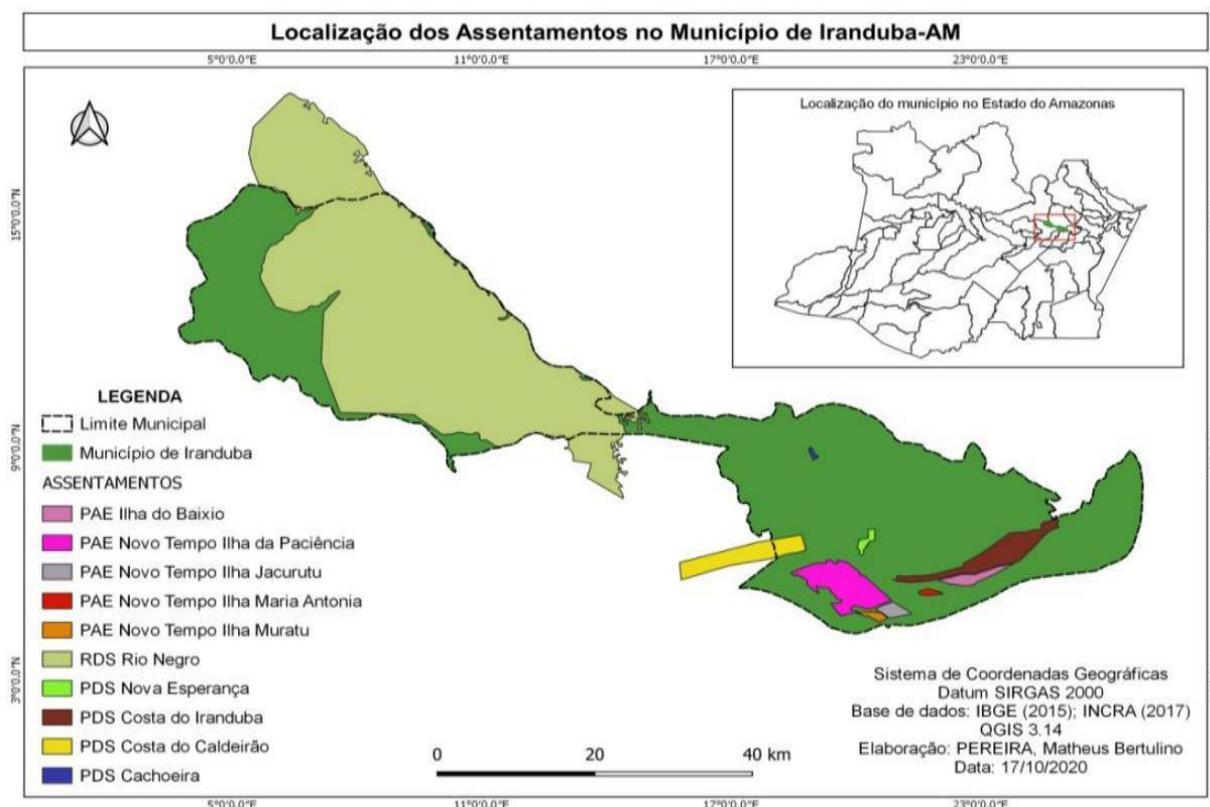
inúmeras dimensões, incluindo tanto a questão produtiva quanto questões relacionadas à educação, à organização coletiva, à relação com o Estado nos âmbitos federal, estadual e local e a relação entre os próprios camponeses. A experiência dos assentamentos configura um cenário de diversas faces e múltiplos confrontos, um espaço em construção onde interagem sujeitos sociais com projetos distintos: trabalhadores rurais, Estado, Igreja, sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais e outros tantos.

O INCRA já criou e reconheceu mais de 9 mil projetos de assentamentos em todo o País. A criação é feita por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, na qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão adotados para assegurar sua implementação. Os assentamentos podem ser divididos em dois grupos:

- Os projetos de assentamento criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PA); os ambientalmente diferenciados, denominados Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projetos de Assentamento Florestal (PAF).
- Projetos de assentamentos reconhecidos pelo INCRA, criados por outras instituições governamentais para acesso às políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O Novo Catalão, denominado pelo INCRA de PDS Cachoeira se inclui nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Projetos de assentamentos estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigidos para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas e outros), o que vem a calhar com a necessidade da comunidade reterritorializada (Figura 24).

Figura 24: Assentamentos no município de Iranduba



Fonte: IBGE (2015), INCRA (2017). Elaboração: Matheus Bertulino (2020).

O Novo Catalão está dividido em lotes de famílias assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Essas famílias têm como local de moradia e trabalho o assentamento Novo Catalão que está localizado no município de Iranduba, região metropolitana de Manaus, capital do Estado do Amazonas (Quadro 3).

Quadro 3: Modalidades de Projetos criados pelo INCRA

<b>GRUPO I - Modalidades de Projetos criados pelo Incra atualmente</b>		
<b>MODALIDADE</b>	<b>SIGLA</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
Projeto de Assentamento Federal	PA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;</li> <li>▪ Aporte de recursos de crédito, apoio, instalação e de crédito de produção são de responsabilidade da União;</li> <li>▪ Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União.</li> </ul>
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra;</li> <li>▪ Aporte de recursos de crédito, apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União;</li> <li>▪ Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;</li> <li>▪ Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União;</li> <li>▪ Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas;</li> <li>▪ Atividades ambientalmente diferenciadas.</li> </ul>
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.);</li> <li>▪ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra;</li> <li>▪ Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal;</li> <li>▪ Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;</li> <li>▪ Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União.</li> </ul>
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ É uma modalidade de assentamento voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região Norte;</li> <li>▪ A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do Ibama para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal;</li> <li>▪ Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso (CCU);</li> <li>▪ O Incra, em conjunto com Ibama - órgãos estaduais e a sociedade civil organizada - indicará áreas próprias para implantação dos PAFs.</li> </ul>

Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável	PDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Modalidade descentralizada de assentamento destinada ao desenvolvimento da agricultura familiar pelos trabalhadores rurais sem-terra no entorno dos centros urbanos, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas, de caráter inclusivo e ecologicamente sustentáveis;</li> <li>▪ As áreas serão adquiridas pelo Incra por meio de compra e venda ou ainda doadas ou cedidas pelos governos estaduais e municipais;</li> <li>▪ Os lotes distribuídos não podem ter área superior a dois módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento em cada município;</li> <li>▪ O desenvolvimento das atividades agrícolas deve garantir a produção de hortifrutigranjeiros para os centros urbanos;</li> <li>▪ O Incra e o órgão estadual ou municipal de política agrária, ou equivalente, deverão firmar Acordo de Cooperação Técnica visando garantir as condições mínimas necessárias para que as famílias assentadas tenham acesso às políticas públicas para o desenvolvimento do futuro projeto de assentamento.</li> </ul>
---	------	---

Fonte: INCRA (2020). Elaboração: Neocy Serruya (2021).

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), aprovou a reivindicação da comunidade da Costa do Catalão depois de muita luta em 2015 para o assentamento em novas terras. As exigências da comunidade envolviam um determinado número de lotes para que pudessem abrigar todas as famílias que ainda residiam na Costa do Catalão, assim como aquelas famílias que, nas circunstâncias, já tinham saído, pois muitas delas não tinham terras próprias. Atualmente o município de Iranduba possui 10 assentamentos (Quadro 4).

Quadro 4: Assentamentos do Município de Iranduba

NOME PA	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA PA HA	DT CRIAÇÃO
PDS NOVA ESPERANÇA	IRANDUBA	32	30	330,307	27/09/2006
PAE NOVO TEMPO ILHA MARIA ANTONIA	IRANDUBA	20	19	175,7951	21/12/2007
PAE NOVO TEMPO ILHA MURATU	IRANDUBA	110	82	641,8489	21/12/2007
PAE NOVO TEMPO ILHA JACURUTU	IRANDUBA	100	92	522,6981	21/12/2007

PAE NOVO TEMPO ILHA DA PACIÊNCIA	IRANDUBA	280	262	4599,3317	10/12/2007
PAE ILHA DO BAIXIO	IRANDUBA	250	206	923,1581	10/12/2007
PDS COSTA DO CALDEIRÃO	IRANDUBA	680	676	3656,747	30/12/2008
PDS COSTA DO IRANDUBA	IRANDUBA	550	549	3934,148	30/12/2008
RDS RIO NEGRO	IRANDUBA	950	831	102978,83	15/12/2009
PDS CACHOEIRA	IRANDUBA	75	72	208,2867	09/12/2015

Fonte: INCRA (2020). Elaboração: Neocy Serruya (2021).

Os moradores do Novo Catalão começaram a ser assentados no novo local em meados de 2016, porém enfrentaram problemas estruturais, como a falta de poços de água, escola, posto de saúde e moradia. E ainda hoje carecem de muitos elementos. A perspectiva é que se inicie uma nova página na construção de uma agricultura familiar sustentável, que possa gerar trabalho, renda e dignidade para essas pessoas.

A produção agrícola familiar campesina aqui analisada é voltada para alguns gêneros alimentícios com maior destaque na produção familiar no município de Iranduba, como a mandioca, feijão, milho, batata-doce e em especial a produção de hortaliças, principal produto cultivado do assentamento Novo Catalão.

Neste sentido, o camponês do Novo Catalão, no Município de Iranduba-AM, apresenta padrões de relações sociais distintos, que se inserem na sociedade capitalista de forma subordinada, mas se levanta em momentos de grande dificuldade, sendo este um modo de vida diferente, com base em uma nova territorialidade camponesa influenciada por fatores de ordem natural, social, política e econômica que resultaram na formação de um camponês específico. Entende-se que a exploração camponesa constitui uma pequena unidade de produção de consumo que encontra seu principal sustento na agricultura e é sustentada principalmente pelo trabalho familiar.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrado nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas nos camponeses que sobrevivem às crises. E no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (Figura 25). A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que a economia capitalista (SHANIN, 2008, p. 25-27). Assim sendo, o autor defende também que os camponeses têm provado ser extremamente resistentes e criativos em situações de crise, fortalecendo os recursos de sobrevivência do campesinato.

Figura 25: Uso da mão de obra familiar no cultivo de hortaliças – Plantação de coentro e cebolinha



Fonte: Eduardo Knapp/Folhapress (2017).

Convém ressaltar que durante o ano de 2016 as famílias dos camponeses ribeirinhos se mobilizaram para levar suas famílias para o assentamento de forma conjunta. De acordo com Tomaz Neto (2017), as casas foram construídas em mutirões, com a ajuda de familiares e amigos. Nesse momento de transição, a ajuda mútua foi muito importante para a construção da comunidade Novo Catalão, nome dado ao assentamento (Figura 26).

No processo de implementação de assentamentos, o poder público, por meio de seus órgãos competentes, Defesa Civil, INCRA, prefeituras, se apresentam como figuras fundamentais no contexto de formação e fundação de uma nova realidade na vida dos camponeses ribeirinhos. Além da figura do poder público como fator fundamental nessa reconstrução, algumas instituições da sociedade civil também se tornam imprescindíveis no processo de consolidação de reterritorialização de comunidades ribeirinhas como a do Novo Catalão. A título de exemplo, o assentamento Novo Catalão conta com o apoio da Cáritas (figura 26), que é uma confederação de 165 organizações humanitárias da Igreja Católica que atua em mais de duzentos países de forma coletiva cuja missão é trabalhar para construir um mundo melhor, especialmente para os pobres. Neste contexto de mudanças prestou e presta a sua importante colaboração aos camponeses junto aos órgãos competentes em busca de parcerias que possam melhorar as condições de vida e de trabalho. Dentre as reivindicações em pauta, a comunidade, luta pela possibilidade de ampliação da área do assentamento, para os que já estão assentados, bem como para os que durante a implantação não foram contemplados, pois o espaço definido pelo INCRA não comportava todos os moradores advindos da Costa do Catalão.

Esse topônimo Novo Catalão reflete a esperança de construir uma nova vida, um recomeço para os ribeirinhos que passaram suas vidas interagindo com as águas barrentas do Rio Solimões e agora na terra firme precisam encontrar um novo modo de vida, reproduzindo-se como camponeses.

Figura 26: Placa de Identificação na entrada do assentamento (atuação da Cáritas)



Foto: Neocy Serruya (2022)

A comunidade Novo Catalão se localiza no quilômetro 26 da rodovia estadual AM-070, ramal Cachoeira Castanho, município de Iranduba, Amazonas. Esta comunidade é formada por camponeses ribeirinhos oriundos da Costa do Catalão, região a leste do município de Iranduba. A explicação das especificidades do campesinato existentes na comunidade do Novo Catalão intenciona preencher a lacuna de estudos sobre o processo de territorialização de camponeses ribeirinhos assentados em área de terra firme.

O PDS Cachoeira, conhecido como Nova Catalão, abriga 72 famílias que foram assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), todas com uma história em comum: a comunidade rural em que viviam, Comunidade Costa do Catalão, em Iranduba, desapareceu. Isso se deu quando as terras onde ficavam as casas, por conta do fenômeno conhecido como “terras caídas”, desbarrancaram e foram levadas pelas águas do Rio Solimões.

No assentamento Novo Catalão, os camponeses vindos da Costa do Catalão constroem suas moradias (Figura 27) e buscam estratégias de produção, baseadas principalmente no cultivo de hortaliças, que possibilitem sua reprodução enquanto agricultores familiares campesinos, desta vez, em área de terra firme.

Figura 27: Construção de moradias no Novo Catalão



Foto: Neocy Serruya (2020).

Figura 28: Materiais trazidos da Costa do Catalão e reaproveitados na construção de casas no Novo Catalão



Foto: Neocy Serruya (2020).

As habitações, no geral, continuam com as mesmas características de suas antigas moradias na Costa do Catalão. Observa-se o aproveitamento de material vindo da Costa do Catalão (Figura 28). As casas são simples, predominando construção à base de madeira, coberta de telha. Embora sem muito conforto, as

casas já dispõem de variados serviços, tais como: energia elétrica, sinal de telefonia celular, o que conseqüentemente leva os moradores ao uso de vários produtos (ventilador, televisão, telefone celular, fogão, geladeira, entre outros). As casas geralmente possuem no máximo três compartimentos entre eles: a sala que é um grande salão para receber visitas e também o local onde muitos dormem e a cozinha onde são preparados as refeições e um quarto que geralmente é do casal. As paredes são geralmente ornamentadas com fotografias de familiares e imagens de santos, o que vem revelar a religiosidade dessas populações, que têm na fé, a forma de amenizar suas aflições e problemas. Dentro desse contexto, os moradores do Novo Catalão providenciaram a construção de uma pequena casa de oração para alimentar e fortalecer sua fé e esperança (Figura 29).

Figura 29: Casas de moradia e casa de oração construída no assentamento



Fotos: Neocy Serruya (2021).

Devido a distribuição espacial das famílias por núcleos familiares e ao entrelaçamento que há entre as famílias por meio do casamento, os camponeses do Novo Catalão se organizam e utilizam o transporte de forma coletiva para transportar os seus produtos para as feiras livres, objetivando a redução de custos e maiores ganhos. Temos como exemplo o uso do um automóvel que serve a quatro famílias diferentes, mas que são resultantes de casamentos interfamiliares, o que favorece o uso coletivo do veículo para transportar a produção de hortaliças das famílias (Figura 30). Esse trabalho de forma cooperativo/comunitário/familiar é uma das características que já existiam na Costa do Catalão e que se mantêm no Novo Catalão.

Figura 30: Veículo de propriedade da família usado para transportar a produção de hortaliças



Foto: Neocy Serruya (2022).

Dentro desse contexto temos uma cisterna construída para armazenar água usada no sistema de irrigação (Figura 31). Esse reservatório de água de superfície foi escavado com uso de pá mecânica, impermeabilizado com lona plástica, abastecido com água extraída de poço artesiano, com uso de bomba d'água. Essa água é usada conjuntamente pelas mesmas famílias que estão unidas por laços de parentesco e casamentos interfamiliares, cujos lotes de terra estão espacialmente distribuídos contíguos uns aos outros. Essa foi também mais uma das estratégias desenvolvidas pelos camponeses do assentamento para a obtenção de água usada para irrigar a plantação das hortaliças, que através de um sistema canos de PVC distribuídos ao longo dos canteiros promove a irrigação dos cultivos. O uso coletivo dos meios de produção é uma das características bastante visíveis no assentamento. Esse sistema de captação de água usado no assentamento simula um processo semelhante usado por esses camponeses na área de várzea, quando também usavam uma bomba d'água (bomba submersa/bomba sapo) para captar água, só que desta vez captavam água da "maior cisterna do mundo" rios Solimões/Amazonas.

Figura 31: Reservatório de água usada para irrigar a plantação das hortaliças



Foto: Neocy Serruya (2022)

## **2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO/INSTALAÇÃO DA COMUNIDADE NOVO CATALÃO E A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL NA REPRODUÇÃO CAMPONESA**

Neste capítulo, para fundamentar teoricamente o processo de formação/instalação da Comunidade Novo Catalão utilizou-se o conceito de território/territorialidade voltado para o campo geográfico. A origem do conceito de território está associada à ideia de soberania nacional e de afirmação do Estado-Nação, e marca o período de institucionalização da Geografia como disciplina, na década de 1870.

### **2.1. O processo de desterritorialização/reterritorialização de camponeses da Costa do Catalão em áreas de terra firme.**

Para Fernandes (2009, p. 201) “o sentido da disputa está na essência do conceito território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade”. Fazendo uma breve retrospectiva, sobre os estudos de Ratzel, pode-se dizer que o território considera a dimensão natural, física e a dimensão política do espaço como elos indissociáveis. Essa dimensão política pode ser traduzida como a expressão do poder do Estado sobre o território construído ou conquistado.

Sack (1986), admite que o território é um lugar que está sob o controle de uma autoridade, acatando a concepção de Soja (1971), de que se trata de um espaço organizado politicamente. Desse modo, Sack evidencia a questão da acessibilidade a recursos como uma propriedade da territorialidade, porquanto “é uma estratégia para estabelecer diferentes graus de acesso”. A territorialidade se manifesta, então, como um tipo de delimitação espacial, onde vigora uma forma de comunicação, que evidencia controle de acesso tanto ao conteúdo interno quanto à entrada/saída externa.

De acordo com Raffestin (1993), o território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. Com isso, esse autor pretende fazer uma distinção entre algo já “dado”, o espaço – na condição de matéria prima natural e um produto resultante da moldagem pela ação social dessa base – e o território – um construto, passível de “uma formalização e/ou quantificação”. Assim, “a produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado,

transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas, e rotas aéreas, etc.", (LEFEBVRE, 1978, p. 259 apud RAFFESTIN, 1993, p.143), por exemplo, se constitui em um complexo jurídico-sócio-econômico, modelado em uma multiplicidade de paisagens, exibindo feições características. O território é, assim, a base física de sustentação locacional e ecológica, juridicamente institucionalizado pelo Estado Nacional. Contém os objetos espaciais, naturais e/ou construídos, na condição de instrumentos para (re) produção de uma identidade étnico-sócio-cultural.

O território é delimitado por meio das ações da sociedade em uma determinada área e que assim apropria-se da mesma estabelecendo formas de controle manifestadas através de relações de poder. Verificam-se, dessa forma, as relações existentes e como o território é apropriado, criando-se territorialidades a partir da produção agrícola camponesa praticada no assentamento Novo Catalão. É necessário entender o termo território que é apresentado na pesquisa realizada, território esse, resultante de processos econômicos, políticos, culturais e sociais. Nesse contexto, trata-se do território agrícola, em uma área de assentamento, que seria um instrumento de gestão exclusiva de uma parcela da sociedade expulsa de seu *habitat* pelo fenômeno das terras caídas.

É possível identificar o território agrícola do Novo Catalão que foi constituído à partir da atividade agrícola campesina, que é a atividade econômica com maior visibilidade na comunidade. Esse território, ocupado por famílias assentadas que foram transferidas da área de várzea para terra firme, não porque quiseram, mas porque foram forçados por intercorrências da natureza e, que através da instalação de um assentamento efetivado pelo INCRA, foram constituindo um território e uma nova territorialidade.

De acordo com Nascimento (2014), entende-se território, nesse contexto, primeiramente como características sociais, pois as famílias que foram transferidas para o assentamento Novo Catalão eram famílias oriundas da Costa do Catalão, sendo essa migração para o assentamento relacionada à busca por condições que possibilitassem a sua reprodução enquanto camponeses e por melhores condições de vida.

Nesse aspecto, relações sociais, econômicas e culturais, estão inseridas no contexto do assentamento Novo Catalão, que Saquet (2011, p. 45) considera:

A produção territorial combina sempre malhas, nós e redes de acordo com as características de cada sociedade, na tentativa de obter autonomia. [...] O território é resultado desse movimento que envolve as relações sociedade-natureza por meio da projeção do trabalho no espaço e de sua apropriação historicamente determinada.

Neste sentido, segundo Nascimento (2014), territorialidade seriam as relações exercidas pelo ator social, nesse caso específico, o ator sendo o produtor agrícola camponês que, ao delimitar seu território a partir das técnicas utilizadas para atividade agrícola, atividade essa sendo o cultivo de hortaliças, cria sua própria territorialidade, ou seja, sua identidade com o lugar, como considera Sack (1986, p. 2):

A territorialidade corresponde às ações de controle numa área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares. O território resulta dessas relações sociais. [...] a territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar.

Sack (1986, p. 3), dentro do seu vasto estudo sobre a territorialidade humana, concebe-a “como sendo um meio indispensável para o poder em todos os níveis: do pessoal ao internacional (...) usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social”, assim acreditando ser a territorialidade “uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar”, sobretudo, uma área, estratégia essa que poderia ser acionada em determinados momentos e depois vir a ser desligada.

Sack (1986, p. 3), afirma também ser a territorialidade “uma forma de comportamento espacial”, estando “intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como estas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar”. Em perspectiva semelhante, Mazzetto (2007, p. 52), vê na territorialidade “a forma por meio da qual um determinado grupo social vivencia e experimenta o espaço-território”, ou como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu território”.

Para Sack (1986, p. 19), a territorialidade é uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui em uma estratégia

humana para *afetar, influenciar e controlar* o uso social do espaço, abarcando escalas que vão do nível individual ao quadro internacional, ou seja, "a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território".

O assentamento rural localizado no Ramal da Cachoeira, Iranduba-AM, é uma unidade de produção agrícola criada com o objetivo de reproduzir a nova territorialidade do Novo Catalão. Os dados do imóvel – terreno apontam a localização: Rodovia Estadual AM-070, km 26, margem direita; km 2 e 3 do Ramal Cachoeira, Município de Iranduba – AM. Pode-se dizer, então que Novo Catalão é resultado de uma medida tomada pelo governo, por meio do INCRA, devido aos riscos econômicos e sociais, que a população da Costa do Catalão enfrentava todos os anos com o fenômeno das terras caídas e da enchente/cheia, vazante/seca.

No processo de desterritorialização da Costa do Catalão está implícito o processo de reterritorialização em Novo Catalão. A reterritorialização do espaço geográfico do Novo Catalão caracteriza-se por ser um processo que inicialmente, não foi bem sucedido, devido à falta de infraestrutura para atender as necessidades dos camponeses que saíram em busca de melhores condições de vida, e que por isso, torna-se um agente ativo desse novo território. Esse processo de desocupação de um território e ocupação de um novo território lembra a colocação de Haesbert (2004, p. 138), ao dizer que, “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos”.

[...] a desterritorialização será um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de ‘privação de território’, perda de controle e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas, isto é, redução evidente do acesso aos lugares econômicos e simbólicos; aos recursos; à habitação a outros lugares que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo (HAESBERT, 2004, p. 138).

É necessário que saibamos que, ao processo de desterritorialização está implícito o processo de reterritorialização, ou seja, são ciclos que nem sempre se concluem. A desterritorialização é o movimento do abandono do território, devido a problemas diversos, enquanto a reterritorialização é o movimento de construção

do mesmo. São movimentos simultâneos e indissociáveis. Sendo o homem um ser eminentemente social e sociável, este necessita de se adaptar às novas circunstâncias, aos novos territórios.

Haesbaert (2004) auxilia no entendimento desse processo, na medida em que faz uma distinção entre processos de desterritorialização *ex situ* e desterritorialização *in situ*. Assim, a desterritorialização *ex situ* ocorre quando é consequência de uma deslocação dos indivíduos. Afirma o autor que a desterritorialização *in situ* ocorre sem haver necessidade de os indivíduos abandonarem os seus referenciais de localização, ou seja, não deixam o seu território, mas o acesso fica limitado, condicionado. O histórico de surgimento do assentamento do Novo Catalão insere-se na desterritorialização *ex situ* porque a população ao se sentir ameaçada e desprotegida devido as enchentes/cheias<sup>7</sup> periódicas e ao fenômeno das terras caídas<sup>8</sup> são obrigados a aceitar a proposta de mudança, ou de reterritorialização feita pelo INCRA<sup>9</sup>.

Um elemento importante no processo de desterritorialização/reterritorialização diz respeito à vida em comunidade. Uma vez que no rural da várzea<sup>10</sup> a vida em comunidade é mais dinâmica, quando comparado aos que habitam a terra firme. A várzea tem uma vida social mais intensa, devido a peculiaridade no que tange ao uso de diferentes ambientes (terra, floresta e água) e a produção de culturas periódicas condicionadas a alternância de cheia/vazante dos rios. Também na várzea, a participação dos comunitários nas ferras do boi, atividades das igrejas, clubes, campo de futebol

---

<sup>7</sup> As **enchentes/cheias** são fenômenos naturais, mas podem ser intensificadas pelas práticas humanas no espaço das cidades. O problema das enchentes/cheias passou a ser algo comum na vida das populações de algumas cidades. Infelizmente, todo ano é a mesma coisa, entre os meses de fevereiro a junho.

<sup>8</sup> Um termo regional amazônico usado, principalmente, para designar erosão fluvial acelerada que envolve desde os processos mais simples a altamente complexos, englobando indiferenciadamente escorregamento, deslizamento, desmoronamento e desabamento que acontecem às vezes em escala quase que imperceptível, pontual, recorrente e não raro, catastrófico, afetando em muitos casos distâncias quilométricas (CARVALHO, 2006, p. 55).

<sup>9</sup> INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira. Foi criado pelo decreto nº 1 110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

<sup>10</sup> A várzea é uma área inundável situada às margens de rios de águas brancas ou barrentas (PEREIRA, 2007). Este ambiente corresponde a planícies baixas e inundáveis que evidenciam um modo particular de vida por ser a região na qual a dinâmica das águas se dá de forma acentuada.

ocorre com maior frequência e intensidade. Os sujeitos que constituem o Novo Catalão, são provenientes dessa região onde a comunidade rural possui um certo nível de organização e articulação, típicos das áreas de várzea.

O encontro com uma nova realidade, certamente, provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamento e isso tudo certamente imbricado de conflitos. Ao partir, esse agricultor sem-terra saiu de um universo que recebeu como herança ao nascer e que agora vai se confrontar com o que é lhe dado nesse momento. O que ocorre aqui é um duplo processo inserido neste ato de sair e de chegar, pois, ao mesmo tempo em que expressa as ilusões daqueles que saem, expressa também o sofrimento daqueles que atravessam a fronteira do desconhecido. É a partir de então que uma nova necessidade se impõe, ou seja, é preciso mudar o modo de ver o mundo externo dando espaço para o surgimento de novos valores que lhe orientarão e lhe permitirão organizar-se no novo ambiente. Neste preciso momento é fundamental contar com a cooperação de amigos e parentes, o que lhes dará uma segurança para viver em terra desconhecida. O viver em grupo lhes permitirá um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e, assim, a construção da sua identidade com o novo (MEDEIROS, 2006, p. 283).

O processo de desterritorialização e reterritorialização que em terra firme<sup>11</sup> melhoram a fixação do camponês amazônico uma vez que, já instalado em terra firme, não tem mais a preocupação de ver suas terras desbarrancadas pelo fenômeno das terras caídas embora passe por um período de adaptação, que traz novos conhecimentos a respeito das novas formas de trabalhar e de viver em outro espaço.

Segundo Lencioni (1999, p. 150 apud SPOSITO, 2004 p. 37), trata-se da percepção advinda das experiências vividas procurando romper com a oposição entre sujeito e objeto, no qual o 'espaço vivido' é o 'revelador das práticas sociais' colocando a desterritorialização e reterritorialização como centro de análise.

Ressaltamos que a compreensão da desterritorialização e reterritorialização auxilia na compreensão da espacialidade humana do camponês amazônico do Novo Catalão, já que nesta espacialidade há uma dimensão cultural, dimensão integrada às demais esferas da vida. O termo reterritorialização

---

<sup>11</sup> A terra firme compreende a maior parte da Amazônia, composta de florestas densas, que ocupam uma área de aproximadamente 234 milhões de hectares (FRAXE, 2004). São terras relativamente altas, que ficam livres de inundações decorrentes da subida dos rios, convindo a ser refúgio para aqueles que se deslocam da várzea neste período.

foi utilizado por se tratar de um movimento no espaço provocado por motivos naturais: as enchentes/cheias e terras caídas.

A construção de um novo território proposto pelo INCRA (Quadro 05) às famílias que saíram da Costa do Catalão, terra de várzea, para Comunidade do Novo Catalão, em terra firme, é permeada com esperança de melhorar a condição de vida e recriar elementos estruturais na nova comunidade constituída pelo camponês amazônico, onde não sofrerá mais com o impacto da terra caída e nem a grande perda de produtos com as enchentes/cheias periódicas, mas surgirão outros problemas específicos concernentes às atividades relacionadas com a produção de hortaliças, a serem enfrentados e que, certamente, exigirão da comunidade uma ação coletiva, como por exemplo falta de água e dificuldade de transporte para escoar a produção.

Quadro 5: Ficha técnica de localização do imóvel

<b>INTERESSADO: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA</b>	
ENDEREÇO P/CORRESPONDÊNCIA:	Avenida André Araújo, nº 901, Manaus –AM
CNPJ/CPF: 02385972/0014-85	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REGISTRO NO IPAAM; 1017	PROCESSO Nº 1184/T/15
ÁREA TOTAL DO IMÓVEL:	208,2861 ha
PROPRIEDADE	P.D.S CACHOEIRA
PROPRIETÁRIO:	INCRA
MUNICÍPIO (S)	IRANDUBA - AM
COMARCA (S)	IRANDUBA
CARTÓRIO	REGISTRO DE IMÓVEIS
MAT/TRANS.	9.667
Localização: Rodovia Estadual AM -070, km 26, margem direita, km 2 e 3 do Ramal Cachoeira, Município de Iranduba.	

Fonte: INCRA, SR-15/AM (2016). Organização: Neocy Serruya (2021).

Segundo Tomaz Neto (2019) no ano de 2015, o INCRA aprovou a requisição da comunidade da Costa do Catalão para obtenção de uma nova área para se instalarem. Como já foi afirmado anteriormente, os comunitários reivindicaram um número de lotes suficientes para abrigar todas as famílias que ainda estavam residindo na Costa do Catalão, assim como para aquelas famílias que já tinham saído, pois muitas delas não possuíam terras próprias e precisavam ainda de uma área para morar e produzir. Essa reivindicação era motivada pelo desejo de manter viva toda uma história de vivência comunitária construída por décadas por esses campesinos.

O autor prossegue afirmando que a requisição ficou em trâmite durante anos, no INCRA<sup>12</sup>, período em que foram feitos levantamentos e estudos de áreas que pudessem atender à demanda dos solicitantes. Após levantamento de dados sobre a situação ocupacional de diferentes áreas a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no estado Amazonas define a área e publica no Diário Oficial da União a Portaria de número 38, de 9 de dezembro de 2015 que torna oficial a criação do assentamento. Os agricultores que receberam essas terras comprometeram-se a morar na gleba e explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Desta forma, foram feitas promessas para exploração da terra, alcançando assim o fortalecimento e ampliação da agricultura familiar campesina.

#### **PORTARIA N 38, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015**

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO AMAZONAS, no uso das incumbências que lhe são conferidas no inciso VIII do artigo 132 do Regimento Interno deste Instituto, aprovado pela Portaria MDA nº 20/2009, publicada no DOU de 9 de abril de 2009.

Considerando a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado PIC BELA VISTA, com a área de 78.546,0754, ha, localizado no município de IRANDUBA, Estado do AMAZONAS, doado ao INCRA pelo Governo do Estado através da Lei Estadual Nº 987 de 27 de Novembro de 1970, em conformidade com o registro contábil no Sistema de Gerenciamento dos imóveis de uso especial da União - SIPIUnet, conta 12321.01.00 - status "em processo de incorporação".

Considerando que o órgão ambiental do Estado do Amazonas, IPAAM, expediu a licença prévia (LP) Nº 073/15.

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise processo administrativo INCRA nº 54270.000152/2014-65 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º. Aprovar a proposta de destinação para assentamento de trabalhadores rurais do imóvel acima citado que prevê a criação de 75 (SETENTA E CINCO) unidades agrícolas familiares, tendo o Laudo Agrônomo de Fiscalização - LAF.

Art. 2º. Determinar à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR (15) F desta Superintendência Regional para atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao seu perímetro na base de dados cartográficos.

Art. 3º. Criar o Projeto de Assentamento PDS CACHOEIRA, código SIPRA nº AM 0152000, com área de 208,2867 (Duzentos e oito hectares, vinte e oito ares e sessenta e sete centiares) ha, localizado no município de IRANDUBA, Estado do AMAZONAS, a ser implantado por esta Superintendência Regional, em articulação com as Diretorias desta Instituição.

---

<sup>12</sup> Informações disponíveis em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>

Art. 4º. Providenciar a comunicação à Prefeitura municipal da criação deste Projeto de assentamento para inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (BRASIL, 2015, p. 107).

Em depoimento, a senhora M. F. S. P., uma das pioneiras do assentamento afirma que cada uma das 72 famílias assentadas recebeu do INCRA um lote, com área equivalente a 129mx40m. O contrato foi feito mediante a concessão de direito de uso e o recebimento sob condição resolutiva. Afirma ainda que foram delimitados lotes que se destinam às futuras construções de escola, posto médico, área de lazer. O lugar é calmo e há energia elétrica, água encanada oriunda de perfuração de poços e as terras são férteis. A ajuda financeira que receberam foi do Fomento Mulher que liberou uma quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em parcela única para cada unidade familiar, recurso não reembolsável e o Fomento Rural de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para pagarem após 12 meses (um ano) em parcelas mensais.

De acordo com Tomaz Neto, (2019), o INCRA iniciou o cadastro de moradores para que pudesse realizar a contagem e distribuição de lotes. No total foram registradas 72 famílias. A distribuição dos lotes ficou por conta da comunidade onde realizaram sorteios para definir qual família poderia escolher o lote que queria. Atualmente o município de Iranduba conta com 10 (dez) assentamentos, dentre eles o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, PDS Cachoeira onde se encontram assentados os moradores da Costa do Catalão.

PDS – Projetos de Assentamentos estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.); Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito; Apoio, Instalação e concessão de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União.

A Instrução Normativa Nº 2/MMA, de 06 de maio de 2014 no Art. 54 determina que para os assentamentos de Reforma Agrária o registro das informações ambientais obedecerão aos seguintes critérios: I- para os assentamentos criados até 22 de julho de 2008 a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008; II-

para os assentamentos criados até 22 de julho de 2008, a Reserva Legal será constituída pelos percentuais definidos no art.12 da Lei nº 12.651, de 2012 os lotes; III- para o cadastramento do perímetro do assentamento de reforma agrária ou para assentamentos onde não existe a individualização dos lotes, o cálculo da faixa marginal de recomposição de Áreas de Preservação Permanente ao longo do entorno de cursos de água, lagos e lagoas naturais dar-se-á em função da fração ideal média do assentamento<sup>13</sup>.

No assentamento do Novo Catalão é possível identificar um novo território ocupado por famílias desterritorializadas da Costa do Catalão para se dedicar à produção de hortaliças. As características agrícolas são visíveis e os laços de identidade dessas famílias são preservadas. Entretanto, com relação aos jovens algumas atitudes estão sendo alteradas devido às influências recebidas do meio urbano. A senhora M. F. S. P, moradora do assentamento afirma também que percebe mudanças na vivência de alguns valores como a diminuição dos sentimentos de solidariedade e cooperação entre os mais jovens, acreditando ser isto uma influência do meio urbano<sup>14</sup>, onde o individual se sobrepõe ao coletivo e teme que as próximas gerações percam o sentimento da vida comunitária.

Vale destacar que os conceitos de território e territorialidade interessam a diferentes ramos do conhecimento humano e, nos últimos anos, especialmente à Geografia. Discuti-los e empregá-los não é tarefa simples, pois os inúmeros tratamentos que estes conceitos recebem, oferecem a possibilidade de conceituá-los com numerosos significados.

A territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação (RAFFESTIN, 1993).

---

<sup>13</sup> BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa No 2/MMA, DE 06 DE MAIO DE 2014. Disponível em: [https://www.car.gov.br/leis/IN\\_CAR](https://www.car.gov.br/leis/IN_CAR). Acesso em 20 de julho de 2022.

<sup>14</sup> O assentamento Novo Catalão está localizado no Km 24 da Rodovia AM-070, na margem direita do Ramal da Cachoeira, nos quilômetros 3 e 4. Embora localizado em uma área rural apresenta maior ligação com centros urbanos, quando comparado ao local de origem desses camponeses que vieram de uma área de várzea, na margem do Rio Solimões, portanto, mais isolados dos grandes centros urbanos regionais e que de acordo com o depoimento da senhora M. F. S. P, hoje, vivendo na margem da estrada, sofrem maior influência do meio urbano.

Sack (1986, p. 19) mostra com propriedade a dimensão política e o papel dos limites ou fronteiras na definição do conceito de territorialidade. Para ele, territorialidade significa: "[...] a tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica".

Para Saquet (2011, p. 45), o território é resultado desse movimento que envolve as relações sociedade-natureza por meio da projeção do trabalho no espaço e de sua apropriação historicamente determinada. Nesse sentido, entende-se o Novo Catalão como território com características sociais e econômicas particulares, pois as famílias que foram assentadas pelo INCRA, foram desterritorializadas compulsoriamente por intercorrências naturais e vieram em busca de melhores condições de vida. Nesse aspecto, relações sociais, econômicas e culturais, estão inseridas no contexto da comunidade Novo Catalão. É necessário entender que o território do Novo Catalão, faz parte do município de Iranduba e é constituído por essas famílias que em seus locais de origem já praticavam a agricultura e que tiveram a oportunidade de permanecer com seus modos de vida no Novo Catalão, ou seja, como produtores agrícolas no assentamento.

No assentamento do Novo Catalão é possível identificar um novo território ocupado por famílias desterritorializadas da Costa do Catalão para se dedicar à produção de hortaliças. As características agrícolas são visíveis e os laços de identidade dessas famílias são preservadas.

*O INCRA, orientou que o lote não pode ser doado, nem vendido para estranhos. Só pode repassar para uma pessoa da comunidade. Pode ficar até 10 anos e depois repassar/vender de preferência, para quem é da Comunidade (M. F. S. P – MORADORA DO ASSENTAMENTO, 2021).*

A territorialidade reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral. Segundo Sack (2011), os homens vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Todas elas são relações de poder uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Sem se darem conta disso, os atores também modificam a si próprios. É impossível

manter qualquer relação que não seja marcada pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

## **2.2. A reprodução da nova territorialidade da Costa do Catalão a partir de amplos e complexos condicionantes**

A comunidade da Costa do Catalão está localizada no Município de Iranduba-AM. A área territorial do município é de aproximadamente 2.214, km<sup>2</sup> e a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, era de 49.718 habitantes. Limita-se com os municípios de Careiro da Várzea, Manaquiri, Manacapuru, Novo Airão e Manaus.

Devido ao fenômeno das enchentes/cheias fluviais que atinge anualmente as comunidades ribeirinhas existentes no Amazonas, muitos habitantes são forçados a migrar de seu *habitat* para outros territórios, geralmente em terra firme em busca de amenizar os problemas ocasionados por essa migração.

A ocupação ribeirinha das margens do rio Solimões, na área territorial do município de Iranduba, na área da Costa do Catalão, desde a década de 1980 vem sofrendo com mais intensidade perdas dos territórios de moradia e de plantio, em vista do fenômeno geomorfológico das “terras caídas” que provoca o deslocamento compulsório dos seus moradores para áreas de terra firme. A ocupação do ambiente de terra firme provém da colonização incentivada na década de 1940, que na segunda metade do Século XX foi assumida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Sabe-se que os deslocamentos humanos constituem um dos fenômenos históricos mais antigos, complexos e determinantes no processo de configuração das comunidades, sociedades e das cidades existentes no mundo. “Os primeiros habitantes das grandes civilizações cresceram a margem dos grandes rios”. (Cunha 2013 apud SILVA, 2018). Em se tratando da Amazônia, a hidrografia é um dos elementos naturais que permite a ocorrência da estruturação para a organização do espaço.

A enchente/cheia é um dos fatores que contribuem para reterritorialização do camponês que habita nas comunidades de várzea. Segundo Silva (2018) a enchente/cheia acontece no período de maiores precipitações pluviais, de elevada intensidade na região amazônica, quando o nível das águas começa a subir

havendo transbordamentos de um curso fluvial, e vazante/seca é o período quando os níveis dos rios tendem a diminuir. Ambos são fenômenos naturais que ocorrem todos os anos, também chamados de período sazonal do Rio Amazonas pela sua variação.

A fase da enchente/cheia ocorre geralmente nos meses de novembro a junho. Este período compreende uma fase de grande impacto na vida dos povos rurais, pois, a alternância de fases terrestres e aquáticas é um fator limitante para a vida nos ambientes das várzeas. Tendo o rio invadido suas residências, tendem a migrar para a cidade ou áreas de terra firme. Mas, não são todos, muitos preferem permanecer em suas casas e para isso têm que construir pontes suspensas dentro de casa (marombas), tornando o caminhar de um cômodo para outro uma tarefa difícil, devido à proximidade com o telhado (OLIVEIRA; MAFRA; SOARES, 2012 apud CARNEIRO, 2016, p. 4).

Convém salientar que, a proposta motivadora desta pesquisa é compreender o processo de desterritorialização da várzea e por consequência a reterritorialização em terra firme dos moradores da comunidade Costa do Catalão e as consequentes mudanças decorrentes desse processo.

De acordo com Haesbaert (2004) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (HAESBAERT, 2004, p.03).

Nota-se, portanto, que a territorialidade está atrelada às relações de poder e de identidade expressas no espaço. Diante disso, compreendemos que no novo território ocupado pela comunidade catalense, as territorialidades podem ser expressas por meio das práticas, tradições, costumes e formas de lazer realizados na comunidade. Nesse contexto, compreende-se que as práticas marcadas pelas territorialidades, contribuem para a afirmação da identidade.

Na obra, “O Rio comanda a vida”, Leandro Tocantins (2000), evidencia a importância do regime das águas dos rios amazônicos sobre o modo de vida dos povos da floresta. Tocantins, sintetiza a influência das águas sobre o modo de vida na Amazônia em sua obra quando afirma:

O rio, sempre o rio, unido ao homem, em associação quase mística, o que pode comportar a transposição da máxima de Heródoto para os condados amazônicos, onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos. Veias do sangue da planície, caminho natural dos descobridores, favela do pobre e do rico, determinante das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte perene do progresso, pois sem ele o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezaram a paisagem, fazem girar a civilização comandam a vida no anfiteatro amazônico (TOCANTINS, 2000, p. 280-281).

De acordo com Carneiro (2016) a influência do ambiente natural na vida das populações ribeirinhas é muito significativa ao ponto de interferir nas suas atividades sociais e econômicas. Nesse sentido, Souza e Almeida (2010, p. 8) salientam que além dessa situação de perdas o caboclo ribeirinho é um resistente, porque está sempre pronto a enfrentar a sazonalidade do rio Amazonas (enchente/cheia e vazante/seca). Assim sendo, estes amazônidas estão sempre iniciando o seu viver e o seu morar, assim como estão sempre iniciando suas plantações e suas criações. Logo, para eles é um eterno recomeço de tudo; até a próxima cheia ou a próxima grande vazante. É importante salientar que o fenômeno de enchente e vazante não afeta somente o meio rural, mas também a área urbana tem sofrido com inundações. Na região amazônica há muitos municípios às margens dos rios e em áreas de várzea, o que faz com que estes também estejam à mercê das inundações recorrentes do ciclo das águas.

Algumas comunidades ao repensarem a sua situação estão optando por mudar e buscar alternativas para formar uma nova comunidade, novas formas de enfrentar a vida em locais que possibilitem a fixação da população, estabilidade de produção e melhor qualidade de vida.

Segundo Alencar (2010) o habitante da várzea vive um eterno recomeço, seja pela relação de produção, seja pela enchente e vazante. A relação de produção se dá pelo crédito obtido e negociado e renegociado com pagamento do que produz em termos de pescado ou de agricultura, ou seja, traduz-se em uma estratégia econômica histórica e culturalmente estabelecida, sem, contudo, comprometer a vida do pequeno produtor de várzea. É dotado de saber para gerir constrangimentos porque, aprendendo a geri-los, construiu sua relativa liberdade diante da natureza, elaborou meios de adaptação a esse ambiente ecológico,

rompeu barreiras fundamentais, transformando assim essa terra, sucessivamente inundada, em seu *habitat*.

Cruz (2007) também se posiciona afirmando que a dinâmica do processo de territorialização nos lagos e rios de terra firme da Amazônia tem uma importância fundamental, uma vez que diz respeito às percepções que os moradores têm com um ambiente em constantes transformações ao longo do ano.

Ressaltamos que o estudo da desterritorialização e reterritorialização auxilia na compreensão da espacialidade humana, já que nesta espacialidade há uma dimensão cultural, dimensão integrada às demais esferas da vida. Raffestin (1977), nesse sentido considera que a territorialidade se relaciona ao espaço vivido e às relações sociais de alteridade e exterioridade cotidiana, e ainda, Dematteis (1964) apud Saquet, (2011, p. 31) aponta:

[...] a territorialidade é compreendida como relações sociais, econômicas, culturais e políticas realizada nas famílias, na vizinhança, na comunidade e entre a cidade e o campo; significa um conjunto de tramas efetivadas por meio de redes de comunicação e circulação.

Essas famílias criaram uma nova territorialidade. No contexto do Novo Catalão as práticas agrícolas e o modo de vida são executados e vivenciados com a influência do meio urbano. Com isso, a comunidade Novo Catalão configura-se como uma nova territorialidade, ao delimitarem abstratamente a área com sua prática agrícola e não agrícolas no seu cotidiano.

Em se tratando dessas diferenças, identificaram-se certas características durante as pesquisas em campo como as casas distribuídas por núcleos familiares, a divisão de tarefas por gênero, o perfil do produtor agrícola e a rede de comercialização, que se constituiu a partir da atividade agrícola. A comunidade localiza-se na margem do Ramal da Cachoeira – Município de Iranduba, onde localizam-se as unidades produtivas de hortaliças. Nesse contexto, adentra-se no perfil do produtor agrícola campestre, visto que ele é oriundo da Costa do Catalão, onde já desenvolvia o cultivo de hortaliças como principal atividade econômica.

Apesar das adversidades, a produção agrícola de hortaliças vem persistindo no assentamento Novo Catalão, pois, ao se adaptar as suas territorialidades a esse ambiente, com características próprias do meio campestre, atribui-se significado ao lugar, para assim manter e preservar uma

identidade que devido a influência urbana vai aos poucos perdendo traços da vida rural.

A referida reprodução da nova territorialidade do Novo Catalão, ocorre a partir de amplos e complexos condicionantes, que por sua vez, se mantêm com apoio da comunidade e suas respectivas relações interpessoais. É a partir dessas relações e interações que as pessoas vão se apropriando dos lugares, personalizando-os e deixando suas marcas. A reterritorialização do espaço tem como indicador as relações que se estabelecem e imprimem identidade de lugar. Por conseguinte, a desterritorialização é uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento do território localizado à margem do Rio Solimões. Vale destacar, que o processo de reterritorialização do camponês que migrou da Costa do Catalão, buscou uma readaptação em um novo espaço, pois a realidade é diferente do antigo território em que viviam esses grupos, a começar pela localização, antes na margem do grande Rio Solimões e agora, à margem da estrada, BR- 070, no Ramal da Cachoeira, assim:

[...] a territorialização, seria o movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando-o de unidade. Poderia também ser chamada de enraizamento territorial, vinculando populações, empresas e instituições do governo ao território. A desterritorialização, em seu oposto, representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus lugares, correspondendo a perda de identidades e do enraizamento. A territorialização, por sua vez, compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação (FUINE, 2014, p. 6).

Os conceitos aqui citados induzem a pensar que a territorialização e desterritorialização, como sendo processos que ocorrem ao mesmo tempo. Dá-se ênfase, neste escrito, aos moradores e ex-moradores da Comunidade da Costa do Catalão, que foram forçados a migrar devido ao processo erosivo, popularmente conhecido como “terras caídas”. Diante dessas circunstâncias, uma diversidade de destinos foi tomada por esses migrantes. Parte deles mudou-se para zonas urbanas de Manaus ou do próprio município de Iranduba, mas outros tomaram a iniciativa de adquirir pequenas áreas em loteamentos feitos nas antigas parcelas da colonização dirigida pelo INCRA, na zona rural do mesmo município. Entende-se que a exploração camponesa constitui uma pequena

unidade de produção de consumo que encontra seu principal sustento na agricultura e é sustentada principalmente pelo trabalho familiar.

De acordo com o senso comum, território se refere a um espaço qualquer, geralmente marcado e defendido; espaço de sobrevivência de um grupo ou pessoa. O termo, originário do latim "*territorium*" (termo derivado de terra) figurava nos tratados de agrimensura, significando "pedaço de terra apropriada" e, de acordo com Le Berre, difundiu-se efetivamente na Geografia apenas no final da década de 1970.

Andrade (2010) afirma que a expressão território tem uso antigo nas ciências sociais e naturais e voltou a ser utilizada com recorrência na contemporaneidade por vertentes distintas. Diferentes concepções evidencia-se o privilégio de determinados aspectos, seja ele físico, político, econômico ou cultural. Historicamente, o território tem sido pensado, definido e delimitado a partir das relações de poder.

Segundo a autora acima citada, diversos autores que compartilham os fundamentos da abordagem conceitual de território, influenciam na formação de pensadores atuais que estudam o território, a exemplo de Friederich Ratzel (1990), Claude Raffestin (1993) e Rogério Haesbaert (2004). Vale ressaltar que, embora possuam a mesma perspectiva teórica-metodológica, há diferenciações significativas em suas concepções.

Para Haesbaert (2004), desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar). Ao mesmo tempo, por extensão, pode-se dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". Todo território, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações funcional e simbólico, pois exerce-se um domínio sobre o espaço tanto para realizar "funções" quanto para produzir "significados". O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo ("lar" para o nosso repouso), seja como fonte de "recursos naturais" – "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBAERT, 2004).

Territorialização indica, enquanto conceito explicativo bastante difundido por Haesbart (2004), o enraizamento e identificação de um grupo, organização ou indivíduo com um território, tanto em termos políticos, econômicos, mais materiais, quanto em termos culturais e simbólicos, fortemente imateriais. Parafrazeando Haesbart, para que as pessoas encontrem condições para viver com dignidade e felicidade é importante que adotemos a noção de multiterritorialidade: que os seus territórios de vida deixados para trás possam se articular com os territórios novos que produzirão “pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma nova sociedade, um Novo Catalão, mais igualitário.

Para Raffestin (1993) o território pode ser definido como [...] uma reordenação do espaço no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. O território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera. [...] O acesso ou o não-acesso à informação comanda o processo de territorialização, desterritorialização das sociedades.

O território pode ser compreendido a partir de uma leitura lefebvreana, na qual o espaço é produzido em território por meio de relações intencionais e de poder. Assim, o espaço é matéria prima, preexiste antes de qualquer ação. Desse modo, território não é espaço, mas simplesmente se apoia neste. Raffestin (1988, p. 143-144) afirma que, todo território é produzido a partir do espaço, sendo uma representação inscrita num “campo de poder”. É importante considerar que entre as sociedades existem distintas formas de expressar o poder, assim como diferentes “formas de organizações geográficas e concepções de espaço e lugar”, influenciando na mudança de paisagens e significados conforme se modificam as sociedades (SACK, 2011, p. 88).

No Novo Catalão, as relações de poder se estabelecem por meio de trocas, de diálogos, de negociações, de pactuações entre diferentes membros da comunidade e grupos externos que, em dado momento, propõem implementar projetos ou intervenções que irão concorrer para a formação de um novo território. Como essência das relações sociais, poder é, portanto, central para o entendimento de território, principalmente para estabelecer relações, definir normas de convivência social a fim de organizar, reproduzir e assegurar a vida às gerações futuras do Novo Catalão.

Convém destacar que para o camponês do Novo Catalão produzir e apropriar-se do território, cria regras – formais e informais – de uso e de poder para o controle da convivência social. As regras sociais formais (leis) são definidas pelo Estado, estão escritas e, mesmo que todos não as conheçam, estão sujeitos a elas. As informais não estão escritas, em geral são reconhecidas e, quando aceitas, são seguidas pelo coletivo, como modos de viver. As regras (leis e modos de viver) são valores que têm significados, que permeiam o cotidiano e afetam condutas criando, inclusive, culturas e comportamentos sociais.

Sendo o espaço o resultado de um feixe de relações que somam as particularidades (ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais) às demandas do mundo global (CASTELLS, 1975), faz-se necessário uma atenção especial quanto aos tipos de uso e ocupação territorial das áreas destinadas à plantação de hortaliças, uma vez que as formas de se conceber o território sempre imprimem uma valorização diferenciada da paisagem e da cultura local, com a substituição de hábitos e comportamentos e a implementação de novas formas de apropriação da natureza, relações sociais de produção e novos estilos de consumo, que podem repercutir de várias formas na construção da nova territorialidade.

A questão do território, desde a década de 1980, vem ganhando muita importância nos estudos dentro da Geografia Agrária para se entender a dinâmica da produção do espaço geográfico. Esse processo atua ativamente nas transformações dos territórios rurais, principalmente a partir da importância que adquirem os processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) nessa conjuntura (SCHWITZKY, 2011, p. 60).

Já o estudo de autores como Raffestin (1993; 2009 apud ANDRADE, 2010, p. 49) destacam o caráter político do território e centra-se na problemática do poder, fazendo distinção entre espaço e território. O primeiro é compreendido como natureza, superfície e pré-existente ao território e este, como algo que se forma a partir da ação dos sujeitos, atores sociais. Para diferenciar os termos, o autor afirma que:

O espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos. [...] É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede o território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que se realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente de um espaço, o ator o territorializa. (RAFFESTIN, 2009, p. 26 apud ANDRADE, 2010, p. 49).

Dessa forma, território é visto como um conjunto de relações sociais, sua dimensão política, onde o poder aparece como conceito de território. Entende-se que a origem de território é encontrada, na Geografia, na obra de Friedrich Ratzel. Foi ele quem afirmou que: “sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado”.

A noção de território implica os objetos e ações e é sinônimo de espaço humano, habitado, ou seja, mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. [...] É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades [são...] os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades [são...] formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS, 1994, p. 16).

Fernandes (2009), acrescenta ainda que: na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania.

Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios (RUA, 2006, p. 96-97).

O entendimento de território é como “aquele que o associa à apropriação social do espaço” e igualmente destaca as dimensões que daí se implica: a) a dimensão simbólica, que confere ao espaço-território um sentido, o caráter de lugar, a noção de pertencimento e, conseqüentemente, a capacidade de forjar identidades; b) a dimensão material, que se refere aos meios materiais de existência, portanto, ao uso do espaço-território; c) a dimensão do poder, que se relaciona com o acesso e com o domínio do espaço-território, os quais podem garantir ao grupo social que procura se apropriar de um determinado espaço a vivência plena das duas dimensões anteriores (MAZZETTO, 2007, p. 52).

A que se considerar que as leituras realizadas indicam que território é resultado desse movimento que envolve as relações sociedade-natureza por meio da projeção do trabalho no espaço e de sua apropriação historicamente determinada. (SAQUET, 2011, p. 45). Neste sentido, compreende-se que a reprodução da nova territorialidade do Novo Catalão como território com características sociais, pois as famílias que foram assentadas pelo INCRA, iam em busca de terras onde pudessem plantar e ficar livres de ameaças de fenômenos naturais como a terra caída e enchentes/cheias, assim melhorar as condições de vida. Nesse aspecto, relações sociais, econômicas e culturais, estão inseridas no contexto da comunidade Novo Catalão. É necessário entender que o território do Novo Catalão, faz parte do município de Iranduba, é constituído por famílias que já praticavam a agricultura na Costa do Catalão e que tiveram a oportunidade de permanecer com seus modos de vida no Novo Catalão, como camponeses, produtores agrícolas do assentamento que se desenvolve sob a influência de diferentes fatores, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 6: Fatores que influenciam na produção de hortaliças no Novo Catalão

<b>FATORES CONDICIONANTES</b>
A expansão do capital.
A Agricultura Familiar se tornou a categoria consagrada, capaz de abranger todas as formas sociais, não dominantes, de agricultura, baseada na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários.
A Agricultura Familiar se destaca pela diversificação dos produtos, baixo custo, aproveitamento e otimização dos insumos.
Capacidade de causar menores danos ao ambiente do que a agricultura convencional.
Produção tanto para a subsistência quanto para comercialização.

Organização: Neocy Serruya (2021).

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção do tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá nela (MARTINS, 1995, p. 177).

Assim, reafirmamos com Martins que, a terra, não pode ser analisada com as mesmas consequências sociais, econômicas e políticas, como se fosse capital. A propriedade da terra, contém uma relação social que envolve um conjunto de

interesses antagônicos, de classes sociais distintas, pois, as próprias contradições entre a terra e o capital devem levar à separação de um e de outro, expressos em classes sociais distintas, como a dos proprietários de terra e a dos capitalistas (MARTINS, 1995, p. 161).

A estas contradições entre terra e capital, Martins explica que a terra atua como um obstáculo à expansão do capital. Isto porque, a terra, através de seu proprietário, se ergue diante do capital para cobrar uma renda pela sua exploração. Sendo uma mercadoria, ela possui um preço, podendo então estabelecerem-se relações comerciais com esta mercadoria, ou seja, pode ser comprada, alugada, vendida, arrendada. Para o capitalista, o pagamento desta renda representa uma irracionalidade, porque além do pagamento da renda, o capitalista terá que investir na propriedade para que esta possa operar como capital e daí, obter o lucro. Então, está na verdade, convertendo uma parte do seu capital em renda; está imobilizando improdutivamente esta parte do capital, unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura (MARTINS, 1995, p. 161).

Proprietário de terra e capitalista, possuem desta forma, interesses antagônicos. Isto não quer dizer, entretanto, que não possam aparecer unificados em uma só pessoa, ou seja, o capitalista pode comprar uma propriedade, pagando uma renda, e explorar a propriedade, passando a ter então, a possibilidade de obter o lucro e a renda, que é paga pelo conjunto da sociedade. Se o capitalista não quiser, consegue obter o lucro simplesmente arrendando um conjunto de propriedade, explorando-a através de relações capitalistas e pagando a renda ao proprietário. Sendo assim, o capital consegue obter lucro com as atividades do campo sem precisar tornar-se proprietário dela. É desta forma que o autor afirma que existem contradições entre terra e capital, que aquele, por não operar como se fosse capital, deve ter a sua abordagem diferenciada da abordagem que se realiza ao analisarmos o capital industrial. A terra permite a quem dela se apropria, várias formas de ganhos. Um proprietário, por exemplo, não precisa colocar a terra no processo produtivo para que a mesma possa “valorizar-se”. Basta realizarem trabalho fora dela, como o asfaltamento da estrada próxima à propriedade, para que o preço desta terra aumente.

Retomando então, o capital pode obter ganhos com a terra sem apropriar-se dela. Tal fato é possível através do processo que Martins (1995), chama de sujeição da renda terra ao capital, ou seja, controlando a comercialização dos produtos agrícolas, dos insumos, do crédito bancário, tornando assim, o proprietário de terra ou camponês, subordinado ao capital. Nesta relação de sujeição, o capital se apropria da renda produzida por aqueles através dos juros cobrados pelos financiamentos, na imposição dos preços ao produtor proprietário de terra capitalista ou do tipo camponês. Esta renda, na circulação será convertida em lucro para o capitalista, ocorrendo então, a metamorfose da renda da terra em capital. Com estas múltiplas formas de acumulação, o capital ao se expandir no campo, pode também, lançar mão de relações não capitalistas. Isto, pode-se perceber claramente na Comunidade do Novo Catalão, quando lança mão em financiamentos para criação de infraestrutura, aquisição de equipamentos e adubos, fertilizantes, sementes e outros insumos (Figuras 32 e 33).

Figura 32: Sementes de hortaliças compradas pelos camponeses do Novo Catalão



Foto: Neocy Serruya (2022).

Figura 33: Fertilizantes utilizados no cultivo de hortaliças



Foto: Neocy Serruya (2022).

O capital pode expandir-se no campo sem apropriar-se da terra sujeitando a renda da terra e o trabalho que nela se dá. Desta forma, o capitalista da agricultura e camponês são personagens distintos. A este processo que se verifica no campo, Oliveira (1992) conceitua, no primeiro caso, de territorialização do capital na agricultura, e no segundo, de monopolização do território pelo capital. O autor lembra que, quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, a população rural pode até se expandir. Neste caso o desenvolvimento do camponês pode possibilitar simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, nem sempre grandes (OLIVEIRA, 1992, p. 12).

Outro condicionante é a agricultura familiar campesina. Neste item, não poderia deixar de mencionar que todos os países capitalistas que desenvolveram mercados de consumo de massa, além de promoverem políticas de Reforma Agrária, deram ênfase à Agricultura Familiar ou agricultura de base como estratégia de garantir o abastecimento de bens agrícolas a um custo baixo, gerando emprego e aumento real do salário dos trabalhadores de baixa renda, fatos que o Brasil ainda não conseguiu sanar. Apesar da insuficiência de alguns programas do governo brasileiro, o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura

Familiar), coopera para que pequenos agricultores através da concessão de créditos, assistência técnica e sistemas de capacitação para gerir seus empreendimentos (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

De acordo com Meneghett e Souza (2015), a agricultura familiar é a categoria social predominante em termos numéricos no Brasil e no Amazonas. É objeto de inúmeros estudos por parte da academia e instituições de pesquisa. Sua importância está associada ao seu papel de categoria social produtora de alimentos para si e para o mercado. Além da produção de alimentos, a agricultura familiar agrega outra característica que é a sua capacidade de reter mão de obra e gerar postos de trabalho no meio rural, numa perspectiva diversa da lógica capitalista do trabalho. De acordo com dados do Censo Agropecuário (IBGE,2006), a agricultura familiar era responsável por 74,4% dos postos de trabalho no meio rural, enquanto a agricultura não familiar respondia por 25,6%. Esta particularidade confere à agricultura familiar uma importância grande no desenvolvimento rural e na dinamização das economias locais, nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável, como é o caso do assentamento Novo Catalão.

Devido à importância social e econômica da agricultura familiar as políticas governamentais têm se voltado para o desenvolvimento desse setor. Nesse sentido, apesar das medidas de apoio à população rural citadas anteriormente, o principal elemento destaque é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado de acordo com o decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Ações como Previdência Rural e Luz para Todos são importantes para a população rural como um todo, e o Programa Bolsa Família (PBF) é o programa de transferência condicionada de renda, instituído pela Lei n.º 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto n.º 5.209/2004 que atinge as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o que acaba alcançando consequentemente à população rural, mesmo não sendo voltado de forma específica para esta população. O PRONAF, no entanto, surge num contexto em que o debate sobre a importância da agricultura familiar ganha espaço, se mostrando um programa que tem como objetivo atender especificamente o agricultor familiar. Antes da criação do PRONAF, o financiamento do pequeno agricultor restringia-se quase que exclusivamente aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (PROCERA) (Quadro 7).

Quadro 7: Maiores Programas de Financiamento Governamental

<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Recursos</b>
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).	Criado de acordo com o decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Ações. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo	Do total de R\$ 90,8 bilhões de recursos equalizáveis para a Safra 2021/22, o saldo disponível, a contratar, no final de janeiro de 2022 era de R\$ 27,5 bilhões (30%) para todas as finalidades.
Fundo Nacional para financiar a região Norte do Brasil (FNO)	Criado na Constituição de 1988 em conjunto com fundos similares para as regiões Nordeste e Centro Oeste, esse fundo financia todo espectro de atividades rurais e industriais, com 70% e 30% dos recursos respectivamente, com taxas de juros de até 6% mais imposto TJJLP, aproximadamente 13% ao ano	O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) vai financiar até R\$ 8,6 bilhões para empreendedores urbanos e produtores rurais da região em 2022.
Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA)	Programa elaborado para dar assistência aos projetos de Reforma Agrária. Até R\$ 2 mil para gastos operacionais e R\$7.500 para investimentos, operado pelo Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste, com taxas de juros de 6,5% mais 50% do imposto TJJPP, aproximadamente 13% ao ano.	R\$ 140 milhões (1998)

Fonte: FUNBIO,1999. Organização: Neocy Serruya (2022).

Esse último Programa citado no quadro funcionou entre o período de 1986 a 1999 e seus recursos poderiam apenas ser acessados pelos beneficiários do

Programa de Reforma Agrária. Com a extinção do PROCERA, incorporaram-se os assentados da reforma agrária no PRONAF, enquadrando-os nos critérios estabelecidos neste programa. Questões como participação social, segurança alimentar e desenvolvimento local ganham espaço crescente na concepção das políticas públicas de desenvolvimento rural. Nesse cenário, a agricultura familiar é parte importante da estratégia de desenvolvimento local e de geração de trabalho e renda (CERQUEIRA; ROCHA; COELHO, 2006).

De acordo com o estudo “Avaliação do PRONAF”, este programa originou-se em 1995/96 na Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do antigo Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA), atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e em 1999 foi deslocado para a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Sua elaboração e operacionalização se deram através da resolução nº 2.191 do Conselho Monetário Nacional (CMN). O PRONAF marcou o redirecionamento das políticas públicas de desenvolvimento rural, dando atenção ao caráter produtivista da agricultura familiar, com crédito rural, apoiando financeiramente as atividades agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho do agricultor e de sua família. Além disso, o apoio se dá também através de assistência técnica e pesquisa, visando sanar o problema da desigualdade no campo. As ações buscam satisfazer a necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam à agricultura, em especial à agricultura familiar, maior capacidade de compatibilizar a produção para o seu próprio consumo e para a comercialização (BRASIL, 2003). Sua formulação se deu, principalmente, em resposta à pressão dos trabalhadores, representando, pois, uma conquista da luta dos mesmos por uma política agrícola que proporcione estratégias de desenvolvimento, como coloca Cazella, Mattei e Schneider (2004, p. 2 apud SOUZA et. al 2006, p. 5):

Em larga medida, pode-se afirmar que o PRONAF foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. A legislação do PRONAF classifica os agricultores familiares em grupos segundo a renda familiar bruta. a) Grupo B: agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 20 mil. b) Grupo V: agricultores familiares com renda bruta anual maior que R\$ 20 mil até R\$ 360 mil. c) Não atendem aos critérios do PRONAF aqueles agricultores familiares com renda maior que R\$ 360 mil anual.

As relações sociais capitalistas expandem-se territorialmente por variados mecanismos. Pode iniciar pela simples expansão do mercado, que vai criando oportunidades econômicas novas aos produtores locais e, assim vai intensificando a divisão do trabalho, forjando a especialização e o aumento da produtividade. O Estado tem papel definidor dessa expansão à medida que a legislação ou reconhece apenas a produção capitalista, ou pelo menos, favorece-a. Mas o mecanismo mais eficiente da expansão do capital constitui-se na expropriação do trabalhador, na separação do trabalhador das suas condições de produção. Porém, quanto ao capital não é conveniente investir grandes somas na apropriação direta dos meios de produção e, no entanto, existe a necessidade de sua expansão, o capital dá conta de subordinar o produtor indiretamente: sujeitar o trabalho ao capital.

### **2.3. Produção de hortaliças e as diferentes formas de uso da terra na Comunidade Novo Catalão**

A produção de hortaliças é uma atividade quase sempre presente em pequenas propriedades familiares, seja como atividade de subsistência ou com a finalidade da comercialização do excedente agrícola em pequena escala. Segundo Faulin (2010), a produção de hortaliças, tanto comercial quanto para a subsistência, possui um papel importante para a atividade agrícola familiar, contribuindo para o seu fortalecimento e garantindo sua sustentabilidade. Possibilitam também um retorno econômico rápido, servindo então de suporte a outras atividades com retorno de médio a longo prazo.

Sendo assim, para EMBRAPA (2007 apud FERREIRA et al 2013), a produção e utilização das hortaliças é importante como alternativa para a agricultura familiar, tanto pelo fornecimento de nutrientes, como pela facilidade de adaptação a essa prática, principalmente por demandar mais mão de obra e menos área. Atualmente o consumo de hortaliças tem aumentado devido a maior conscientização da população em busca de uma dieta alimentar mais rica e saudável.

Segundo Brasil (2010 apud FERREIRA, et al 2013), as hortaliças são plantas de suma importância para o fornecimento principalmente de vitaminas, sais minerais e fibras, com algumas delas também servindo como fonte de

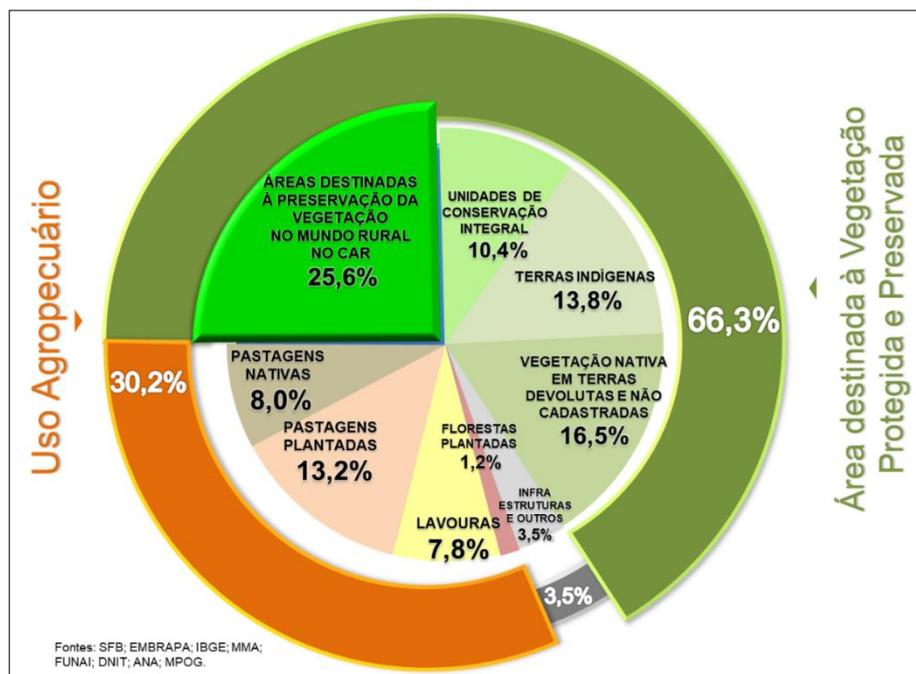
carboidratos e proteínas. Determinadas espécies são excelentes fontes de substâncias antioxidantes, como a vitamina C, o betacaroteno e o licopeno. Devido a isso, o consumo destes alimentos tem crescido no país. Existem diferentes tipos de hortaliças, são elas: folhosas (alface, couve), frutos (tomate, vagem), flores (couve-flor, brócolis), raízes (cenoura, beterraba). As hortaliças são plantas de consistência herbácea, geralmente de ciclo curto e tratos culturais intensivos, cujas partes comestíveis são diretamente utilizadas na alimentação humana, ou seja, *in natura* ou com pouco processamento.

De acordo com a Síntese de Ocupação das Terras no Brasil feito pela EMBRAPA (2018), o mundo rural brasileiro utiliza, em média, apenas a metade da superfície de seus imóveis (50,1%). A área dedicada à preservação da vegetação nativa nos imóveis rurais - registrados e mapeados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) - representa um quarto do território nacional (25,6%). A área destinada à preservação em cada imóvel rural foi mapeada de forma precisa em escala local, municipal, microrregiões, estados e país. Sua repartição territorial é extremamente conectada e recobre todo o território nacional (Figura 34). Essas informações numéricas e cartográficas podem ser obtidas neste *website*<sup>15</sup> em diversos recortes geográficos: país, estados e microrregiões homogêneas.

---

<sup>15</sup> EMBRAPA TERRITORIAL. Agricultura e preservação ambiental: uma análise do cadastro ambiental rural. Campinas, 2020. Disponível em: <[www.embrapa.br/car](http://www.embrapa.br/car)>. Acesso em: 10 out. 2022.

Figura 34: Proporções dos diferentes usos e ocupação das terras no Brasil



Fonte: Embrapa Territorial<sup>16</sup> – Expressão gráfica da quantificação territorial dos diversos usos e ocupação das terras e das áreas destinadas à preservação e proteção da vegetação nativa no Brasil.

De acordo com Rosa (1992), a expressão “uso da terra” pode ser entendida como a forma pela qual o espaço está sendo ocupado pelo homem, sendo assim, é importante considerar a forma que este espaço está sendo ocupado, ou seja, se é explorado de forma organizada e produtiva, conforme cada região.

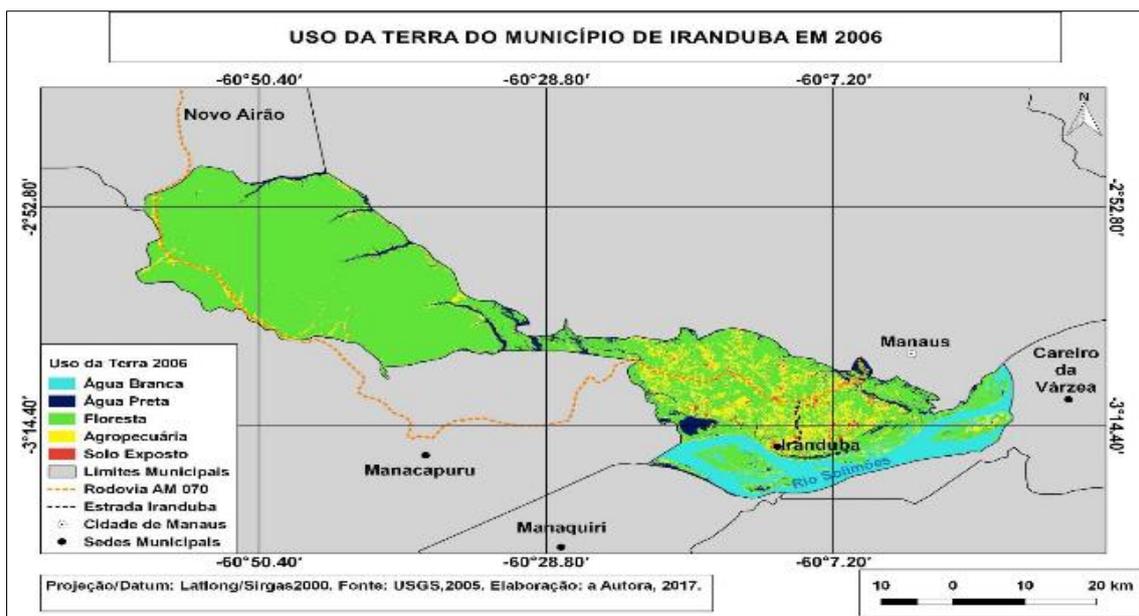
Diante do dinamismo das ações humanas, não é possível acompanhar estas transformações de forma rápida e atual sem auxílio das novas tecnologias, por isso, se faz necessário, por exemplo, do sensoriamento remoto para monitorar e direcionar a organização e exploração do espaço.

Segundo Santos (2004, p. 32), a construção de uma paisagem é decorrente da reorganização social, política e econômica da sociedade em torno de novos parâmetros de espaço e tempo. Em se tratando, de mudanças na paisagem devido às transformações ocorridas no uso do solo, dentro de uma escala de tempo que de forma direta, afetam e modificam localidades, impactando sistemas ecológicos e os recursos naturais. Essas transformações foram evidentes no

<sup>16</sup> EMBRAPA TERRITORIAL. Agricultura e preservação ambiental: uma análise do cadastro ambiental rural. Campinas, 2020. Disponível em: <www.embrapa.br/car>. Acesso em: 10 out. 2022.

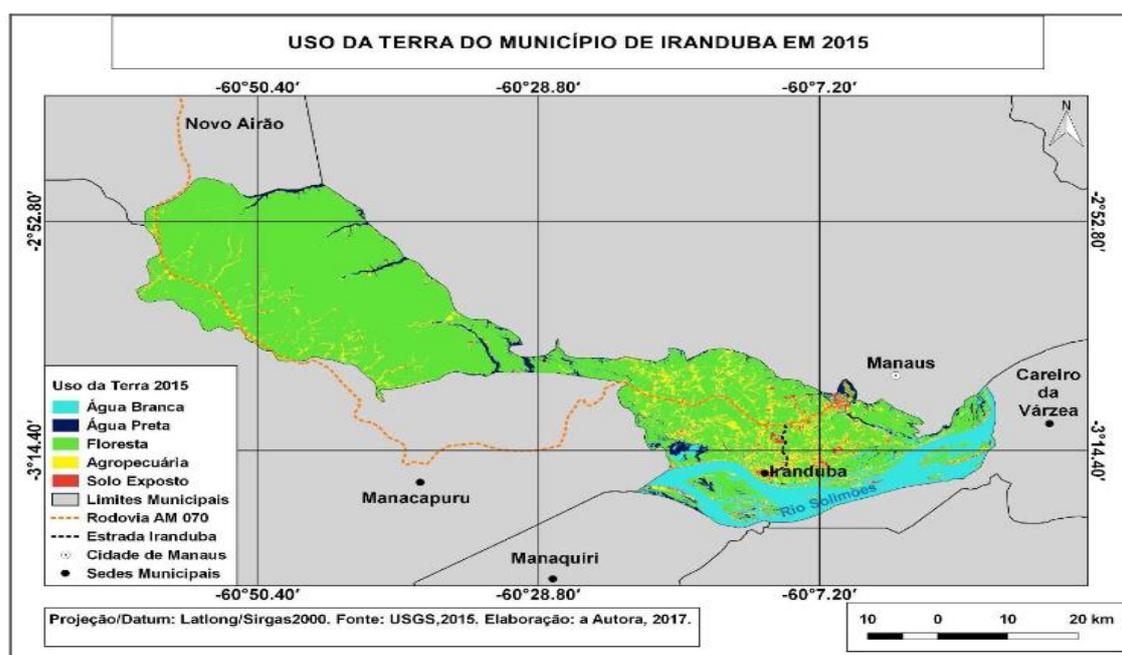
município de Iranduba num intervalo de tempo de uma década (2005 a 2015) (Figuras 35, 36 e Quadro 8). Diversos projetos de desenvolvimento transformaram o município, como por exemplo, a construção da ponte Philipe Daou, a construção do gasoduto Coari-Manaus, a duplicação da rodovia Manoel Urbano AM 070) e início da construção da Cidade Universitária da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Figura 35: Mapa de uso da terra do município de Iranduba em 2006



FONTE: Gomes e Wachholz (2018).

Figura 36: Mapa de uso da terra do município de Iranduba em 2015



FONTE: Gomes e Wachholz (2018).

Quadro 8: Quantificação das classes de uso da terra em 2006 e 2015

	2006		2015	
	Km <sup>2</sup>	%	km <sup>2</sup>	%
Floresta	1.632,87	73,53	1.680,71	75,69
Água preta	93,11	4,19	63,72	2,87
Água Branca	241,69	10,88	271,94	12,25
Agropecuária	229,63	10,34	164,35	7,40
Solo exposto	23,29	1,05	39,79	1,79
Total	2.220,59	100,00	2.220,52	100,00

Fonte: Gomes e Wachholz (2018). Organização: Neocy Serruya (2021).

Os dados indicam que a classe água preta em 2006 compreendia 4,19%, já em 2015 era de 2,87% compreendendo o rio Negro e seus afluentes e lagos. A lâmina d'água reduziu em função do nível do rio Negro que era de 27,88m em 2006 e 21,17 m em 2015 (PORTO DE MANAUS, 2015). O rio Ariaú, o qual deságua no rio negro, é o principal representante de águas pretas no interior do município.

A classe água branca que compreendia 10,88% em 2006, aumentou para 12,25% em 2015. O rio Solimões tem a maior abrangência. No entanto ocorreu incremento de área, parcialmente contrariando a atribuição ao nível do rio, mas sim a mudança da cor de alguns corpos d'água de preta para branca. Isso denota mudanças no uso da terra nas bacias hidrográficas.

A classe agropecuária em 2006 ocupava 10,34% destacando-se na porção leste do município. No entanto, em 2015 reduziu para 7,40%, devido algumas áreas de agropecuária terem sido substituídas por empreendimentos imobiliários.

O solo exposto abrangia apenas 1,05% em 2006, mas aumentou para 1,79% em 2015. As áreas na primeira data estavam localizadas nos ramais do município e na segunda data estão próximas as rodovias Manoel Urbano, Carlos Braga e acesso à Cidade Universitária/UEA, relacionadas a instalação de empreendimentos imobiliários. Isso se deve a realização de terraplanagem, construção de ruas e possível preparação para construção de moradias, no qual deixa as áreas temporariamente com solo exposto.

No que diz respeito ao uso do solo para a prática da agricultura, Iranduba destaca-se tanto pela agricultura de subsistência, que é o tipo de agricultura praticada com pouco aparato técnico e com a finalidade de subsistência do produtor, quanto pela agricultura modernizada, representada pelos pequenos e

médios produtores, que apresentam um aparato técnico e produto voltado para abastecimento do mercado.

Nas áreas de cultivo destacam-se as culturas permanentes e temporárias, como as culturas de abacaxi, mandioca, melancia dentre outras, seguida das permanentes, mamão, banana, laranja. Sendo que a Comunidade do Novo Catalão se destaca na produção de hortaliças, principalmente as folhosas (Figura 37).

Figura 37: Produção de couve no Novo Catalão



Fonte: Neocy Serruya (2021).

As hortaliças são destinadas ao consumo direto das populações urbanas. A produção de hortaliças é o carro chefe no Novo Catalão e necessita ser comercializada rapidamente, não podendo esperar a possibilidade da melhoria de preços no mercado, mesmo porque não teriam local adequado para armazenar a produção. As hortaliças são perecíveis devendo ser comercializadas imediatamente após a colheita. A escolha da produção se fundamenta em produtos que exigem poucos recursos tecnológicos e investimentos de capitais.

Costa (2017) descreve as territorialidades camponesas no uso da terra no processo de produção do guaraná, válido também para a produção de hortaliças, vivenciando essas territorialidades que são refletidas no depoimento de um camponês, reproduzido abaixo *ipsis literis*.

*Ser agricultor pra mim é um privilégio, eu me valorizo da seguinte forma: se num fosse a minha classe, não teria comida na mesa dos grandes, porque é de nós que vai o alimento pra toda nação, pra todo o País, então, a classe de trabalhadores da agricultura é fundamental, se não num tinha farinha, mandioca, macaxeira, cará, melancia, o feijão, e o próprio guaraná nosso né; então aquele que num faz isso com prazer, ele precisa se valorizar (A.G.S, 43 ANOS, CAMPONÊS. TRABALHO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2016).*

O trabalho no cultivo de outras culturas agrícolas é ao mesmo tempo uma relação de trabalho com a terra, onde os camponeses precisam conhecer bem a área de cultivo, o tipo de solo, os tempos da natureza, enfim, é preciso entender a dinâmica da terra e da natureza para que haja sucesso na produção. Assim, a apropriação do espaço manifesta-se por meio das territorialidades, ou seja, a partir das estratégias que usam para assegurar a produção e o uso do território (RAFFESTIN, 1993, p.160-161 apud COSTA, 2017, p. 77).

Na visão de Costa (2017), a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Por isso, “os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais ou produtivas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159, apud COSTA, 2017). Assim, a territorialidade “[...] está intimamente relacionada como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significado ao lugar” (SACK, 1986, p. 2).

Para além das culturas que tradicionalmente se fazem presentes na grande maioria das propriedades voltadas ao agronegócio (soja, milho, arroz, cana-de-açúcar), o cultivo de hortaliças também pode ser uma prática capaz de trazer boa rentabilidade, especialmente para os produtores rurais com área menor para a plantação. O cultivo desses vegetais deve buscar o mais elevado padrão de qualidade, uma vez que o produto será transportado e ficará nas prateleiras até ser adquirido pelo consumidor final. O tamanho, o aspecto e a viscosidade são fatores que precisam ser levados em consideração, afinal influenciam diretamente na qualidade final.

No que diz respeito às práticas essenciais para o cultivo de hortaliças é importante lembrar que cultivar hortaliças parece ser uma tarefa mais simples, em comparação com grandes culturas, como a soja ou a cana de açúcar. No entanto,

assim como qualquer outro tipo de cultura, elas precisam de práticas de manejo adequadas para garantir o resultado esperado.

Quanto ao preparo dos canteiros, no geral a grande maioria das hortaliças precisam ser semeadas em canteiros fechados ou até mesmo em bandejas antes de passarem para um local definitivo. O canteiro de semeadura ou sementeira deve ser feito e adubado da mesma forma que o canteiro de cultivo. O solo deve estar bem destorroado<sup>17</sup> para permitir que as sementes nasçam com facilidade e possam se desenvolver de maneira saudável (Figura 38).

Figura 38: Canteiro protegido sendo preparado para receber sementes ou mudas de hortaliças (aração, adubação e irrigação por gotejamento)



Foto: Neocy Serruya (2021).

O transplântio – da sementeira para o local definitivo – é feito quando as mudas tiverem de quatro a seis folhas, o que ocorre cerca de 20 a 30 dias após a semeadura. Contudo, antes de passar as hortaliças para o solo definitivo, é preciso prepará-lo para permitir o correto desenvolvimento das plantas (Figura 39).

---

<sup>17</sup> Desmanchar os torrões de terra em um terreno em preparo para o cultivo.

Figura 39: Bandejas usadas como sementeiras para a produção de mudas



Foto: Neocy Serruya (2021).

No que tange à correção do solo o ideal para o cultivo de hortaliça deve ser leve, fofo, poroso, bem drenado, arejado e rico em matéria orgânica. No caso dessa última característica, quase sempre é preciso utilizar fertilizantes para garantir maior qualidade e produtividade.

Os camponeses do Novo Catalão lançam mão do uso de adubo orgânico como o esterco de galinha e bovinos, assim como também de fertilizantes químicos para melhorar ou corrigir a fertilidade do solo. Compram esses produtos em casas especializadas em vendas de produtos agropecuários que são entregues no próprio assentamento, como mostrado na figura abaixo (Figura 40).

Figura 40: Entrega no assentamento de insumos (sementes e fertilizantes) comprados pelos de empresas que comercializam produtos agropecuários em Manaus



Foto: Neocy Serruya (2021).

Alguns sinais de que o solo precisa de correção podem ser observados na própria planta. Conheça os principais sinais de deficiência nutritiva:

- Cálcio: folhas novas sem crescimento e retorcidas.
- Nitrogênio: folhas superiores com cor verde claro e folhas inferiores amareladas.
- Carbono: manchas brancas nas folhas e crescimento atrofiado.
- Fósforo: folhas mais escuras que o normal e perda de folhas.
- Ferro: folhas novas em tons amarelados e brancos, com veios verdes.
- Potássio: bordas e pontas amarelas, especialmente em folhas mais novas.
- Manganês: pontos amarelos e buracos nas folhas entre os veios.
- Magnésio: folhas mais baixas ficando amareladas de fora para dentro.

Considerando o controle de pragas e doenças, o cultivo de hortaliças está muito sujeito ao ataque de predadores. A produção de culturas satisfatórias requer medidas de controle para evitar que esses males atinjam a plantação. O rendimento das culturas pode ser reduzido por ataque de doenças, de insetos e

de outros predadores. Quando as plantas são atacadas em um estágio inicial de crescimento, toda a colheita pode ser perdida.

Como estratégia, objetivando otimizar a produção e não ficar totalmente dependente de produtos químicos e serviços externos, o camponês do Novo Catalão cria mecanismos para defender a produção de couve que geralmente é cultivada em canteiros abertos, tornando-as mais suscetíveis a ataques de passarinhos que causam furos nas folhas de couve. Para evitar danos à plantação, os camponeses desenvolveram uma técnica criativa para repelir naturalmente esses ataques. A técnica se constitui em prender cds e tiras de papel alumínio, em barbantes com espaçamento de 1 metro de distância, um do outro, e esticam esses barbantes sobre a plantação a uma altura de aproximadamente 1m e meio. Com esta técnica, segundo o depoimento do camponês, os raios do sol ao atingirem os objetos pendurados emitem um reflexo de luz que ofusca e repele consequentemente a aproximação dos passarinhos predadores. Mostra-se o uso dessa técnica de acordo com as figuras a seguir (Figura 41).

Figura 41: Armadilhas usadas para afugentar o ataque de passarinhos à plantação



Fotos: Neocy Serruya (2021).

Quando as técnicas naturais de controle de pragas não são suficientes é preciso procurar por produtos no mercado, recomendados de acordo com a

hortaliça que você está cultivando. Na irrigação, o ideal é regar os canteiros uma vez por dia, bem cedo ou à tardinha, deixando-os bem úmidos, mas sem encharcar o solo. Os tipos de irrigação geralmente adequados para vegetais são irrigação de superfície, irrigação por aspersão e gotejamento. Um local nivelado é necessário para a irrigação da superfície, na qual a água é transportada diretamente sobre o campo em valas abertas a uma velocidade lenta e não erosiva. No Novo Catalão é possível observar o predomínio do uso da técnica de irrigação por aspersão e gotejamento (Figuras 42 e 43).

Figura 42: Canteiro aberto e semiaberto usado no cultivo de hortaliças com o uso da técnica de irrigação por aspersão



Foto: Neocy Serruya (2022).

Figura 43: Canteiro usado no cultivo de coentro utilizando a técnica de irrigação por gotejamento



Foto: Neocy Serruya (2022).

Onde a água é escassa, podem ser usados dutos, eliminando as perdas causadas por infiltração e evaporação. A distribuição da água é realizada por várias estruturas de controle, e o método de sulco de irrigação de superfície é frequentemente empregado, porque a maioria das hortaliças é cultivada em fileiras.

Levando em consideração as condições climáticas existem hortaliças que são mais adequadas para climas secos, outras para climas mais chuvosos. Por isso é essencial conhecer muito bem as condições climáticas da região e as hortaliças que mais se adequam ao local que se deseja plantar.

Quanto ao uso de fertilizantes embora a maioria das verduras e dos legumes aceitem bem vários tipos de solo, a fertilidade é fator essencial para o vigor das plantas. Como já citamos, o uso de fertilizantes de qualidade e com alta tecnologia contribui para que as hortaliças possam absorver os nutrientes essenciais ao seu desenvolvimento, resultando em plantas saudáveis, com mais sabor, qualidade e maior durabilidade.

O uso de fertilizantes de múltipla ação conforme mostrado na próxima figura (de acordo com as informações técnicas do produto) é capaz de corrigir, construir e manter a fertilidade do solo em todo seu perfil, além de nutrir plantas

para alcançar altas produtividades. Todos esses benefícios em um único grânulo, fornecendo nutrientes específicos e essenciais para o solo e para a produção (Figura 44).

Figura 44: Fertilizante usado para corrigir e manter a fertilidade do solo



Foto: Neocy Serruya (2022).

Em depoimento, os camponeses afirmam que o uso dos fertilizantes para o cultivo de hortaliças é vantajoso, oferecendo um excelente custo-benefício que irá trazer maior produtividade, qualidade e rentabilidade à produção. Afirmam ainda que, na terra firme (Novo Catalão) há maior necessidade do uso de fertilizantes, quando comparado ao uso desse recurso na área de várzea (Costa do Catalão). Na várzea o solo é mais fértil e necessitava ser fertilizado a cada dois ou três meses, agora no assentamento usam fertilizantes pelo menos uma vez por mês. O uso maior de fertilizantes no cultivo das hortaliças, implica em maior custo no processo produtivo, porém, ele é compensado pelo aumento da produtividade e pelo fato também de terem terra para plantar o ano todo, o que não acontecia na várzea.

O uso e a ocupação do solo baseado na produção de hortaliças no assentamento do Novo Catalão está relacionada a diferentes fatores que facilitaram a implementação dessa atividade, tais como: o vasto conhecimento adquirido por esses camponeses ao longo da vivência que acumularam durante décadas enquanto cultivadores de hortaliças na área de várzea na Costa do

Catalão; as características do solo; a disponibilidade de água; o tamanho do terreno recebido por cada família camponesa assentada, que é compatível com a prática dessa atividade; a facilidade de acesso por meio de rodovias e ramais que servem a comunidade; a proximidade de grandes mercados consumidores, assim como também, o fato dessa produção fundamentar-se em produtos que exigem poucos recursos tecnológicos e investimentos de capitais.

Na busca por maior autonomia e diminuir sua dependência em relação ao mercado externo, ou seja, produzir para o mercado é comprar deste os produtos dos quais necessita e não produz, os camponeses do Novo Catalão buscam diversificar suas atividades ao cultivar uma variedade de árvores frutíferas voltadas principalmente para o consumo das unidades familiares. Nesse contexto, algumas famílias praticam também a técnica de criação de peixes em tanques/viveiros (Figuras 45 e 46). Segundo informação do camponês F. D. S., morador do assentamento, seis famílias já estão produzindo pescado em suas propriedades, com a técnica da piscicultura. Esse camponês construiu dois viveiros/tanques em sua propriedade, um para a criação de tambaqui e outro para criar pirarucu. Da criação de tambaqui já fez algumas despescas para o consumo da família, pois o ciclo de crescimento desse pescado é mais rápido, em torno de 8 a 12 meses já é conveniente fazer a despesca. Para a despesca de pirarucu vai ter que esperar um pouco mais, pois o processo de crescimento da espécie é mais lento, demora cerca de três a quatro anos para chegar a fase adulta. Afirma ainda que para iniciar essa atividade contou com o apoio técnico do IDAM, que também forneceu os alevinos.

Figura 45: Viveiro construído para criação de pirarucu



Foto: Neocy Serruya (2021).

Figura 46: Viveiro construído para criação de tambaqui



Foto: Neocy Serruya (2021).

### **3. A REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS DO NOVO CATALÃO, IRANDUBA –AM**

Para fundamentar o terceiro capítulo foram selecionados os conceitos de monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital no Novo Catalão, cujo capital se faz presente por meio da divisão social do trabalho e por uma série de elementos que contribuem harmoniosamente para o movimento da engrenagem capitalista.

#### **3.1. A Monopolização do Território pelo Capital na produção de hortaliças**

A Territorialização do capital, em um determinado lugar, por um ramo da divisão social do trabalho se dá por uma série de elementos que contribuem harmoniosamente para o movimento da engrenagem capitalista (HARVEY, 2005 apud COSTA e LOPES, 2017). Partindo dessa visão, pode-se verificar aspectos que são sempre levados em consideração pelos camponeses do Novo Catalão, tais como as condições oferecidas pela terra para a produção de hortaliças e outras culturas periódicas, bem como as exigências do mercado consumidor.

No processo produtivo, afirmamos que, para Oliveira (2000), “não é o trabalho, mas o produto que o contém, que irá compor a taxa de lucro dos capitalistas”. Nessa perspectiva, Oliveira, aborda dois conceitos que são essenciais para o entendimento das transformações ocorridas no campo brasileiro: a territorialização do capital e o monopólio do território pelo capital. O primeiro refere-se à ação territorial do capital na agricultura e o segundo, ao processo do monopólio do território pelo capital monopolista. “O capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa”, sujeitando a renda da terra e renda trabalho ao capital (OLIVEIRA, 2000, p. 478-479).

Segundo Pereira, (2021), o desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo ocorre de forma contraditória e define distintas configurações territoriais. A territorialização do capital, que ocorre quando a agricultura é desenvolvida sob a forma capitalista e ocorre a apropriação da renda capitalista da terra em sua forma absoluta e diferencial. A monopolização do território

marcado pela produção camponesa, que se dá quando o capital monopolista não se territorializa diretamente na produção agrícola, mas controla o território e subordina a renda camponesa, inclusive a parcela correspondente à renda da terra. Neste contexto são (re) criadas as condições para a reprodução do campesinato.

Para compreender os camponeses ribeirinhos na várzea amazônica, parte-se do pressuposto de que é necessário observá-los no interior do desenvolvimento capitalista no campo, fundamentado no processo de monopolização do território, sem, contudo, territorializar-se. Isto significa que o capitalismo se expande de forma contraditória, ou seja, não expropria os camponeses, porém os transforma e efetua a metamorfose da renda da terra em capital (CRUZ, 2007, p. 2).

A Amazônia pode ser vista como uma formação econômico-social produzida, desde a sua origem, pela dinâmica do capitalismo e, portanto, sujeita aos processos de expansão e crise do capital.

Paulino (2006) explica que a constatação de que o capital, em vez de se territorializar, monopoliza o território, pressupõe uma ruptura com o entendimento de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas culminaria na bipolarização entre capital e trabalho [...]. Da mesma forma acontece entre camponeses/pescadores/ribeirinhos nos rios e lagos de terra firme, “o processo de monopolização pelo capital monopolista com o objetivo [...] e com a lógica de produzir o pescado para os capitalistas” (CRUZ, 2007 apud PEREIRA, 2021, p. 63-64).

O desenvolvimento do capitalismo no campo é capitaneado pela subordinação do território e da força de trabalho às mais diversas feições do capital, sejam comercial, industrial e financeiro e que extraem a renda da terra e assim limitam os assentamentos enquanto unidades de manutenção e reprodução social do campesinato.

O processo de monopolização do território pelo capital na agricultura camponesa, pode ser percebido a partir do momento que os camponeses utilizam o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para financiar atividades nos assentamentos rurais da reforma agrária. Através desse programa, são concedidos empréstimos aos camponeses via sistema bancário impondo pagamento de juros e desta forma permite ao capital extrair renda da terra camponesa. Ainda, assim, a existência desse programa na agenda pública

é importante porque é um programa que se direciona aos agricultores familiares camponeses e garante a geração de emprego e renda e a permanência do homem do campo na terra.

Por esses fatores não se pode entender a formação e transformação do espaço sem considerar o papel do Estado. Este, constitui-se no agente geopolítico da classe dominante de determinada unidade territorial. O papel desempenhado pelo Estado é, na verdade, determinante para a monopolização do capital, mas também favorece o processo de implementação e modernização da produção camponesa, na medida em que a concessão de empréstimos financeiros via implementação de programas de incentivo à agricultura familiar, viabiliza a aquisição de máquinas e equipamentos de custos elevados que concorrem para o aumento da produção e melhoria da condição de vida do camponês.

Dentro desse contexto é possível observar um processo de modernização no cultivo de hortaliças no assentamento Novo Catalão. Como exemplo dessa modernização temos a ampliação no uso da técnica de cultivo protegido<sup>18</sup>, dotados de sistema de fertirrigação (Figura 47).

Em depoimento, um dos assentados que usa esse sistema, afirma que para construir um canteiro protegido de 8x30m em sua propriedade, precisou investir o valor aproximado de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e que, o valor para a construção só não foi maior porque contou com a ajuda da mão de obra da comunidade, em forma de ajuri. Afirma ainda que esse investimento foi favorecido pelo empréstimo contraído via programa governamental de fomento à agricultura familiar (PRONAF).

---

<sup>18</sup> Canteiro protegido, estufa, cultivo protegido, estufa agrícola, casa de vegetação, plasticultura os nomes podem ser diferentes, a ideia é a mesma. Criar um ambiente protegido, onde as condições para desenvolvimento das plantas sejam ideais. Através desse ambiente deseja-se, portanto, ter alimentos com qualidade mais alta. Além disso, a produtividade também sobe, especialmente nos alimentos que são muito sensíveis à variações do tempo (AGROSMART, 2019).

Figura 47: Canteiro Protegido preparado para o cultivo de hortaliças no Novo Catalão



Fonte: Neocy Serruya (2022).

De acordo com Costa (2017), a expansão capitalista no campo do ponto de vista da monopolização do território pelo capital se caracteriza pela permanência de relações não tipicamente capitalistas no campo, ou seja, o capital não precisa expropriar os camponeses ou transformá-los em trabalhadores assalariados, apenas necessita se apropriar da renda da terra, ou seja, da produção camponesa. Em sua obra “Os camponeses e a política”, José de Souza Martins (1995, p. 175) aponta que

[...] considerando esse ponto de vista [...] deparamos com a sujeição da renda ao capital. Esse é o processo que se observa claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação a propriedade familiar do tipo camponês [...]. O capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde aparentemente não existe.

O capital sujeita a produção camponesa aos seus interesses, e, nesse sentido, o camponês deve ser entendido como parte integrante do sistema capitalista. Ou seja, o entendimento da permanência de relações não tipicamente capitalistas no campo se deve ao próprio caráter contraditório do desenvolvimento capitalista, que ao se expandir no campo expande também suas contradições que lhe são inerentes, nesse caso, extraíndo apenas a renda da terra (OLIVEIRA, 2007 apud COSTA, 2017).

De acordo com Panta (2018), “a monopolização do território pelo capital, decorre inicialmente a partir da subordinação da produção ao capital comercial por meio da figura do atravessador, e do lastro do capital industrial”. Panta prossegue dizendo que o Estado, por meio da gestão de suas políticas públicas, se utiliza do discurso baseado em uma compreensão de que o campesinato só poderá se recriar a partir de um estreito relacionamento com o mercado capitalista, transformando-o em empresário, desconsiderando assim seu *habitus*, que é produzido a partir de uma dialética gestada no interior do próprio capitalismo. Nesse contexto, a concepção do homem *economicus*, ignora a perspectiva de que os camponeses não dirigem empresas e sim reproduzem um habitat, que se não é estático, é histórico, constituindo-se a partir de um *habitus*. Desse modo, a racionalidade camponesa e a racionalidade capitalista, incentivada pelo Estado, defrontam-se no próprio habitat dos camponeses e nas formas de reprodução capitalista.

Vale ressaltar que o Estado se faz presente na organização da produção camponesa e na reprodução de uma nova territorialidade na comunidade Novo Catalão, ao estabelecer com os camponeses contrato de compra de parte da produção de hortaliças para atender ao Programa de Regionalização de Merenda Escolar (PREME), programa este, implementado pelo governo do Amazonas em 2004 e executado pela Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) que compra de cooperativas e associações de produtores itens alimentícios para a merenda escolar.

Por conseguinte, o produtor passa a obter renda da terra capitalista quando detém os meios de produção e mantém relações de trabalho, via assalariamento, ou seja, onde ele obtém o trabalho excedente, fonte da mais valia. Há também aquele que se utiliza no processo de produção apenas a mão de obra familiar, cujas relações se caracterizam como não capitalistas, embora contraditoriamente, faça parte do sistema capitalista. O produtor tem a posse dos seus meios de produção e a força de trabalho familiar ocorrendo eventuais contratações e, principalmente, nos períodos de maior exigência de braços, também solucionada pela “troca de dia de serviço”, muito comum no meio rural.

A permanência da questão camponesa no mundo “moderno” carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a

esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 16).

Assim sendo, é possível compreender a relação entre o capitalismo e o campesinato, uma vez que o “desenvolvimento do capital não se faz em sentido único, antes a sua reprodução ampliada se faz ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, (re) cria formas não capitalistas com vistas à extração da renda, via pilhagem, como forma de produzir capital” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 28).

Entende-se, também, que as relações capitalistas não se estabelecem de forma homogênea no tempo e no espaço, pois o capital na medida em que expropria o camponês em determinados lugares, contraditoriamente, na mesma medida, ele cria condições para sua recriação e para que haja a subjugação da renda da terra ao capital.

A noção de sujeição formal do trabalho ao capital está originalmente relacionada à expropriação dos trabalhadores (...). Essa sujeição não representaria nenhuma mudança no processo de trabalho. Ele continuaria sendo realizado exatamente como era na produção artesanal doméstica. Só que agora o artesão, transformado em trabalhador assalariado, já não trabalha para si mesmo, mas para o capitalista (...). O passo seguinte é o capital se assenhorear não só do resultado do trabalho, mas também do modo de trabalhar (...) na sujeição real do trabalho ao capital, o conhecimento se restringe a um pequeno aspecto da produção (...). Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital (...) estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1995, 177 apud PAULINO, 2006, p. 110).

Assim como:

Na agricultura, o capital, ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital, ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão de obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas (OLIVEIRA, 2002, p. 80).

Há que se admitir que a questão camponesa é elencada como fundante na discussão sobre a monopolização do território pelo capital e a relação de trabalho familiar, ou seja, os mecanismos de reprodução do grupo familiar e a sujeição camponesa pelo capital. Logo, se valendo das concepções de Shanin (1980, 1983 e 2008), tem-se que para entender o campesinato, “é importante não apenas para identificar as razões de sua capacidade de resistência, que está fundamentalmente centrada na economia familiar, mas sobretudo, para entender que os elementos dessa economia doméstica, como ensina Chayanov, não são explicáveis por meio das categorias da economia capitalista ou da economia estatal” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 19). Dessa forma, Paulino e Almeida (2010), elencam como primordial uma interpretação camponesa baseada nas dinâmicas econômicas do século XXI, utilizando os elementos conceituais escritos pelos autores clássicos no final do século XIX e início do século XX, uma vez que muito foi escrito sobre o fim ou irracionalidade desta classe, que permanece nos dias de hoje, como classe contraditória ao capitalismo.

Neste contexto a sujeição camponesa ao capital na produção de hortaliças verifica-se a subordinação no ato da comercialização, principalmente na figura do atravessador, assim como também no momento da produção, quando para a aquisição dos meios de produção, em que com exceção da terra, os instrumentos dos meios de produção são em parte adquiridos e quando é obrigado a comprar suas ferramentas, o camponês se vê subordinado ao capital, a exemplo da aquisição de máquina de arar a terra (Figura 48).

Figura 48: Máquina de arar a terra comprada pelos camponeses



Fonte: Neocy Serruya (2022).

Predominantemente o cultivo de hortaliças é feito com o uso de técnicas pouco mecanizadas, com uso de máquinas e equipamentos simples. Na tentativa de minimizar sua subordinação ao capital, o camponês do Novo Catalão inventa equipamentos que otimizam sua produção. A título de exemplo (Figura 49), o camponês fazendo a semeadura de coentro. Para tanto, usa um pedaço de galho com uma forquilha em uma das pontas para abrir pequenos sulcos no solo ao longo das leiras onde as sementes serão distribuídas. Para distribuir as sementes, o camponês inventou um equipamento produzido artesanalmente. Este equipamento é feito de cano de PVC de 100mm, que foi cortado em dois pedaços de aproximadamente 15 cm, sendo que estas duas partes são separadas por uma placa e posteriormente coladas entre si, dispõe de um eixo/roldana que está preso a um cabo de madeira. Apresenta duas entradas (bocas) para que possa ser abastecido por sementes por ambos os lados e pequenos furos ao longo da circunferência que distribui regularmente as sementes ao ser girado ao longo das leiras. Para cobrir as sementes liberados no solo o camponês usa os próprios pés, concluindo assim a semeadura dessa hortaliça.

Enquanto fazia a demonstração do funcionamento do seu invento, o camponês comenta que a produção desse invento foi resultado de pesquisa feita por ele na internet. Afirma que, antes de desenvolver tal equipamento, a

semeadura era feita manualmente, levava mais tempo, era mais “sacrificoso” e ainda desperdiçava sementes.

Figura 49: Semeadura de coentro com uso de técnica simples



Foto: Neocy Serruya (2022).

A monopolização do território pelo capital via comercialização da produção no Novo Catalão, em um contexto geral, é pouco expressiva, embora merecedora de análise, visto que no geral os produtos são vendidos de maneira informal, diretamente no assentamento pelos próprios camponeses ou em boxes nas feiras livres organizadas pelo governo por meio da SEPROR, via ADS. Isso é possível porque a sua jornada de trabalho é um elemento que o distingue do trabalhador assalariado, posto que não há rigidez na jornada de trabalho do camponês, fato que permite reservar uma parte de seu tempo para comercializar seus produtos diretamente, a exemplo do que é demonstrado nas figuras 51 e 52, onde o camponês D. T. G se dedica tanto à produção de hortaliças em seu lote de terras no assentamento quanto à comercialização de hortaliças nas feiras livres de Manaus. O tempo de trabalho dedicado à produção varia conforme a época do ano e a etapa do processo de produção.

Figura 50: Camponês dedicando parte de seu tempo ao cultivo de hortaliças



Fonte: Neocy Serruya (2022).

Figura 51: Comercialização de hortaliças feita diretamente pelo camponês na feira em Manaus promovida pela SEPROR - ADS



Fonte: Neocy Serruya (2022).

Para entender-se a questão da monopolização do território e seus processos, tem-se que entender como que se dá a relação da renda pré-capitalista ao lado da renda capitalista, que a primeira comparece invariavelmente como um tributo pessoal, que se manifesta de três formas distintas, sendo a renda em trabalho, renda em produto e renda em dinheiro. A renda pré-capitalista é diretamente produto excedente, ao contrário da renda capitalista da terra, que é sempre sobre acima do lucro, fração da mais valia, portanto. Embora na origem

as primeiras formas da renda da terra sejam pré-capitalistas, cabe esclarecer que sob o capitalismo elas perdem esse caráter à medida que entram no processo de produção do capital. [...] hoje elas devem ser entendidas dentro da lógica contraditória do capital. É através delas que o próprio capital, contraditoriamente, se reproduz, criando as condições necessárias para implantar e desenvolver seu processo de reprodução ampliada (OLIVEIRA, 1990, p. 76-77).

### **3.2. Mercado de hortaliças**

No Brasil, o cultivo de hortaliças já era feito pelos indígenas desde os primórdios de sua existência. Assim, plantas como mandioca, milho, batata-doce, cará, entre outras culturas, já eram cultivadas antes da chegada dos portugueses. Depois de 1500, muitas espécies de plantas da alimentação da Europa foram trazidas para o Brasil. Além disso, quando grupos africanos foram trazidos para o Brasil, a partir de 1539, o país começou a ter outras influências na alimentação. Assim, passou a cultivar inhame, erva-doce, quiabo, vinagreira, melancia, pimentas e muitas outras hortaliças.

Nesse sentido, com a expansão da colonização, os lusitanos implantaram cinturões verdes nas principais cidades do império, na época – Olinda, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo – onde plantaram suas hortas e pomares.

No entanto, desde aquela época, as hortaliças nem sempre foram as preferidas na hora da alimentação, e isso ainda acontece muito. Entretanto, seus benefícios e possibilidades as classificam como uma excelente opção para quem deseja um estilo de vida mais saudável, especialmente quando são cultivadas com base na agricultura orgânica.

Vale salientar que o cinturão verde no Novo Catalão é direcionado para a produção de hortaliças, bem como favorece o abastecimento de hortifrútis, os mercados, feiras e outros estabelecimentos, contribuindo para a alimentação da população da região metropolitana de Manaus. Outro fator relevante referente ao cinturão verde, do Novo Catalão é que, além de sua contribuição para a economia local, serve como estímulo a ações sustentáveis. As hortaliças produzidas nesses espaços são comercializadas por custos mais baixos, favorecendo o acesso a produtos saudáveis por parte dos moradores locais, principalmente os de menor poder aquisitivo.

A classificação de hortaliças compreende as frutas, legumes e verduras. Sendo assim, de maneira geral uma das classificações mais antigas e que vem sendo utilizada até hoje pela Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento, leva em consideração as partes utilizadas na alimentação humana. Nessa classificação temos:

- a) As hortaliças tuberosas são aquelas cujas partes comestíveis estão abaixo do solo. Exemplos: tubérculos (batatinha, cará), rizomas (inhame), bulbos (cebola, alho) e raízes tuberosas (cenoura, beterraba, batata-doce, mandioquinha-salsa).
- b) As hortaliças herbáceas são aquelas cujas partes utilizadas na alimentação humana estão acima do solo: folhas (alface, taioba, repolho, espinafre), talos e hastes (aspargo, funcho, aipo), flores e inflorescências (couve-flor, brócolis, alcachofra).
- c) As hortaliças-fruto são aquelas em que se utiliza o fruto, verde ou maduro, todo ou em parte: melancia, pimentão, quiabo, ervilha, tomate, jiló, berinjela, abóbora.

Segundo Masulo (2019), as hortaliças são necessárias para fornecer vitaminas, sais minerais, fibras, fonte de carboidratos e proteínas. A técnica do cultivo protegido está sendo amplamente incorporada ao sistema de produção de oleráceas, no Amazonas, principalmente na região metropolitana, com um significativo aumento na área cultivada com hortaliças.

Em algumas regiões do país o cultivo e consumo de hortaliças frescas não se caracteriza como hábito alimentar, mas seguindo recomendações saudáveis muitas pessoas estão consumindo alimentos frescos, dessa maneira incentivando a demanda e a oportunidade das áreas rurais em investirem na produção e fornecimento das hortaliças para consumo nas áreas urbanas (RESENDE et al. 2007; FILGUEIRA 2008; RESENDE et al. 2008).

Considerando os hábitos alimentares, temos verificado significativas modificações no padrão alimentar dos brasileiros, no que diz respeito ao consumo de alimentos locais e regionais. O conseqüente aumento da demanda de consumo para atendimento das necessidades do consumidor e a oportunidade de mercado cada vez maior e mais exigente em produtos hortícolas, faz com que o cultivo

protegido seja uma alternativa que possibilita o abastecimento do mercado o ano todo. Nesse sistema, tem-se conseguido colheitas com alto rendimento e boa qualidade dos produtos, em épocas do ano em que as condições normalmente são desfavoráveis no campo (SANTOS 2013; MENEGAES et al. 2015).

De acordo com Vidal (2016), a tecnologia de cultivo protegido de hortaliças requer uma constante melhoria do sistema de produção, visando sempre o aumento de produtividade, manutenção da oferta e melhoria da qualidade dos produtos, redução dos custos de produção, tecnologia de menor impacto ambiental, redução do consumo de energia, água e defensivos agrícolas (FIGUEIRA 2008; RIBEIRO et al. 2016).

Segundo informações dos moradores, o motivo para a escolha dos assentados do Novo Catalão em cultivar hortaliças foi dado pela visível experiência que os moradores já possuíam ao praticarem o cultivo de hortaliças há várias décadas na área de várzea na Costa do Catalão, área de origem desses camponeses.

Vale destacar que no Novo Catalão, o cultivo de hortaliça é praticado tanto na forma tradicional, em canteiros a céu aberto, quanto em cultivo protegido (plasticultura) percebido ao longo das visitas feitas in loco (Figuras 52 e 53).

Figura 52: Cultivo de coentro em canteiro protegido no Novo Catalão



Foto: Neocy Serrua (2022).

Figura 53: Cultivo de cebolinha (cebola de palha) em canteiro aberto no Novo Catalão



Foto: Neocy Serrua (2022).

Em face dos altos custos para a construção dos canteiros protegidos que gira em torno de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para um canteiro com medida aproximada de 8X30m e que nem sempre o camponês do Novo Catalão dispõe desse recurso, fato que o obriga a dar prioridade a culturas mais sensíveis e

menos resistentes às intemperes da natureza como o coentro e alface para serem cultivados nos ambientes protegidos, deixando as mais resistentes, tais como a couve e a cebolinha, para serem cultivadas em canteiros abertos, conforme mostrado nas figuras anteriores. Segundo depoimentos de camponeses do assentamento eles tem como objetivo implementar progressivamente a cultura protegida, o que depende da capitalização conseguida com a atividades voltadas para o cultivo e comércio de hortaliças praticadas no assentamento, assim como de possíveis financiamentos e incentivos do poder público.

Também é possível perceber no assentamento a existência de canteiros de hortaliças cobertos com estruturas rudimentares e improvisadas que permitem proteção parcial das culturas, minimizando possíveis danos ao processo produtivo (Figura 54).

Figura 54: Cultivo de hortaliça em canteiro com cobertura rústica



Foto: Neocy Serruya (2022).

Nas últimas décadas o município de Iranduba vem se destacando na produção de culturas alimentares. Devido à proximidade do município de Iranduba com Manaus, existe uma forte ligação de abastecimento de uma grande variedade de culturas alimentares, entre as quais, destacam-se as hortaliças comercializadas (Quadro 9) do município para a área metropolitana, isto ocorre devido a facilidade de acesso e a existência de um mercado consumidor regional

que possibilita o uso da rodovia AM-070 e a Ponte Felipe Daou que interligam o município à capital Amazonense, o que facilita o escoamento da produção.

Quadro 9: Principais espécies de hortaliças comercializadas

<b>Principais espécies de hortaliças cultivadas no assentamento Novo Catalão, Iranduba-AM</b>	
Nome popular	Nome científico
couve	<i>Brassica oleracea var. acephala</i>
alface	<i>Lactuca sativa</i>
batata doce	<i>Solanum tuberosum</i>
cebola de palha	<i>Allium schoenoprasum</i>
cheiro verde	<i>Coriandrum sativum</i>
coentro	<i>Coriandrum sativum</i>
salsa	<i>Petroselinum crispum</i>
feijão de corda	<i>Vigna unguiculata</i>
jerimum	<i>Cucurbita moschata</i>
maxixe	<i>Cucumis anguria</i>
pepino	<i>Cucumis sativus</i>
pimentão	<i>Capsicum annum</i>
pimenta de cheiro	<i>Capsicum sp.</i>
quiabo	<i>Abelmoschus esculenta</i>
tomate cereja	<i>Solanum lycopersicum var</i>
tomate da região	<i>Lycopersicon esculentum</i>
chicória	<i>Cichorium intybus</i>
macaxeira	<i>Manihot esculenta</i>

Fonte: ADS (2020). Organização: Neocy Serruya (2022).

A principal finalidade de se conduzir uma cultura em ambiente protegido está na oportunidade de mercado e na oferta do produto para comercialização, pois as outras formas de cultivo estão mais sujeitas às intempéries do ambiente que influenciam na variação da oferta e do preço, muitas vezes em consequência dessa maior dificuldade na produção, em locais ou épocas cujas condições climáticas são desfavoráveis ao cultivo, o que corriqueiramente ocorre no sistema convencional. O sistema ainda possibilita obter colheitas nas épocas em que as cotações dos produtos são mais elevadas (MAKISHIMA 1993; MENEGAES et al.

2015). A inserção de novas tecnologias possibilita ao agricultor um despertar para diversificação da produção como mecanismo de geração de renda para família (BERNI et al. 2013).

Segundo Camargo (2017 apud MASULO, 2019), o Brasil é um grande produtor de hortaliças e um grande empregador nesse setor. São 13 milhões de trabalhadores no cultivo de 24 espécies diferentes, em 5,1 milhões de hectares. Toda essa gente e essa área produzem 53 milhões de toneladas por ano, com alta taxa de produtividade desses alimentos.

No Amazonas de acordo com Gama (2008) a produção de hortaliças ocorre com maior intensidade nas margens do rio Solimões e nos municípios da região metropolitana de Manaus, destacando-se Iranduba, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Careiro da Várzea e Manacapuru (Berni et al. 2013).

Nesse setor hortifruti, tem se destacado Iranduba seguido de outros municípios da região metropolitana de Manaus que possuem grande potencial produtor e consumidor de hortaliças. Mesmo com esta produção significativa de hortaliças, o estado do Amazonas está longe de atender sua demanda. A produção restringe-se a pequenas áreas caracterizadas, na maioria das vezes, pelo baixo nível de técnicas utilizadas no manejo cultural, refletindo diretamente sobre os índices produtivos o que implica na necessidade de importação da demanda faltante de outras regiões do Brasil para suprir a necessidade do mercado local, ao mesmo tempo que abre espaço para a ampliação de novos empreendimentos (Gama et al. 2008; Reis e Madeira 2009).

De acordo com Gama et al (2008) no Amazonas, especialmente nos municípios de Iranduba e Presidente Figueiredo, produtores organizados em cooperativas investiram nas tecnologias de cultivo protegido e fertirrigação por gotejamento, produzindo significativas quantidades de hortaliças que abastecem boa parte do mercado de Manaus. Apesar do baixo custo de implantação do sistema de cultivo em campo aberto ser muito utilizada, o destaque está na aceitação dos produtores em relação ao cultivo protegido que vem sendo adotado na região Amazônica. O sistema possui a capacidade de diminuir de forma significativa os efeitos adversos causados pelo excesso de chuva comum em nossa região. O uso dessa técnica vem sendo progressivamente implantada no

Novo Catalão, o que contribui para o aumento da produtividade e qualidade das hortaliças ofertadas no mercado (Figura 55).

Figura 55: Produção de coentro em canteiro protegido no Novo Catalão



Foto: Neocy Serruya (2021).

Para ter êxito na atividade será importante a organização, conhecimento e planejamento das atividades. Em geral, os agricultores devem criar cooperativas e associações que contribuam na organização dos grupos. Dessa maneira a criação desses grupos seria em prol de ganhos na compra de insumos, abertura de mercados e financiamento que são objetivos comuns dos produtores, para assim contribuir na diminuição dos custos, aumentar a eficiência produtiva e o planejamento da propriedade (BLISKA JUNIOR 2011; SANCHEZ et al. 2011). A Comunidade Novo Catalão conta com a Associação de Produtores Rurais PDS–Catalão, criada em 2017 que vem sendo usada como instrumento de luta representando os assentados junto ao poder público e instituições privadas, na busca por melhorias que possam dotar o assentamento de infraestrutura que favoreçam sua reprodução enquanto camponeses.

Associação de Produtores Rurais PDS – Catalão ; Cnpj: 29.109.520/0001-19; razão social: Associação de Produtores Rurais pds – Catalão; nome fantasia: PDS Catalão; data abertura: 31/10/2017; situação cadastral – ativa; data da situação cadastral: 31/10/2017; capital social: r\$ 0; natureza jurídica: 3999 - associação privada; logradouro: Rod. AM 070, km 26, Ramal da Cachoeira, Costa do Catalão; número: sn; Cep - 69415-000; bairro-zona rural; município - Irlanduba UF – AM; quadro societário - Amine Vieira de Almeida –

presidente; atividade principal: 9430800 - atividades de associações de defesa de direitos sociais; atividades secundárias, 119999 - cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente; 161003 - serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; 9493600 - atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (CASADOSDADOS, 2017, s/p)<sup>19</sup>.

É importante que os produtores estejam cientes dos gastos nas áreas produtivas desde a implantação, produção, transporte e comercialização. O produtor, possuindo todo esse controle, permitirá mais segurança na tomada de decisão e avaliação dos resultados positivos para a escolha dos cultivos a serem implantados com vistas ao abastecimento do mercado.

O padrão alimentar dos brasileiros está se modificando em direção ao consumo de alimentos saudáveis. Dessa maneira incentivando o aumento da demanda no consumo de hortaliças em centros urbanos, sendo uma oportunidade para os produtores de áreas rurais próximas investirem na produção e comercialização de hortaliças (RESENDE et al. 2007; FILGUEIRA 2008; RESENDE et al. 2008).

Vale destacar que o cultivo protegido de hortaliças é uma prática recente no estado do Amazonas onde a maioria dos produtores está concentrada em cidades próximas da capital. No Novo Catalão onde a atividade principal é o cultivo de hortaliças em ambiente a céu aberto, vem ocorrendo a ampliação gradativa do uso da técnica de cultivo em ambiente protegido. Os camponeses do Novo Catalão afirmam que há maior segurança do cultivo protegido combinado com o sistema de fertirrigação como alternativa de produção, visto que as interferências do meio natural, com o uso dessas técnicas de produção são minimizadas. Apesar da maioria das famílias disporem de poucos recursos financeiros, fazem grandes esforços para trabalhar na atividade com base no uso da técnica do canteiro protegido, para que possibilite maior qualidade e produtividade no cultivo de hortaliças, com vista a atender a demanda de um mercado consumidor crescente.

### **3.3. Canais de distribuição e venda dos produtos: hortaliças.**

Rosembloom (1999 apud NASCIMENTO, 2014) define o canal de distribuição como o caminho seguido pelo produto, desde sua concepção até o

---

<sup>19</sup> ASSOCIACAO DE PRODUTORES RURAIS PDS - CATALAO, Casa dos Dados, 2017. Disponível em: <<https://casadosdados.com.br/solucao/cnpj/associacao-de-produtores-rurais-pds-catalao-29109520000119>>. Acesso em: 5 de mar. 2022.

consumidor final. De acordo com Lorenzeni e Silva (2004), a baixa eficiência na distribuição de hortaliças é considerada um dos maiores entraves para o bom desempenho competitivo de toda a cadeia. A alta perecibilidade, que é uma característica inerente a esses produtos, exige um arranjo de canal de distribuição que permita sua comercialização eficiente, o que está, muitas vezes, fora do alcance dos produtores.

É possível inferir que os canais de distribuição dos produtos consumidos *in natura* são relativamente curtos e sempre os mesmos. Assim, de acordo com esse conceito, os níveis, ou intermediários do canal de distribuição de hortaliças, são aqueles que compõem sua cadeia produtiva, excluindo-se o setor de insumos.

De acordo com esse contexto, o produtor do Novo Catalão busca diminuir seus gastos na produção e comercialização, frente às limitações financeiras, diminuindo os seus custos; sendo criativo e inventivo ao desenvolver equipamentos, ainda que simples, evitando a aquisição por meio da compra; ao usar a mão de obra familiar e ao vender seus produtos diretamente nas feiras livres. Desta forma, o produtor consegue se apropriar da renda da terra, minimizando a interferência do capital.

O Novo Catalão encontra-se inserido no processo de reprodução do capital por meio do comércio de hortaliças. Isso se deve ao processo de monopolização do capital que, por seu turno, ocorreu ao longo de anos, pois o camponês ao adquirir produtos e serviços dos quais depende para implantar suas práticas culturais, também possibilita a reprodução ampliada do capital, permitindo a apropriação da renda da terra, ou seja, da renda camponesa.

A inserção nos mercados das comunidades ribeirinhas da Amazônia, como discutem Meneghetti e Souza (2015), se dá de forma marginal, informal e principalmente através dos mercados locais. Vendem para marreteiros, compradores que vão buscar os produtos nas comunidades ou nas barrancas dos rios e pagam o preço que querem. Comercializam também em feiras locais e alguns produtos são comercializados ou trocados na própria comunidade. Para alguns agricultores, o valor das vendas mal cobre os gastos com produtos consumidos na propriedade e que não são produzidos ali (MENEGETTI e SOUZA, 2015, p. 40).

Na economia camponesa a produção de farinha de mandioca, a produção de macaxeira, a criação de pequenos animais (galinhas), a caça e a pesca, para a maioria dos agricultores, são destinadas para o consumo da família e, garantida a alimentação na família, são vendidos os excedentes. Como afirma Lamarche (1993), o grau de inserção desses agricultores nos mercados é muito variável. Para um grupo significativo deles, o valor da produção para o autoconsumo supera em muito o valor da produção comercializada.

Inúmeros autores descrevem os canais de distribuição. Por exemplo, Rosembloom (1999) os define como: o caminho seguido por um produto desde sua concepção até o consumidor final; a transferência de posse entre várias firmas; ou, ainda, define o canal de distribuição como sendo uma coalizão de empresas reunidas com o propósito de realização de trocas. Silva (1999) afirma que os canais de distribuição englobam os agentes que são responsáveis por disponibilizar o produto, desde seu ponto de origem até o consumidor final, da melhor maneira possível.

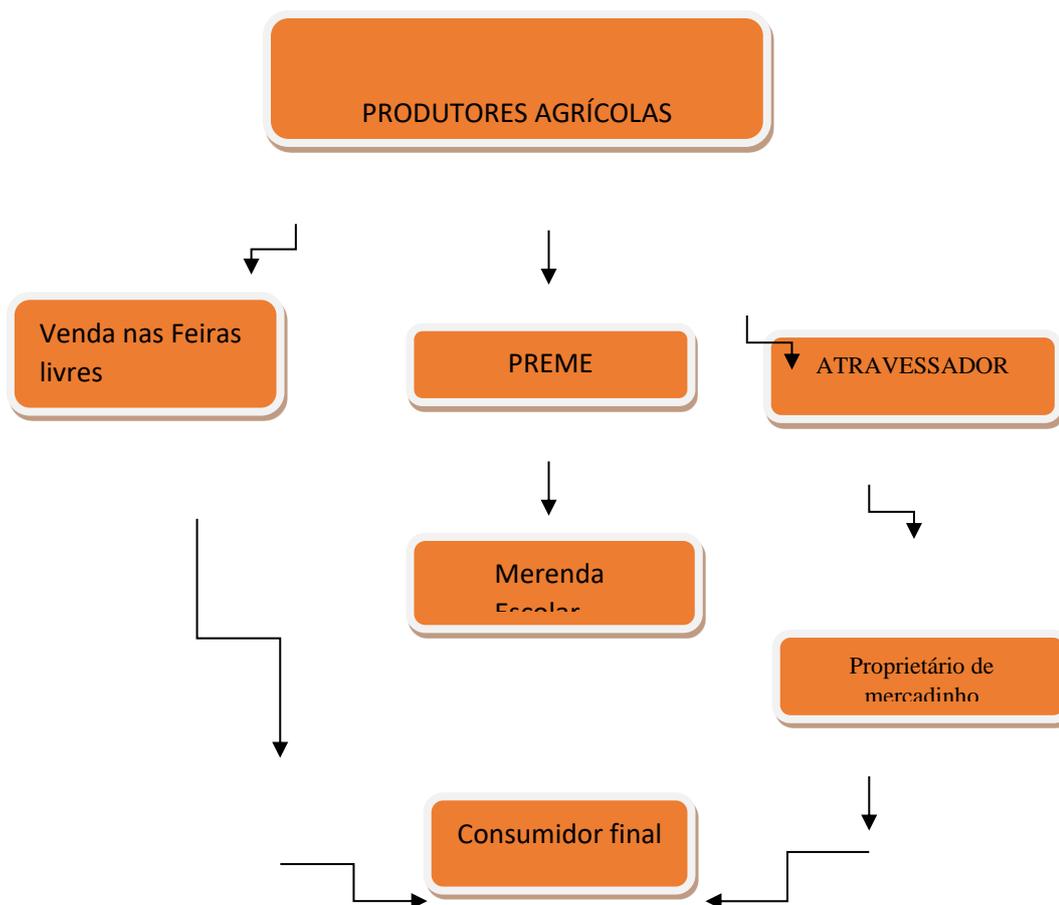
No que diz respeito a renda da terra, esta é gerada pelo trabalho familiar dos camponeses e se faz presente nos produtos que são lançados no mercado. Neste caso, o que os “camponeses vendem, no capitalismo, é o produto no qual está contido o trabalho da família, uma distinção essencial em relação aos demais trabalhadores, que têm para vender unicamente a mercadoria força de trabalho” (Paulino, 2006 p. 108). É na fase da circulação que acontece a transformação da renda da terra em capital, haja vista que, na fase da produção de mercadoria, os camponeses se recriam controlando ao mesmo tempo a força de trabalho e os meios de produção. A apropriação da renda da terra se dá pelo capital comercial, pelo capital industrial e pelo capital financeiro. Uma das formas de transferência da renda da terra ao capital foi apresentada por Paulino (2006 p. 106) através dos estudos por ela realizados sobre o sistema de integração dos camponeses do norte do Paraná às indústrias de fumo, de leite, de aves, de suínos e do bicho-da-seda.

Para a autora, é nos contratos estabelecidos que ocorre a sujeição da renda da terra pela indústria, que dita o preço da matéria-prima. Essa é uma das investidas do capital para garantir primeiramente a produção e depois a reprodução do capital. Todavia, há uma dupla funcionalidade neste processo que

tanto explica a contradição do capitalismo como deixa brecha para a recriação camponesa. Se de um lado o sistema de integração possibilita a monopolização do território pelo capital, de outro garante a recriação camponesa e impede a territorialização do capital. Dito de outra forma, neste caso, a monopolização do território pelo capital ocorre sem a territorialização do capital, dado que, para produzir o capital, os camponeses precisam manter a sua recriação e sua territorialização. No caso do Novo Catalão, a monopolização do território pelo capital ocorre de forma diferente do citado pela autora e pode ser percebido principalmente no processo de comercialização, através da figura do atravessador e assim como também, quando o camponês contrai empréstimo financeiro, mediante pagamento de juros.

De acordo com Stern et al. (1996 apud NASCIMENTO, 2014), os canais de distribuição consistem em organizações interdependentes, envolvidas no processo de tornar-se um produto ou serviço disponível para uso e consumo. Os canais de distribuição não devem apenas satisfazer a demanda por meio do fornecimento de mercadorias e serviços no lugar, quantidade, qualidade e preços adequados, mas deve também estimular a demanda por meio de atividades promocionais. Estes autores consideram os canais de distribuição como um sistema pela relação de interdependência entre os agentes que o compõem. Ou seja, os componentes do canal mantêm inter-relações de forma interdependente com o objetivo de produzir um resultado específico. Os membros do canal desempenham várias funções chave, que constituem fluxos para frente, para trás e nos dois sentidos. As funções desempenhadas por diferentes membros do canal são chamadas de fluxos, porque consistem num conjunto de atividades que ocorrem numa sequência dinâmica dentro do canal de distribuição (Stern et al., 1996). Os produtores se utilizam de algumas estratégias para comercializar a produção com o mercado consumidor por meio da venda de produtos *in natura* nos domicílios e feiras livres realizadas em Manaus, principalmente hortaliças (Figura 56).

Figura 56: Fluxograma Mercado das hortaliças no Novo Catalão



Fluxograma Geral dos atores sociais envolvidos na Comercialização de Hortaliças do Novo Catalão. Organização: Neocy Serruya (2022).

Neves (1999), afirma que existem vários fluxos dentro dos canais de distribuição. Entre os mais importantes estão: produto; negociação; propriedade; informação; promoção. Os fluxos devem ser desempenhados pelos participantes que conseguirem operar na forma mais competitiva possível, sendo indispensáveis a experiência, a especialização, os contatos e a escala (NEVES, 1999). Assim, essa colocação indica uma das razões pelas quais um canal é formado com determinado arranjo. A informação é fator relevante dentro dos canais, cujo compartilhamento consiste num fator-chave para a coordenação dos fluxos dentro dos canais.

A hortaliça cultivada no Novo Catalão apresenta diferentes atores sociais envolvidos no processo de distribuição e venda dos produtos agrícolas, destacando-se: os produtores agrícolas familiares; atravessadores/intermediários; os donos de mercadinhos; feiras públicas até alcançar o consumidor final.

O atravessador ou intermediário é o ator social de maior mobilidade na relação de comercialização, pois, este é quem escoar a produção, comprando dos produtores. Este não precisa ser exatamente uma pessoa física, pode ser também um supermercado, uma mercearia. Na maioria das vezes, o atravessador é quem tem o controle de transportar e vender onde quiser esses produtos.

A figura do atravessador ao interferir no processo, apresenta um encarecimento nos preços dos produtos, retirando as vantagens econômicas das atividades de produção do comércio. Ou seja, ao constituir várias etapas os atravessadores fazem com que o produto encareça, pois, o atravessador tira o seu lucro entre a compra e a venda das mercadorias. O produtor é um dos atores sociais principais dessa relação comercial, este está em contato com as demais funções desse comércio, ele se relaciona com a própria família, e com o atravessador, a característica principal do produtor é ser o dono das terras, e gerir a produção. Alguns produtores, fornecem para supermercados, restaurantes, sacolões, à distância do produtor até o consumidor faz com que surjam muitos problemas, com as intermediações que fazem com que os produtores fiquem subordinados (PEREIRA, 2003, p. 9).

Diferentes canais de distribuição foram desenhados a partir da necessidade de eficiência no suprimento de hortaliças. Estes envolvem atacadistas especializados, capazes de fornecer produtos com regularidade, qualidade e preços competitivos e produtores rurais capazes de atender às necessidades do varejo. Uma estratégia adotada foi montar estruturas, centrais de compras e distribuição próprias, para a realização das transações comerciais e operações logísticas nas feiras que se realizam em Manaus.

A comercialização desses produtos é feita em diferentes canais, como as centrais de distribuição dos mercados menores, feiras livres, Feira da Manaus Moderna. O setor varejista tem se mostrado como um dos principais canais de distribuição de hortaliças, sendo que a aquisição de hortaliças pelo Estado através do PREME para atender a demanda de merenda escolar nas Escolas Públicas, constitui um dos maiores parceiros na aquisição de produtos.

É possível perceber no depoimento da campesina catalense descrito abaixo, a existência de diferentes atores envolvidos nos canais de produção, distribuição e venda das hortaliças produzidas no assentamento Novo Catalão, revelando vantagens e desvantagens em cada um deles.

*Os atravessadores que compram hortaliças para revender na Feira da Manaus Moderna pagam apenas R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) no maço de cheiro verde e da couve. É um valor pequeno quando comparado ao que pode ser pago quando vendido diretamente na feira*

*do produtor, que pode ser vendido em média a um R\$ 1,00. A vantagem é que o atravessador paga na hora, sem precisar ficar na feira pra vender. O Governo do Estado por meio da SEPROR, via ADS, também compra os produtos toda sexta e sábado e os carros vêm buscar na porta do camponês (DONA M. F. S, MORADORA DO ASSENTAMENTO, 2021).*

Juntamente com as lavouras temporárias que se desenvolvem no Novo Catalão, as lavouras permanentes abastecem em pequenas proporções alguns supermercados locais que recebem produtos, de gênese camponesa, em sua quase que totalidade para a revenda.

Uma das vertentes do fomento estatal à produção agrícola, oriunda da agricultura familiar campesina, tem como objetivo suprir as demandas de programas sociais voltados à alimentação de contingentes urbanos mais carentes. Um desses programas, talvez o principal, é o Programa de Merenda Escolar, que tem importante participação na aquisição de hortaliças produzidas no Novo Catalão, tendo relevância dentro do canal de produção, distribuição e venda desses produtos.

No Brasil, há incentivo para o desenvolvimento da agricultura familiar, segundo a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública. A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da AE (Alimentação Escolar), em especial no que tange ao emprego da alimentação adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.

Este encontro – da alimentação escolar com a agricultura familiar – tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil.

A aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar está regulamentada pela Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Com base na Resolução supracitada, a Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – CGPAE/FNDE elaborou o Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, que tem como objetivo apresentar o passo-a-passo do processo de aquisição da agricultura familiar.

No Amazonas, O Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME) foi criado em 2005 para proporcionar uma merenda com alimentos tipicamente regionais a fim de incentivar a produção rural e gerar condições para uma alimentação saudável dos estudantes. Tem a parceria das secretarias de Estado de Educação e Desporto e de Produção Rural (SEPROR), do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) e da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado (ADAF).

O Programa de Regionalização da Merenda Escolar é executado em parceria com a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), responsável pela contratação de cooperativas regionais, agroindústrias, agricultores familiares e repasse rotineiro dos itens alimentícios às escolas do Estado.

A presidente da ADS, Michelle Bessa, firma que o PREME gera um processo duplo. “O Programa tem gerado oportunidades de empregos, aumento na renda de famílias de produtores do Estado e ao mesmo tempo tem melhorado a alimentação de alunos da rede pública estadual”.

Para que a qualidade alimentar chegue aos estudantes o Governo do Estado do Amazonas, através da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade

do Ensino (SEDUC) investiu, de acordo com a presidente da ADS, Michelle Bessa, em 2021, R\$ 20,9 milhões na aquisição de itens de produção rural do estado, por meio do PREME. Ao todo, mais de 2,1 mil toneladas de alimentos foram fornecidas em 521 escolas. Atendendo mais 260 mil alunos e gerando renda para agricultores, cooperativas e pequenas agroindústrias dos municípios. Os investimentos além de beneficiar os estudantes, favorecem produtores e cooperativas agrícolas regionais, uma vez que a garantia da comercialização gera emprego e renda.

A merenda regionalizada nas escolas públicas estaduais do Amazonas é composta por 50 itens, sendo eles: abacaxi, abóbora, açaí (polpa), açúcar mascavo, arroz (tipo 1), banana in natura, banana pacovã, bananada, batata cará, batata doce, carne bovina (em tiras), castanha, cenoura, colorau, couve, doce de frutas, farinha amarela, farinha branca, cheiro verde, cenoura, farinha de tapioca, feijão de metro, feijão de praia, geleia de frutas, laranja, limão, macaxeira, mamão, melancia, músculo bovino (em cubos), ovos, palmito, picadinho de peixe, picadinho de carne, pimenta de cheiro, pimentão, polpa de frutas, queijo coalho, queijo frescal, queijo mussarela, quiabo, rapadurinha, repolho, tangerina, tempero regional, tomate, filé de pescado, pirarucu seco salgado e néctar de laranja.

A Regionalização da Merenda Escolar permite acesso diário a itens alimentícios oriundos da produção agrícola regional e a comunidade estudantil tem avaliado positivamente a merenda escolar disponibilizada nas escolas da rede pública estadual de educação do Amazonas.

Hoje, produtos como batata doce, macaxeira, pirarucu, açaí, banana pacovã, farinha de tapioca, batata cará, abóbora, além de outros 42 itens fazem parte do cardápio escolar (Figura 57).

Figura 57: Produtos regionais comprados pela SEPROR, por meio da ADS para merenda escolar e entregues nas escolas públicas do Amazonas



Fotos: Ruth Jucá/ADS (2022).

De acordo com a gastrônoma e instrutora da ADS, Gorete Ferreira Pontes, além de disponibilizar alimentos saudáveis, o programa visa a valorização dos produtos da região (AMAZONAS, 2022).

Mesmo diante de um cenário de pandemia da COVID-19, em 2021, o fornecimento dos alimentos aos estudantes não parou. A SEDUC deu continuidade ao programa Merenda em Casa. Iniciado ainda em 2020, no período em que as aulas presenciais foram suspensas, o que permitiu que os estudantes recebessem os alimentos em casa e garantiu aos camponeses do Novo Catalão mercado para seus produtos, visto que, nesse período foram suspensas as atividades de venda da produção nas feiras livres, principais locais de venda da produção das hortaliças.

Em depoimento, a ex-presidente da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Costa do Catalão (ACPRUCCA), senhora M.F.S. afirma que:

*A venda de hortaliças para o governo do Estado por meio do PREME, tem grande relevância para a manutenção, ampliação e modernização das atividades econômicas no assentamento, visto que o governo garante a compra periódica de determinada quantidade da produção por um valor contratado previamente e desta forma a família camponesa consegue ter garantia de acesso a determinado valor, o que possibilita o planejamento das atividades. Afirma ainda que, mesmo quando os repasses dos valores atrasam por questões burocráticas, situação não muito incomum, ainda assim é vantajoso, pois, na pior das hipóteses serve como uma poupança forçada (DONA M. F. S, MORADORA DO ASSENTAMENTO, 2022).*

As feiras livres constituem um importante espaço de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, sendo também um espaço de socialização, identidade regional e cultural por representar uma relação direta com

o consumidor final. Nas feiras livres organizadas pela SEPROR, via ADS, os agricultores familiares camponeses do Novo Catalão comercializam produtos *in natura*, cujo intuito é gerar renda aos pequenos produtores, além de dar visibilidade a essas atividades. A feira permite ao produtor a venda direta ao consumidor final, excluindo a figura do atravessador, possibilitando aumento da renda ao produtor.

No Amazonas, são tradicionais as Feiras de Produtos Regionais promovidas pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS). Manaus conta com dez feiras (quadro 10) realizadas de terça-feira a domingo em diferentes zonas da cidade, além de Manaus outros 34 municípios do estado contam com feiras ativas. Na capital, em cada edição, há uma média de 60 produtores que terão a oportunidade de escoar seus alimentos diretamente ao consumidor final. Entre os produtos que estarão disponíveis destacam-se hortaliças, tubérculos, farináceos, laticínios e outros. A venda de cafés da manhã e lanches da tarde também são opções disponíveis para os consumidores.

Quadro 10: Calendário das Feiras de Produtos Regionais da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) em Manaus

<b>Dia da semana e horário</b>	<b>Local</b>
Terça-feira (das 14h às 19h)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manaus Plaza Shopping, avenida Djalma Batista, Chapada.</li> <li>• Sumaúma Park Shopping, avenida Noel Nutels, Cidade Nova.</li> </ul>
Quarta-feira (das 15h às 19h)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Shopping Ponta Negra, avenida Coronel Teixeira, Ponta Negra.</li> </ul>
Quinta-feira (das 14h às 19h)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Praça de Alimentação do Dom Pedro, rua José Bonifácio.</li> <li>• Manaus Plaza Shopping, avenida Djalma Batista, Chapada.</li> </ul>
Sexta-feira (das 15h às 19h)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro Social Urbano (CSU), avenida Perimetral, Parque Dez.</li> </ul>
Sábado (das 5h às 11h)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comando Geral da Polícia Militar, rua Benjamin Constant, Petrópolis.</li> <li>• Centro Cultural Povos da Amazônia, Bola da Suframa, Crespo.</li> <li>• Centro de Convivência da Família Padre Pedro Vignola, rua Gandu, Cidade Nova</li> </ul>
Domingo (das 6h às 12h)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Praia da Ponta Negra, bairro Ponta Negra</li> </ul>

Fonte: G1 (2022). Organização: Neocy Serruya (2022).

Os cultivos de hortaliças são destinados ao consumo direto das populações urbanas, impossibilitando a agregação de valor e como sua produção é pequena

e suas necessidades são prementes, necessitam comercializar rapidamente a safra não podendo esperar a possibilidade da melhoria de preços no mercado, mesmo porque não teriam local adequado para armazenar a produção. As feiras livres são os principais locais onde essa produção é comercializada, sendo as feiras realizadas aos sábados na capital amazonense no Centro Cultural Povos da Amazônia, Bola da Suframa, Crespo, no Comando Geral da Polícia Militar, rua Benjamin Constant, Petrópolis e no Centro de Convivência da Família Padre Pedro Vignola, rua Gandu, Cidade Nova, sendo estes os principais pontos de venda para os produtores do Novo Catalão. Realizadas aos sábados, estas feiras permitem que estes camponeses usem os dias da semana para produzir e os finais de semana para comercializar seus produtos. Essas feiras também são importantes porque são canais em que se pode comercializar as hortaliças, que são perecíveis, portanto devem ser comercializadas imediatamente após a colheita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo sobre a Costa do Catalão ao Novo Catalão: reprodução de uma nova territorialidade camponesa no Município de Iranduba-AM, pode-se dizer que os habitantes da Costa do Catalão aprenderam a viver e conviver com a dinâmica das enchentes/cheias e vazantes/secas, e ao mesmo tempo, com o fenômeno das terras caídas, durante décadas. Porém, com o passar dos anos e os impactos causados pelo avanço do desbarrancamento das terras nas margens do Rio Solimões, pode-se assegurar que esses fenômenos naturais alteraram profundamente o modo de viver do camponês ribeirinho e concorreram para seu histórico deslocamento territorial e perdas de bens materiais, bem como para reprodução de uma nova territorialidade camponesa.

Foi constatado que o camponês amazônico da Costa do Catalão trabalhava com três ambientes, terra, floresta e água de onde tirava o seu sustento e de sua família, desenvolvendo a agricultura, a pesca e a coleta. Entretanto, quando este camponês passa a viver em terra firme, no Novo Catalão, seu ambiente de trabalho se reduz a dois ambientes: a terra, onde pratica a agricultura ligada a produção de hortaliças comercializadas na Grande Manaus e a floresta, de onde pode extrair algum recurso disponível para sua sobrevivência.

O cultivo de hortaliças praticado pelos camponeses do Novo Catalão e a reprodução enquanto campesinos é a expressão de uma história de vida construída, resultante de um longo processo luta desses camponeses.

Diante dos aspectos transcritos pelos autores pesquisados, principalmente Cruz (2007) e Nascimento (2014) constatou-se que os camponeses-ribeirinhos estão estabelecidos há muito tempo na várzea amazônica, sendo sua origem e formação o resultado de um prolongado processo de intercâmbio cultural, iniciado no século XVII, com a ocupação luso-espanhola, que ocasionou alterações no modo de vida das inúmeras sociedades indígenas que habitavam a região. Esse processo de trocas culturais entre os europeus e os índios, no século XVIII, durante o período pombalino (1750-1777), no qual um conjunto de medidas foram implantadas com o objetivo de atender os interesses mercantilistas na região. Essas medidas tiveram importante papel, pois modificaram as características indígenas na Amazônia, passando, a partir de então, a se constituir, cada vez mais, como Amazônia colonial sob o domínio português

O estudo revelou que o processo de monopolização territorial nos assentamentos também ocorre concomitantemente ao capital financeiro, a partir do momento que os camponeses utilizam financiamento implementado pelo PRONAF. Assim, as ações estabelecidas a partir desse programa, são atreladas aos diversos ramos do capital, que se apropriam da fragilidade estrutural dos assentamentos, do ponto de vista da produção e das relações de trabalho, subordinando aos interesses e à lógica de dominação capitalista via concessão de crédito. Desse modo, o PRONAF<sup>20</sup> a partir dos seus condicionantes técnicos projeta os camponeses em um plano econômico, no qual a recriação se dá mediada pelo atendimento de suas propostas de capitalização, mercantilização e dependência, que muitas vezes são contrárias às reais necessidades e habilidades dos assentados, visto que a terra, serve primeiramente, para a manutenção da unidade de consumo.

Pode-se afirmar que o processo de colonização da Amazônia e o modo de vida do camponês ribeirinho e a recriação camponesa em Iranduba/AM, com base teórica para a análise explicitada sobre o camponês do Novo Catalão, resulta de um dos Projetos de Assentamento criado por meio de obtenção de terras pelo INCRA<sup>21</sup>, na forma tradicional, denominados Projetos de Desenvolvimento Sustentável, no caso PDS Cachoeira. Vale destacar, que o assentamento inicia a fase de instalação das famílias no local, com a concessão dos primeiros créditos e investimentos na infraestrutura: estradas, habitação, eletrificação e abastecimento.

Salienta-se que, a estratégia de sobrevivência dos camponeses, para enfrentar os problemas surgidos na nova comunidade foi a solidariedade e reciprocidade familiar. Há que se considerar que o elemento família, bem como as relações de parentesco e de vizinhança são fundamentais e os pilares para a permanência da boa relação, convivência familiar e manutenção do modo de vida camponês.

Foi verificado que o camponês, ao plantar em sua terra, procura atender seu maior objetivo que é o de suprir as suas necessidades de subsistência e de

---

<sup>20</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>21</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

sua família. O contraponto, nascido e alastrado mundialmente via sistema capitalista, procura desfazer o modo campesino de viver, uma vez que este não tem como intuito maior trabalhar para produzir lucro. Isso faz com que o camponês se depare com o desafio de tentar reproduzir sua tradição aos seus descendentes para que sua classe não seja extinta.

Vale destacar ainda que da ação conjunta do camponês do Novo Catalão sobre a natureza, com o fim de se sustentar, surge a referida comunidade que se estrutura de forma organizada para melhor responder às necessidades materiais de caráter individual e coletivo.

Convém salientar que esse processo de territorialização da comunidade do Novo Catalão não se limitou à dimensão material da reconquista da terra, mas envolveu a dimensão imaterial do território, percebida e vivenciada por meio das ações de preservação da cultura, da memória, dos saberes, da identidade e das relações de solidariedade e reciprocidade mantidas pelas famílias ribeirinhas oriundas da Costa do Catalão.

Ficou claro que o enfrentamento coletivo/comunitário dos processos de desterritorialização vivenciados pelas famílias (visto que foi por meio deste ato que elas se mantiveram enquanto grupo camponês, culturalmente diferenciado), e assim, construíram novas e múltiplas estratégias de resistência que lhes permitiram permanecer num território de reprodução socioeconômica e sociocultural de seus membros.

Dessa forma, o assentamento Novo Catalão hoje representa a busca pela construção de uma nova territorialidade, dando um outro sentido para a existência de trabalhadores que antes estavam alijados da terra e de suas condições de trabalho. As relações que os indivíduos estabelecem no assentamento com base na vivência coletiva são responsáveis pela definição de novos papéis sociais, consolidando o sentimento de pertencimento. Neste sentido, a territorialidade do Novo Catalão é influenciada pelo modo de produção, manifestando-se na cultura, no comportamento, e nas ações do novo catalense.

Assim sendo, essas transformações que ocorrem na natureza, no meio ambiente e na produção repercutem em seu território e territorialidades, visto que, a centralidade da vida comunitária está na organização familiar diante das

questões do trabalho e consumo, assim como na necessidade de garantir sua própria subsistência, portanto, elas influenciam nas formas de apropriação da comunidade em relação ao seu território.

Espera-se, por conseguinte, contribuir com a temática no sentido de ampliar os conhecimentos científicos e demonstrar que é necessário superar a visão espacial fragmentada, devemos entender que os processos contraditórios e desiguais do capitalismo têm se desenvolvido, no sentido de ir eliminando a separação entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Cabe a nós, apreender o processo de reprodução da nova territorialidade do Novo Catalão a partir de amplos e complexos condicionantes, que vão desde a ocupação do território à sua interferência no desenvolvimento da agricultura familiar campesina, considerando que a comunidade Novo Catalão se localiza na Região Metropolitana de Manaus (RMA), estabelecendo intensa troca socioeconômica com os municípios dessa região, em especial com a cidade de Manaus.

## REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. **Rev. NERA**, v. 22, n. 48, p. 98-113, 2019.

ALBUQUERQUE, C. F. **Camponeses e canavieiros**: razões e significados da migração do semiárido para a zona da mata alagoana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

ALENCAR, M. T. MENEZES, A. V. C. Ação do Estado na produção do espaço rural: transformações territoriais. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.4, n.8, p. 121-147, ago. 2009.

RIBEIRO, A. C. A. **Território e políticas públicas**: revisão conceitual no Programa Territórios da Cidadania. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ARAÚJO, R. C. B. **Questão ambiental e assentamento rural**: a luta por uma sustentabilidade alternativa no Assentamento Novo Horizonte II, em Maxaranguape (RN). Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ARAÚJO JUNIOR, M. E. Algumas considerações sobre o Plano Diretor dos municípios e sua importância no processo de construção da cidadania e da democracia. **Revista de Direito Público**, v. 1, n. 1, p. 45-62, jan./abr. 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1989.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, **ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html>. Acesso em: 2 março de 2021.

SILVA, A. C. C. **As cheias excepcionais e os impactos socioambientais na cidade de Tefé-AM**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

CANDIOTTO, L. Z. P. SANTOS, R. A. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 315-340.

RIBEIRO, P. A.; CARNEIRO, K. K. C. A dinâmica da enchente e vazante no município de Barreirinha/AM: impactos socioambientais e a intervenção das políticas públicas. **Revista Eletrônica Mutações**, v. 7, n. 12, p. 114–127, 2016.

CASTRO, O. **Amazônia**: espaço e tempo. Belém: Vitória, 2013.

CARVALHO, H. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. São Paulo: Vozes, 2006.

CARVALHO, J. A. L. **Terras caídas e consequências sociais**: Costa do Miracauera-Paraná da Trindade, município de Itacoatiara-AM, Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

\_\_\_\_\_. IGREJA, H. L. S. CUNHA, S. B. CARNEIRO, D. S. Episódio de terras caídas no rio Amazonas: caso Costa da Água, Parintins-Am. I: XVIII Simpósio de Recursos Hídricos, 2009, Campo Grande. **Anais [...] Campo Grande**: ABRH, 2009. p. 1-11.

\_\_\_\_\_. **Erosão nas margens do rio Amazonas**: o fenômeno das terras caídas e as implicações na vida dos moradores. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 2012.

CHAMBOULEYRON, R. ARENZ, K. H. MELO, V. S. Ruralidades indígenas na Amazônia colonial. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2020.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 1, p. 165-180, 2020.

CLEPS JUNIOR, J. Territorialização do Capital no Campo: a atualidade das lutas sociais e os impasses da Reforma Agrária no Brasil. **Faz Ciência** (UNIOESTE. Impresso), v. 12, p. 55-72, 2010.

COSTA, L. F. B. **Cultivadores de guaraná**: um estudo do processo de monopolização do território pelo capital no município de Maués-AM. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

COSTA, D. P.; LOPES, A. P. A territorialização do capital do agronegócio e a agroindústria do município de Araguaína (TO). **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 6, n. 10, p. 39–58, 2018.

CRUZ, M. J. M. MATOS, L. L. QUEIROZ, S. S. “**O pessoal aqui não gosta de ficar é liso**”: a reprodução do modo de vida camponês no médio rio Solimões – Tefé/AM. [S.l.: s. n.], [s. d.]. p. 1-23.

\_\_\_\_\_. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DANTAS, T. S. **Desafios da agricultura familiar camponesa e estratégias de resistência territorial na comunidade São Pedro de Cima**. Monografia (Graduação em Bacharelado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Juiz de Fora-MG, 2011.

DIAS, R. S. FERREIRA, D. J. ARAUJO, W. K. O. SANTOS, R. L. A produção de hortaliças pela agricultura familiar no município de Humildes - Bahia. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-11.

EMBRAPA TERRITORIAL. **Agricultura e preservação ambiental**: uma análise do cadastro ambiental rural. Campinas, 2020. Disponível em: <[www.embrapa.br/car](http://www.embrapa.br/car)>. Acesso em: 10 out. 2022.

Estufa ou cultivo protegido, entenda a diferença. **Agrosmart**, 2019. Disponível em:

<<https://agrosmart.com.br/blog/estufa/#:~:text=Estufa%2C%20cultivo%20protegido%2C%20estufa%20agrícola,alimentos%20com%20qualidade%20mais%20alta>>. Acesso em: 8 de ago. 2022.

Feiras da ADS retomam atividades em Manaus a partir desta terça-feira (4). **G1**, 2022. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/01/03/feiras-da-ads-retomam-atividades-em-manaus-a-partir-desta-terca-feira-4.ghtml>>. Acesso em: 20 de mai. de 2022.

FERNANDES, B. M. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar**. 2009. Disponível: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAkfwAH/agricultura-camponesa>>. Acesso em: 2 de jan. de 2021.

FERNANDES, F. R. **O teatro da guerra**: índios principais na conquista do Maranhão (1637-1667). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

GAMA, A. S. LIMA, H. N. LOPES, M. T. G. TEIXEIRA, W. G. Caracterização do modelo de cultivo protegido em Manaus com ênfase na produção de pimentão. **Hortic. bras.**, v. 26, n. 1, p. 121-125, jan./mar. 2008.

GODOI, E. P. MENEZES, M. A. MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias - v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GOMES, S. S. WACHHOLZ, F. Dinâmica do uso da terra no município de Iranduba (2005-2015) e a relação com os empreendimentos imobiliários. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 12, n. 29, p. 159-172, mai./ago. 2018.

GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

HESPANHOL, R. A. M. **Produção familiar**: Perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de presidente prudente. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia - Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional - Uma realidade multiforme. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

LIRA, T. M. CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LOPES, D. L. S. SOARES, A. P. A. Agroecologia como estratégia de reterritorialização camponesa no município de Iranduba - Amazonas. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: UFPR, 2017. p. 1-13.

LOURENZANI, A. E. B. SILVA, A. L. Um estudo da competitividade dos diferentes canais de distribuição de hortaliças. **GESTÃO & PRODUÇÃO**, v. 11, n. 3, p. 385-398, set./dez. 2004.

MARQUES, R. O. **Erosão nas margens do Rio Amazonas**: o fenômeno das terras caídas e as implicações para a cidade de Parintins-AM. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **REVISTA NERA**, n. 12, p. 57-67, 2012.

MASULO, G. M. **Aspectos agronômicos e socioeconômicos das atividades de plasticultura na comunidade rural boa esperança em Presidente Figueiredo, AM**. Dissertação (Mestrado em Agricultura do Trópico Úmido) - Programa de Pós-Graduação em Trópico Úmido, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Manaus, 2019.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

NASCIMENTO, D. G. **Entre a terra e a água**: modo de vida camponês no médio Rio Amazonas, Parintins-AM. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

NASCIMENTO, M. B. **Produção agrícola familiar em área urbana**: Comunidade Nova Esperança - Bairro Jorge Teixeira - Manaus-AM. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

NEVES, D. P. OS agricultores de várzea no médio Rio Solimões: condições sócio-ambientais de vida. In: LIMA, D. (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005.

NEVES, M. F. **Um Modelo para Planejamento de Canais de Distribuição no Setor de Alimentos**. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, A. P. S. Reflexões acerca da manutenção do conceito de campesinato. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 14, n. 20, p. 15-36, 2018.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. **ENCONTRO NACIONAL DO MST**, 12, 2004, São Miguel do Iguacu-PR. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>> Acesso em: 20 de fev. de 2020.

\_\_\_\_\_. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto 1997.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

\_\_\_\_\_. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 55-80.

PANTA, R. L. S. MOREIRA, I. T. O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé-PB. **Revista NERA**, v.21, n. 44, p. 90-115, set./dez. 2018.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. ALMEIDA, R. A. **Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, F. M. R. **Entre rios e lagos**: a pesca do lanço e suas territorialidades, Manacapuru-AM. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM) 2021.

PEREIRA, H. S. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões - Amazonas. In: FRAXE, T. J. P. PEREIRA, H. S. WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus. EDUA, 2007. p. 11-32.

RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. **FLUX Cahiers scientifiques internationaux Réseaux et Territoires**, v. 7, p. 2-22, 1978.

\_\_\_\_\_. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. O Solo, A Sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 2, p. 93-101, 1983.

Reserva no AM ganha casa flutuante ecologicamente correta, **G1**, 2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL1164371-5603,00-RESERVA+NO+AM+GANHA+CASA+FLUTUANTE+ECOLOGICAMENTE+CORRETA.html>>. Acesso em: 12 de ago. de 2021.

RODRIGUES, M. S. PEDROLLO, C. T. BORGES, S. H. CAMARGO, Y. R. MOREIRA, M. P. AMARAL, G. S. BRANDÃO, D. O. IWANAGA, S. **Iranduba**: características socioambientais de um município em transformação. Manaus: FVA, 2014.

ROSENDO, J. S. ROSA, R. Mapeamento do uso da terra e cobertura vegetal a partir do índice de vegetação NDVI. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideo. **Anais [...]** Montevideo: Universidade da República, 2009. p. 1-15.

ROSEMBLOOM, B. **Marketing Channels**: a management view. Orlando: The Dryden Press, 1999.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.

SACK, R. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia das Territorialidades**. Expressão Popular, 2011.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico internacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. SOUZA, M. A. A. SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCHWITZKY, T. G. **Território e Geografia Agrária**: a dinâmica Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) nas Revistas Nera, Agrária e Campo-Território. Monografia (Graduação em Bacharelado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal do Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SERRÃO, A. M. **Colônias agrícolas e campesinato**: raízes de uma nova territorialidade no médio Rio Amazonas, município de Uruará - AM. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SILVA, C. E. M. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Geografias**, v. 03, n. 1, p. 46-63, jan./jun. 2007.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **REVISTA NERA**, a. 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SILVA, D. L. SOARES, A. P. A. Agroecologia como estratégia de reterritorialização camponesa no município de Iranduba - Amazonas. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: UFPR, 2018. p. 1-13.

SILVA, S. S. A realidade camponesa da produção familiar amazônico-acriana: formação social e expressão territorial. **Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 19-43, jan./jun. 2013.

SILVA, A. C. C. **As cheias excepcionais e os impactos socioambientais na cidade de Tefé-AM**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SILVEIRA, Fatima Rotundo da. **Recriação capitalista do campesinato**: os camponeses na região de Presidente Prudente. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SOJA, E. **The political organization of space**. Washington: Association of American Geographers, 1971.

SOUZA, J. C. R. ALMEIDA, R. A. Vazante e enchente na Amazônia brasileira: impactos ambientais, sociais e econômicos. In: VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física; II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, 2010, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

SPOSITO, E. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TOCANTINS, L. **O Rio Comanda a Vida**: Uma Interpretação da Amazônia. Manaus: Valer, 2000.

TOMAZ NETO, A. G. **Da Várzea à Terra Firme**: Reterritorialização Camponesa em Iranduba – AM. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade do Estado do Amazonas, 2018.

\_\_\_\_\_. SOARES, A. P. A. QUEIROZ, M. S. Da várzea para terra firme: movimento migratório dos agricultores familiares da comunidade Costa do Catalão, Iranduba-AM. In: XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2019, Dourados. **Anais [...]** Dourados: UFGD, 2019. p. 2117-2130.

TRINDADE, D. R. **Constituição social do ser jovem camponês no contexto de assentamentos da Reforma Agrária na microrregião Guanambi, Bahia**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. São Paulo: Annablume, 2010.

WOORTMANN, K. “**Com parente não se neguceia**”: O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, v. 12, n. 1, p. 11–73, 2018.